

Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis

Uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade

1ª edição

Autores:

Juarez Domingues Carneiro (Coordenador)

Ana Tércia Lopes Rodrigues

Antonio Carlos Ribeiro da Silva

José Antonio de França

José Elias Feres de Almeida

Marisa Luciana Schwabe de Moraes

Fundação Brasileira de Contabilidade

Brasília

2017

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

SIG – Quadra 01 – Lotes 495 / 505 / 515, Sala 001, 4º Andar

Ed. Barão do Rio Branco - Brasília – DF

Telefone: (61) 3246.7120

Site: www.fbc.org.br

E.mail: fbcb@fbcb.org.br

Colaboradores

Todos os profissionais que enviaram contribuições para esta obra (professores das IES de todo o país, coordenadores de Cursos de Ciências Contábeis, alunos de cursos de graduação e pós-graduação etc.), durante consulta pública realizada em setembro de 2014, por meio de formulário eletrônico.

Revisão Gramatical e de Referências Bibliográficas

Eduard Marquardt e Lúcia Helena Alves de Figueiredo

Projeto Gráfico e Editoração

Gráfica e Editora Qualidade

Tiragem

2000 exemplares

Ficha catalográfica

Matriz curricular para cursos de ciências contábeis/ Juarez Domingues Carneiro (Coordenador)... [et al.]. -- Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2017.

208 p.

ISBN: 978-85-92717-03-2

1. Diretrizes Curriculares – Curso de Graduação - Ciências Contábeis. I. Título. II. Rodrigues, Ana Tércia Lopes. III. Silva, Antonio Carlos Ribeiro. IV. França, José Antonio de. V. Almeida, José Elias Feres de. VI. Moraes, Marisa Luciana Schwabe de.

CDU – 657:378.046.2

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lúcia Helena Alves de Figueiredo CRB 1/1.401

APRESENTAÇÃO

A Ciência Contábil exige constante atualização e agregação de novos conhecimentos. A produção de informações contábeis nas suas diversas áreas possibilita o desenvolvimento da sociedade como um todo.

O desafio de construir uma nova obra, resgatando conteúdos já validados em semelhante trabalho, demandou grande esforço voluntário de um grupo em busca da convergência de pensamentos alicerçados nos contributos de professores e coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis.

Assim, com o apoio da Fundação Brasileira de Contabilidade e amparo das Instituições de Ensino Superior em Contabilidade no Brasil, os autores apresentam uma proposta de matriz curricular para os cursos de ciências contábeis.

Não se pretende estabelecer ou induzir os profissionais do ensino contábil a uma padronização ou convergência curricular integral, mas oferecer uma contribuição, por meio de um conteúdo resultante de um vasto estudo, para a melhoria das matrizes curriculares, respeitando-se os projetos pedagógicos, programas e regulamentos de cada IES, que possa ser aplicável, no todo ou em parte, nas modalidades presencial e a distância.

O livro agrega conteúdos atuais, distribuídos em diversos capítulos, abordando-se inicialmente a educação superior, a história da profissão, o ensino da contabilidade no Brasil e aspectos que envolvem o currículo e a matriz curricular.

A segunda parte deste livro aborda os principais organismos nacionais e internacionais relacionados à profissão, seguido da proposta de matriz curricular, eixos temáticos, fluxo do curso, estágio supervisionado, trabalho de conclusão e atividades complementares.

Partindo-se dessa base, são apresentados os conteúdos de formação básica, profissional, os conteúdos de formação teórico-prático e as disciplinas optativas.

Desta forma, a obra ora apresentada, que contou com as valorosas sugestões de coordenadores e professores de cursos de Ciências Contábeis, tornou-se uma realidade, enriquecendo as fontes de pesquisa sobre o assunto, contribuindo para a melhoria do ensino da Contabilidade.

OS AUTORES

Referência à Proposta nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Este livro faz uma referência especial às duas edições da obra *Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis*, editadas em 2007 e 2009, cujo conteúdo, em parte, consta nesta nova publicação intitulada *Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis*.

Neste sentido, os autores prestam sua homenagem póstuma ao saudoso professor José Joaquim Boarim, que muito contribuiu com sua experiência, capacidade e elevado senso ético nas duas obras anteriores. Nosso agradecimento ao Mestre Boarim, a quem dedicamos a presente obra.

Nossa gratidão também à professora Doutora Maria Clara Cavalcante Bugarim e ao professor Doutor José Martonio Alves Coelho, que disponibilizaram seus conhecimentos e experiências nos referidos livros.

O presente trabalho, além de trazer conteúdo atualizado sobre a matriz curricular para os Cursos de Ciências Contábeis, procurou preservar as obras nas quais se inspirou, bem como o espírito participativo que imperou com harmonia junto as equipes anteriores.

*Os que se encantam com a
prática sem a ciência são como os
timoneiros que entram no navio
sem timão nem bússola, nunca
tendo certeza do seu destino.*

Leonardo da Vinci



SUMÁRIO

A Fundação Brasileira de Contabilidade e o Conselho Federal de Contabilidade	11
CAPÍTULO 1	13
A Educação Superior e as Diretrizes da UNESCO.....	13
Contextualização Histórica do Ensino Superior Brasileiro	15
Contextualização Histórica da Profissão Contábil	19
O Ensino da Contabilidade no Brasil	22
O Currículo no Ensino Superior	31
Matriz Curricular	32
CAPÍTULO 2	35
Organismos Contábeis Nacionais e Internacionais.....	35
Organismos Nacionais	35
Conselho Federal de Contabilidade – CFC.....	36
CVM - Comissão de Valores Mobiliários	37
BACEN - Banco Central do Brasil	38
SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	39
IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil	40
Receita Federal.....	41
CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis	42
Organismos Internacionais.....	43
O IASB – O International Accounting Standards Board	43
A IFAC - International Federation of Accountants.....	44
O GLENIF - Grupo Latino-americano de Emissores de Normas de Informação Financeira	45
CAPÍTULO 3	47
Proposta de Matriz Curricular	47
Eixos Temáticos.....	48

Fluxo do Curso	49
Estágio Supervisionado.....	49
Trabalho de Conclusão de Curso.....	50
Atividades Complementares	51
CAPÍTULO 4	55
CONTEÚDO DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	55
Matemática	55
Métodos Quantitativos Aplicados	59
Matemática Financeira.....	63
Comunicação Empresarial	65
Microeconomia	67
Macroeconomia	69
Administração	71
Instituições de Direito Público e Privado.....	73
Direito Comercial e Legislação Societária.....	75
Direito Trabalhista e Legislação Social.....	77
Direito e Legislação Tributária.....	79
Ética e Legislação Profissional	81
Metodologia do Trabalho Científico.....	83
Metodologia da Pesquisa	85
Psicologia Organizacional	87
CAPÍTULO 5	91
CONTEÚDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	91
Contabilidade Introdutória	91
Contabilidade Intermediária	95
Contabilidade Avançada	98
Teoria da Contabilidade	101
Perícia, Avaliação e Arbitragem.....	103

Contabilidade de Custos	106
Gestão Estratégica de Custos	108
Auditoria	110
Controladoria.....	113
Finanças Públicas	116
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	120
Planejamento e Contabilidade Tributária	123
Planejamento e Orçamento Empresarial	126
Análise das Demonstrações Contábeis.....	129
Empreendedorismo	131
Mercado de Capitais.....	133
Finanças Corporativas	135
Sistemas de Informação Gerencial	138
CAPÍTULO 6	141
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS.....	141
Contabilidade Aplicada as Instituições Financeiras	141
Contabilidade do Terceiro Setor	144
Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	148
Contabilidade Nacional	150
Governança Corporativa	152
Filosofia da Ciência	154
Tecnologia da Informação	156
Cenário Contábil Internacional	159
Responsabilidade Socioambiental.....	161
Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	164
Contabilidade para Construção Civil e Imobiliária	166
CAPÍTULO 7	169
CONTEÚDO DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA.....	169

ANEXOS	171
ANEXO 1 - RESOLUÇÃO CNE/CES N° 10, DE 16/12/2004.....	171
ANEXO 2 - RESOLUÇÃO CNE/CES N.º 2, DE 18/06/2007.....	177
ANEXO 3 - RESOLUÇÃO CNE/CES N.º 3, DE 2/07/2007.....	181
ANEXO 4 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	183
ANEXO 5 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	188
ANEXO 6 – PROPOSTA DE REGULAMENTO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199

A Fundação Brasileira de Contabilidade e o Conselho Federal de Contabilidade

A Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) é uma entidade cujo objetivo principal é fomentar o desenvolvimento da ciência contábil.

Foi fundada em 03 de novembro de 1997, caracterizando-se como de natureza cultural com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Sua criação se deu pelo idealismo de dirigentes da classe, visando realizar ações de fortalecimento da profissão e do profissional.

A FBC é composta por órgãos colegiados, tendo um Conselho Curador, Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal. Na Diretoria estão os órgãos executivos, a saber: presidência; diretoria executiva; diretoria de operações; diretoria de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; diretoria administrativa e diretoria financeira.

Os membros da FBC são eleitos com mandatos de quatro anos e não recebem remuneração, sendo seus serviços prestados gratuitamente e considerados de natureza relevante para a classe contábil.

A FBC é uma entidade do terceiro setor, e seus atos são fiscalizados pelo Ministério Público do Distrito Federal. Desde a sua fundação até o exercício de 2016, a FBC sempre teve suas contas aprovadas.

O modelo de gestão da FBC contempla seis eixos estratégicos. São eles: gestão institucional, gestão de projetos especiais, gestão organizacional, gestão de desenvolvimento da ciência contábil, gestão de concursos e eventos e gestão financeira.

A Fundação Brasileira de Contabilidade tem focado suas ações em: promover e subsidiar programas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão na área contábil; estimular a pesquisa e a produção científica na ciência contábil; exercer e divulgar atividades que representem contribuição para o desenvolvimento técnico, científico, cultural e de promoção da contabilidade; realizar concursos públicos; desenvolver e participar de projetos, eventos nacionais e internacionais, que tenham como escopo a contabilidade e seu exercício profissional; auxiliar e prestar serviços de planejamento, administração e realização de eventos de interesse da profissão contábil; elaborar e aplicar provas de exame de apuração de capacidade técnica e profissional (exame de suficiência).

Para realização de seus objetivos, a FBC conta, atualmente, com parcerias do Sistema CFC/CRCs, entidades da classe contábil, profissionais e empresas de

serviços contábeis, entidades privadas, órgãos públicos e Instituições de Ensino Superior. Mantém também parcerias com organismos internacionais.

Por meio de contrato com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a FBC é responsável, desde 2011, pela elaboração e aplicação do Exame de Suficiência, apoiando todas as edições do Encontro Nacional de Coordenadores e Professores de Cursos de Ciências Contábeis.

Nas duas primeiras edições da *Proposta Nacional de Conteúdo para os Cursos de Graduação em Ciências Contábeis* o Conselho Federal de Contabilidade esteve coordenando o processo por meio de comissão de especialistas constituída por Portaria.

Já o Conselho Federal de Contabilidade é o órgão máximo da profissão contábil brasileira, orientando, normatizando e fiscalizando o exercício contábil por intermédio dos 27 Conselhos Regionais. Em outubro de 2017 havia mais de 530 mil profissionais e mais 62 mil organizações contábeis. Criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, o CFC é uma Autarquia Especial de Caráter Corporativista, sem vínculo com a Administração Pública Federal. Os registros profissionais iniciaram-se a partir da promulgação do Decreto nº 21.033, de 8.02.1932. Em junho de 2010 foi sancionada a Lei 12.249/10, que atualizou o Decreto de sua criação.

O Plenário do CFC é integrado por 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes, onde importantes decisões são tomadas em prol da profissão e da sociedade.

Na busca constante do aperfeiçoamento da Contabilidade como ciência e da capacitação e qualificação dos profissionais, o CFC vem aprimorando os Programas de Educação Continuada e Excelência na Contabilidade.

O CFC também atua nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, especificamente na área de Ciências Contábeis, o que reitera a preocupação da entidade em participar das decisões que envolvem o ensino superior da Contabilidade.

CAPÍTULO 1

O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama sobre o a Educação Superior e as Diretrizes da UNESCO, Contextualização Histórica do Ensino Superior Brasileiro, Contextualização Histórica da Profissão Contábil, O Ensino da Contabilidade no Brasil, O Currículo no Ensino Superior, Matriz Curricular e Titulação Docente.

Parte das informações deste capítulo foram extraídas da obra Educação por Competência (Silva, 2012), cujo autor é membro integrante desta publicação e, também, da 2ª edição da obra Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis.

A Educação Superior e as Diretrizes da UNESCO

A Educação Superior, por meio das Instituições Universitárias, precisa ser entendida como instrumento de utilização do saber, geradora de conhecimentos, lugar crítico onde se discute a cultura e se projeta o rumo da sociedade e de suas relações globais. Essas instituições precisam interagir no tripé ensino, pesquisa e extensão, tornando-se um espaço vivo e coerente com a sua função social, ajudando aos que participam dela a pensar criticamente, oferecendo uma conscientização do papel de cada indivíduo que por ela passe a desempenhar com competência técnica e moral a profissão escolhida, influenciando a realidade onde esteja atuando, numa perspectiva de mudança.

Em 1998 foram aprovados os princípios da Declaração Mundial sobre Ensino Superior, definida pela UNESCO, em conferência em Paris com mais de 400 participantes, dentre gestores e especialistas da educação superior de todos os continentes. Esta declaração surgiu em virtude das reflexões sobre as tendências e desafios enfrentados pelo ensino superior; neste documento consta uma breve análise daquilo que a UNESCO considera como as principais tendências no ensino superior, as quais serviram de base para a formulação da política da organização. As tendências vêm de diversas experiências nacionais através do mundo e dos pontos de vista dos Estados Membros, das Organizações Intergovernamentais e não-governamentais, das autoridades de ensino superior, dos órgãos decisores e dos pesquisadores.

Os maiores desafios enfrentados no Ensino Superior são agrupados, segundo a UNESCO, em três tópicos principais: a) relevância – que significa o papel e o espaço do ensino superior na sociedade, enfatizando a liberdade acadêmica e a autonomia institucional como princípios fundamentais para assegurar e enaltecer a relevância; b) qualidade – definida como um conceito multidimensional, e c) internacionalização.

Diante do que foi exposto, são necessários alguns comentários sobre artigos da declaração Mundial sobre o Ensino Superior, pois a UNESCO, ao abordar que a Missão do Ensino Superior é educar, treinar e fazer pesquisa, contribui para que o sentido de educar deva ser para a plena cidadania. As Instituições Superiores devem exercer o papel de produzir e disseminar conhecimentos, capacitando pessoas para qualificação, fortalecendo e disseminando culturas nacionais e regionais.

Dentro da estrutura pedagógica e de organização dos cursos superiores não pode faltar, no mundo atual, a definição clara do papel ético na busca da verdade e da justiça, papel esse fortalecido por uma abordagem prospectiva e crítica dos problemas sociais.

A nova ordem sobre a lógica do mundo do trabalho é reforçada na Declaração da UNESCO, quando estabelece o vínculo que deve ocorrer entre a Educação Superior e o mundo do trabalho, bem como o incentivo a educação ao longo da vida. Os graduados devem passar de “procuradores” para criadores de emprego. Esse novo cenário exigirá diversificação de modelos de ensino para atender aos diferentes setores, e uma forte visão empreendedora. O aluno deve ser o cerne da Educação Superior, e ao mesmo tempo o sujeito ativo e reativo do ato de aprender.

Para que tudo isso possa caminhar sob uma perspectiva positiva e operacional, é importante realizar uma avaliação qualitativa, ou seja, todas as funções e atividades devem ser avaliadas: ensino e programas acadêmicos, pesquisas e bolsas, servidores, estudantes, infraestrutura, serviços à comunidade, entre outros; com isso surgem, das avaliações, novos ambientes de aprendizagem; desenvolvem-se novas capacidades de planejamento e financiamento. O financiamento referido requer fontes públicas e privadas, e, assim sendo, o apoio público para a educação superior e pesquisa continuam essenciais.

Estamos agora em uma aldeia global, a nova ordem mundial. Por isso, as parcerias internacionais, os intercâmbios, as trocas de informações são fundamentais para o enriquecimento do ensino superior. As parcerias devem ser fundadas em interesse comum, credibilidade e respeito mútuo.

Com tantas mudanças e avanços, a Educação Superior precisa ser entendida como um processo de crescimento em mão dupla, em que a interação

entre docentes e discentes contribua para o desenvolvimento individual, posteriormente compartilhado com a sociedade através do entrelaçamento entre ensino e pesquisa.

Cabe ao professor desenvolver o hábito da pesquisa como parte e anseios do seu dia a dia acadêmico. A Ciência sobrevive de desafios e descobertas para a evolução da Educação. Neste sentido, pesquisar é condição essencial do descobrir e do criar, de compreender o outro e de desenvolver visão crítica sobre os assuntos da sociedade e de pensar global e agir localmente.

Contextualização Histórica do Ensino Superior Brasileiro

A retrospectiva histórica do ensino superior brasileiro remonta à identificação do primeiro estabelecimento de ensino superior, fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo-geral, em 1550. Não foi muito fácil a implantação de universidades no Brasil, já que seu surgimento aconteceu de maneira isolada até o século XIX. Cunha (2001) relata que diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas, já no século XVI, Portugal não somente desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. Com a proibição da criação de universidades na colônia, Portugal pretendia impedir que os estudos universitários operassem como coadjuvantes do movimento independentista, especialmente a partir do século XVIII, quando o potencial revolucionário do Iluminismo fez-se sentir em vários pontos da América. Não existia, nem no período colonial nem no Império, nenhuma instituição com status de universidade. Durante todo este período, dezenas de propostas foram feitas para criação de universidades, porém nenhuma obteve sucesso.

Somente no início do século XIX é que surgiu o ensino superior no Brasil, criado por motivos de interesses utilitários e imediatistas, sem nenhuma preocupação com modelo de ensino. Nesse contexto, a independência política, em 1822, não implicou uma mudança de formato do ensino superior, nem tampouco uma ampliação do sistema. Os novos dirigentes não vislumbraram qualquer vantagem na criação de universidades, prevalecendo o modelo de formação para profissões, em faculdades isoladas. Neste período, o ensino superior desenvolveu-se pela multiplicação dessas faculdades isoladas nos cursos de Medicina, Engenharia e Direito.

Na verdade, o processo de emancipação não foi além de uma transferência formal de poder. A sociedade pós-colonial permaneceu escravocrata até o final

do século XIX, atrelada a uma economia baseada largamente na exportação de produtos, com uma vida urbana restrita a poucos núcleos de assentamento – tradicionais e/ou decadentes – e a alguns centros administrativos e exportadores. Neste contexto tiveram origem os dois cursos de Direito (São Paulo e Olinda, 1827).

Daí ser perceptível que até a proclamação da República, em 1889, o ensino superior se tornou todo estatal. Durante o período imperial, a iniciativa de criação dos estabelecimentos de ensino pertencia ao governo, assim como sua manutenção material. Na verdade, tudo dependia do ministro do império, desde a nomeação dos professores catedráticos, aceitação dos currículos dos cursos e a nomeação dos respectivos diretores. Percebe-se o ranço que predomina ainda hoje em nossas instituições em possuir uma hierarquia rígida e todas decisões fundamentais serem tomadas pelos governantes e impostas aos professores e alunos sem a participação efetiva dos mesmos, passando a serem meros executores de propostas e ideias alheias.

No período de 1891 a 1910, foram criadas 27 escolas superiores no Brasil, e com esse crescimento aconteceu a facilitação de acesso ao Ensino Superior. Com isso, em 05 de abril de 1911, pelo do Decreto 8.659 houve a reforma do ensino, conhecida como a Lei Orgânica de Rivadávia Correia, que estabeleceu o ensino livre, retirando do Estado o poder de interferência no setor educacional.

Em 1915, chegou-se à conclusão que a Lei Rivadávia Correia não poderia continuar; surge então a Lei do Ministro Carlos Maximiliano, que reoficializa o ensino, por meio do Decreto 11.530/15, que reorganiza o ensino secundário e superior de todo país, criando o exame vestibular para acesso ao ensino superior e salientando que o mesmo deveria ser rigoroso e seletivo.

Outra reforma surge, em 1925, pelo Decreto 16.782, que intensifica o caráter seletivo, classificatório dos exames vestibulares, sendo que nem todos os alunos teriam direito à matrícula quando aprovados no vestibular, pois cada faculdade deveria fixar o número de vagas a cada ano; em consequência, os estudantes aprovados eram matriculados por ordem de classificação, até estarem completas as vagas.

Na busca por identificar o período do surgimento da primeira universidade brasileira historiadores apontam que, em 1909, foi criada, em Manaus, a primeira universidade do país, no estado do Amazonas, a qual existiu até 1926. Em 1911 foi criada a primeira Universidade de São Paulo de cunho particular, que em 1917 foi extinta por ser financeiramente inviável. Em 1920 foi criada a primeira universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, com ato legal conferido pelo Presidente da República, por meio do Congresso Nacional.

Se fizermos um balanço do Ensino Superior da era do Governo de Getúlio Vargas encontramos que o Brasil possuía cinco universidades, e dezenas de faculdades isoladas. Na época existia a Universidade do Rio de Janeiro (1920), que passa a chamar-se Universidade do Brasil (1937), Universidade de Minas Gerais, Universidade do Rio Grande do Sul (1934), Universidade de São Paulo (1934) e a primeira Universidade particular, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Um fato interessante acontece em 1935 quando o educador brasileiro Anísio Teixeira cria a Universidade do Distrito Federal, sendo extinta em 1939.

Em 1937 é criada a União Nacional dos estudantes – UNE, uma das primeiras organizações de representação de grupo estudantil de dimensão nacional. Neste mesmo ano foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, pelo Decreto-Lei número 580, que tinha como objetivos organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do país e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos.

Em 1948 é criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, cujo objetivo era a difusão da ciência, a fim de buscar apoio do Estado e da sociedade, bem como a promoção do intercâmbio entre cientistas das diversas especialidades, a luta pela “verdadeira ciência” e a liberdade de pesquisa.

Em 1951 foi criada a Campanha Nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES), pelo Decreto nº 29.741, hoje com a denominação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tendo como objetivo “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”. As atividades da CAPES podem ser agrupadas em quatro grandes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: a) avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; b) acesso e divulgação da produção científica; c) investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; d) promoção da cooperação científica internacional, e e) indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

A reforma universitária surge em 1968 com a Lei número 5.540, determinando que a Universidade fosse a forma de organização por excelência do ensino superior, restando à instituição isolada o status de excepcional e transitória, o que na época não ocorreu por questões políticas, repetindo-se a situação nos dias atuais.

Em 1974 o Conselho Federal de Educação, no intuito de evitar que a explícita tríade de cursos oferecidos pelas universidades fosse somente Engenharia, Direito e Medicina, decide através da resolução CFE 29/74 determinar que se assegure a universalidade do campo de estudos, sendo que essa universalidade deveria oferecer pelo menos quatro cursos de graduação relacionados com cada uma das áreas fundamentais das Ciências Exatas e Naturais, das Ciências Humanas e das Letras, e dois cursos de caráter técnico-profissional, além de criar a proporção de professores com pós-graduação e tempo integral. Este mesmo conselho, através de resolução CFE 3/83, regulamenta o novo processo para autorização e reconhecimento de universidades e as facilidades colocadas no período contribuíram para a abertura de novas universidades.

Muitas mudanças começam a surgir no Ensino Superior Brasileiro, e dentre elas, apesar de ser posteriormente ajustado, está o surgimento, em 1995, do Exame Nacional de Cursos¹, com o objetivo de avaliar a eficácia das faculdades por meio dos alunos formandos nos cursos superiores.

Com a implantação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, Lei número 9.394/96, as universidades tornaram-se caracterizadas por sua produção e por seu corpo docente, podendo especializar-se por campo do saber. Pelo menos um terço de seu corpo docente deverá ter estudos pós-graduados e, na mesma proporção, os docentes deverão ser contratados em regime de tempo integral.

Em 2005 o INEP/MEC implanta as Diretrizes e o Instrumento Externo das Instituições de Educação Superior, denominado SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), criado pela Lei número 10.861, de 14 de abril de 2004. É formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

O SINAES avaliará todos os aspectos que giram em torno dos eixos: ensino, pesquisa e extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente, instalações e outros aspectos. Essas e outras experiências têm como finalidade acompanhar o desenvolvimento do ensino superior brasileiro, numa busca constante de qualidade, para que o ensino possa atender as necessidades do mercado e, acima de tudo, conduzir os sujeitos da aprendizagem a desenvolverem sua criticidade e autonomia do ato de aprender.

O campo do ensino superior brasileiro destaca-se por duas características principais: a privatização e a fragmentação institucional. Com base no censo da

¹ O Exame Nacional de Cursos foi criado pela Lei 9.131/95 com o objetivo de alimentar os processos de decisão e de formulação de ações voltadas para a melhoria dos cursos de graduação. Nesta Lei foram revogados os seus artigos 3º e 4º com a lei 10.861 de 14/04/2001.

educação superior de 2016, possuímos 2.407 Instituições de Educação Superior brasileiras; 87,70% (2.111) são do setor privado e 12,30% do setor público. Nas IES públicas, 107 são federais (36,1%), 123 estaduais (41,5%) e 66 municipais (22,4%).

Por meio de pesquisas realizadas pelo INEP, o conhecido Censo da Educação Superior informa que das 2.407 IES brasileiras, 8,2% (197) são universidades.

O sistema de ensino superior brasileiro é composto por instituições classificadas como Universidade, Faculdade, Centro Universitário, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica.

Os cursos de Ciências Contábeis no Brasil se encontram distribuídos nesta classificação nas modalidades presencial e EAD, e segundo o censo da educação superior de 2016, é o quinto curso demandado do país em número de estudantes matriculados.

Do início do século XX até o final da década de 1990 existiam muitos cursos técnicos de contabilidade para o atendimento de demandas contábeis não supridas pelo baixo número de cursos superiores destinados à formação de contadores.

O registro de técnicos de contabilidade junto aos Conselhos Regionais foi por décadas bem superior ao registro de contadores. Essa realidade passou a ser modificada a partir dos últimos 30 anos com um grande incremento de cursos superiores de Ciências Contábeis.

Em julho de 2017, mais de 65% dos profissionais registrados no Sistema CFC/CRCs eram contadores formados nas mais de 1.200 IES do Brasil.

Já o número de cursos de Ciências Contábeis ofertados, segundo dados do Censo de Educação Superior de 2016, era de 1.583 na modalidade presencial e EAD, com mais de 400 mil acadêmicos matriculados.

Contextualização Histórica da Profissão Contábil

A história da regulamentação da profissão contábil tem seu início no Império. Com a edição do Código Comercial Brasileiro, sancionado pelo imperador D. Pedro II, em 1850, o guarda-livros passou a ser considerado um agente auxiliar do comércio. Pelo artigo 35, item 3 desse primeiro Código Comercial, ele também é considerado preposto da Casa Comercial e, antes de entrar em serviço, deveria

receber do empregador ou preponente uma nomeação por escrito que, por sua vez, deveria ser inscrita no Tribunal do Comércio. Naquela época, não se falava em diplomados e não diplomados e, pelos registros da época, presume-se que a grande maioria dos contabilistas ou guarda-livros eram práticos e exerciam a profissão de forma empírica; até mesmo o próprio comerciante, o qual usava de rudimentos da Contabilidade para conduzir seus próprios negócios, mas, mesmo assim, já utilizando o método de partidas dobradas.

Datam do final do Império e do início da República os primeiros cursos comerciais do país. A primeira legislação reconhecendo a existência dessas escolas e sua utilidade veio em 1902, quando o então presidente Rodrigues Alves declarou de utilidade pública, com caráter oficial, os diplomas conferidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro, Escola Prática de Comércio de São Paulo, Instituto Comercial do Distrito Federal e Academia de Comércio de Juiz de Fora.

Em 1915 foi fundado o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais, primeira entidade para congregar contabilistas de que se tem notícia em nosso país. No ano seguinte foram fundados a Associação dos Contadores de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Contabilidade, no Rio de Janeiro. Em 1924 foi realizado, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade, liderado pelo senador João Lyra, quando foi iniciada a campanha para a regulamentação da profissão de Contador e para a reforma do ensino comercial.

Em 1927, o eminente contabilista Francisco D’Auria lançou a ideia de instituição do Registro Geral de Contabilistas do Brasil, com o propósito de selecionar, de acordo com os títulos de habilitação, os profissionais aptos para o desempenho das funções de contador. Esse Registro Geral, que chegou a ter um Conselho Perpétuo constituído por grandes nomes da profissão daquela época, foi o embrião do que hoje é o Sistema CFC/CRCs.

Em 1930, o Brasil passou pela maior convulsão política de sua história e, depois de uma revolução vitoriosa, instalou-se no poder o Governo Provisório liderado por Getúlio Vargas, que imprimiu grande ímpeto às mudanças institucionais que levaram à regulamentação de várias profissões, dentre as quais a de Contabilista.

Em 1931 foi concretizada a reforma do ensino comercial, pelo Decreto 20.158, efetuada nos mesmos moldes que haviam sido reivindicados durante o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Nesse ano foi instituído também o registro obrigatório dos guarda-livros e dos contadores na Superintendência do Ensino Comercial. No ano seguinte o Governo Provisório baixou o Decreto n.º 21.033, que estabeleceu novas condições para o registro de contadores e

guarda-livros, e que resolvia o problema dos práticos. O Decreto estabeleceu condições e prazos para o registro desses práticos e, a partir de então, a profissão contábil esteve indissolivelmente ligada à preparação escolar.

A profissão foi crescendo em números absolutos e em importância para a economia do país. Em 1943, o ensino comercial e a regulamentação profissional foram complementados e consolidados pelo Decreto-Lei n.º 6.141.

O desenvolvimento econômico que o Brasil apresentou, a partir dos anos 1940 provocou avanço da Contabilidade, tanto do ensino contábil quanto da profissão. Pela necessidade de elevação do nível desse ensino e a consequente valorização profissional, entendeu-se que o curso médio não atendia mais as exigências de uma formação aprimorada, o que levou o Ministério da Educação a propor à Presidência da República sancionar o Decreto-Lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945.

Este último Decreto foi bastante aplaudido pelas lideranças contábeis da época, que multiplicaram suas gestões perante os poderes públicos para a criação de um órgão semelhante ao Conselho Regional de Engenharia e à Ordem dos Advogados do Brasil, as duas profissões de nível universitário até então regulamentadas no Brasil.

O trabalho destas lideranças resultou no anteprojeto para a criação do CFC e para a regulamentação definitiva da profissão, que começou a tramitar nos vários ministérios governamentais. Sentindo que a hora havia chegado e que o Governo estava bastante aberto às sugestões neste sentido, os contabilistas do Rio de Janeiro (então a capital do país) enviaram, em 24 de setembro de 1945, uma convocação urgente para as entidades de todo o Brasil, convidando-as para a Primeira Convenção Nacional dos Contabilistas, com o objetivo de agradecer às autoridades a elevação dos cursos técnicos de comércio para o nível superior, bem como acelerar a tramitação do projeto de criação do “Conselho Nacional de Contabilidade”.

A Convenção foi realizada de 10 a 13 de outubro desse ano, e de seu programa, além das discussões e apresentações de teses, constaram várias visitas às maiores autoridades do Brasil para reivindicar a criação do Conselho. O projeto continuou sua peregrinação pelos vários departamentos oficiais e, finalmente, em 27 de maio de 1946, foi assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, que havia sucedido Getúlio Vargas no ano anterior em consequência da chamada redemocratização.

Com a edição do Decreto-Lei n.º 9.295/46 a história da Contabilidade no Brasil entra numa nova fase. Os meses seguintes à edição do Decreto-Lei fo-

ram tomados em articulações para a criação dos Conselhos Regionais nos vários Estados e para a consolidação do Conselho Federal de Contabilidade.

Em 1964 foi criada a Lei 4.320, que estatuiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, estados, municípios e do Distrito Federal, definindo um marco da contabilidade pública brasileira.

Em 1976 surge a Lei 6.404 que em seu dispositivo legal aborda sobre as sociedades anônimas. Esta é a atual normatização existente, embora a parte contábil alterou-se pela Lei 11.638, de 2007, e 11.941/09, colocando o Brasil no rol de mais de 150 países adotantes das normas internacionais de Contabilidade.

Este movimento de convergência aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS) teve início em 2005 com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – pela Resolução CFC nº 1.055/05 cuja finalidade é o estudo, preparo, emissão de Pronunciamentos Técnicos e sua divulgação.

Em 11 de junho de 2010 foi sancionada pelo Presidente da República a Lei 12.249/10, considerada uma das maiores conquistas da classe contábil brasileira.

Com a referida Lei, o CFC passou a regular, de forma inquestionável, os princípios contábeis, exame de suficiência, cadastro de qualificação técnica, programas de educação continuada e editar as normas brasileiras de contabilidade, de natureza técnica e profissional. A Lei ampliou a fiscalização no aspecto ético-disciplinar com o poder de cassação do exercício profissional.

O Ensino da Contabilidade no Brasil

Estudar a evolução do ensino da Contabilidade nas mais variadas épocas é prestar um serviço à classe contábil, abrindo no presente as portas do passado e provocando reflexões sobre o seu futuro.

O Ensino da Contabilidade como hoje o conhecemos não é recente. Antes, pelo contrário, é fruto de uma longa evolução, com períodos marcadamente diferentes.

As sementes para o ensino comercial e de Contabilidade no Brasil foram lançadas no século XIX, com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, e com a instituição formal das Aulas de Comércio e do Instituto Comercial do Rio de Janeiro. No século XX, o ensino da contabilidade passou a abranger os cursos profissionalizantes, a criação do ensino superior e a Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PELEIAS, 2007).

A par da evolução contábil, o ensino no país passou por profundas modificações, principalmente com a criação da Lei Orgânica de 1910, a reorganização dos ensinos secundário e superior pelo Decreto n.º 11.530, de 18/3/1915 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases n.º 4.024/61, prevista na Constituição de 1946 e cujos debates duraram de 1948 até 1961. Seguiram-se as reformas introduzidas pelas Leis 5.540/68 e 5.692/71, culminando com a atual Lei 9.394/96, de 20/12/1996.

O desenvolvimento econômico apresentado pelo Brasil, a partir dos anos 1940, contribuiu para o avanço da Contabilidade, tanto do ensino Contábil quanto da profissão. A partir da necessidade de elevação do nível desse ensino e da consequente valorização profissional, entendeu-se que o curso médio não mais atendia às exigências a uma formação aprimorada. Assim, o Ministério da Educação propôs à Presidência da República o sancionamento do Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. Hermann Júnior (1943, p.15-16) destaca:

Os cursos de Contabilidade Superior, em que são formados contadores, deverão desenvolver altos estudos de Contabilidade, de Organização e de Economia das instituições estatais, paraestatais e sociais e das empresas industriais, bancárias, de seguro e do comércio em geral, com o fito de preparar profissionais aptos para o desempenho de funções de direção nas grandes empresas e instituições públicas e particulares e as de peritos forenses, fiscais de seguros, fiscais de sociedades anônimas e outros que lhe serão outorgados com grande soma de responsabilidade pela legislação comercial e financeira vigentes. O elevado padrão de conhecimento necessário para o exercício de tais funções não pode ser adquirido em curso secundário (...) Somente as universidades, como indica a experiência de outros povos, oferecem o clima necessário para a formação de técnico com alta cultura científica.

Pelo Decreto-Lei no. 7.988, de 22 de Setembro de 1945, foi criado o Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuariais, conferindo o grau de Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais e o título de Doutor em Ciências Contábeis e Atuariais àqueles que, após no mínimo dois anos de graduado, viessem a defender tese original e de excepcional valor (defesa direta de tese).

Esse Decreto-Lei estabeleceu para o curso de Ciências Contábeis e Atuariais a duração de quatro anos e especificou não só as disciplinas, como também

a sequência na qual deveriam ser ministradas (curso seriado), assim disposto: PRIMEIRA SÉRIE: Análise Matemática; Estatística Geral e Aplicada; Contabilidade Geral; Ciências da Administração; Economia Política. SEGUNDA SÉRIE: Matemática Financeira; Ciências das Finanças; Estatística Matemática e Demográfica; Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola; Instituição de Direito Público. TERCEIRA SÉRIE: Matemática Atuarial; Organização e Contabilidade Bancária; Finanças das Empresas; Técnica Comercial; Instituições de Direito Civil e Comercial. QUARTA SÉRIE: Organização e Contabilidade de Seguros; Contabilidade Pública; Revisões e Perícia Contábil; Instituições de Direito Social; Legislação Tributária e Fiscal; Prática de processo Civil e Comercial.

Esse mesmo Decreto, em seu artigo 7º, estabeleceu que

a Faculdade Nacional de Política e Economia, criada pela Universidade do Brasil pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se de Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e funcionará como um centro nacional de ensino, em grau superior, de ciências econômicas e de ciências Contábeis e Atuariais e bem assim, de estudos e pesquisas nesses ramos dos conhecimentos científicos e técnicos.

Ainda, no ano de 1945 foi sancionado o Decreto-Lei nº. 8.191, de 20 de dezembro de 1945, que definiu as categorias profissionais que vigorariam após a criação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais e estabeleceu que as categorias de Guarda-Livros, Atuários, Contadores, Perito-Contadores e Bacharéis seriam agrupadas em apenas duas, a saber: Técnico em Contabilidade e Bacharel para os de nível superior.

Nesta década, com o Decreto-Lei Estadual nº 15.601, de 26 de janeiro de 1946, ocorreu a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, sendo nela instituídos dois cursos: a) Bacharelado em Ciências Econômicas; b) Bacharelado em Ciências Contábeis e Atuariais.

A Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951, autorizou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, mas, na prática, foi o abandono do Curso de Ciências Atuariais. A referida Lei dispõe, em seu artigo 4º, que “os cursos desdobrados pela presente Lei poderão ser concluídos em três anos, se assim o permitirem as condições didáticas e os horários escolares”, mas, de fato, isso não ocorreu.

Na década de 1960 ocorreram profundas modificações no Ensino Superior brasileiro que se repercutiram no Curso de Ciências Contábeis. Essas mudanças

ocorreram em função da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou o CFE - Conselho Federal de Educação, com atribuições de fixar os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores destinados à formação para as profissões regulamentadas em Lei.

Com o surgimento do Conselho Federal de Educação foi fixado o currículo mínimo para os cursos de Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas por meio da Resolução de 08 de fevereiro de 1963.

Para o Curso de Ciências Contábeis, ficou assim estabelecido:

Ciclo básico: Matemática; Estatística; Direito; Economia;

Ciclo de formação profissional: Contabilidade Geral; Contabilidade Comercial; Contabilidade de Custos; Auditoria e Análise de Balanço; Técnica Comercial; Administração; Direito Tributário.

O estabelecimento do currículo mínimo, pelo Conselho Federal de Educação, composto de matérias obrigatórias, não tirava o caráter flexível dos cursos, já que as matérias complementares ficavam a cargo de cada instituição de ensino, procurando respeitar a necessidade do mercado e do perfil de profissional que cada instituição desejava formar.

No que diz respeito ao tempo de duração do curso, cada instituição poderia reduzir ou aumentar essa duração mínima, desde que respeitando a carga horária anual de 772 horas, e final do curso, de 2.700 horas.

Os professores e investigadores Hilário Franco, Eliseu Martins e outros, no II Congresso Interamericano de Educadores da área Contábil, realizado no Brasil de 16 a 18 de setembro de 1983, apresentaram um trabalho intitulado “Currículo Básico do Contador: orientação técnica versus orientação humanística”, onde mostravam que a experiência latino-americana valorizava a participação das disciplinas técnicas no currículo em detrimento das disciplinas humanísticas. Por outro lado, a proposta feita pelos citados educadores era a da inclusão nos currículos dos Contadores de disciplinas humanísticas.

Em 1985, o Conselho Federal de Contabilidade instituiu um grupo de estudos composto pelos Professores Antonio Peres Rodrigues Filho, Eliseu Martins, George Sebastião Guerra Leone, José Amado Nascimento, Renato Becker e, como representante do Ministério da Educação, o professor Américo Matheus Florentino, a fim de realizarem uma pesquisa junto aos alunos, professores, chefes de departamentos, profissionais e usuários dos serviços do Contador, pois refletindo a opinião da sociedade a respeito da profissão do Contador, resultaria o novo currículo do Curso de Ciências Contábeis.

O Grupo de Estudos, após cuidadosa análise das 2.549 respostas obtidas, extraiu as seguintes conclusões: há um nível elevado de insatisfação no tocante

à formação atual dos Contadores, tanto na visão dos empresários como na dos docentes, formandos e mesmo dos profissionais da Contabilidade; uma das maiores deficiências reside no fato de os cursos ministrados serem excessivamente teóricos e, em alguns casos, estarem distanciados da realidade da profissão; os conhecimentos da parte prática podem ser transmitidos aos alunos através de: escritórios-modelo; estágio supervisionado por professores; exigência de trabalhos de formatura sob a orientação efetiva de professores; jogo de empresas e simulações. Uma falha frequentemente mencionada refere-se à inadequada e desatualizada formação dos professores – acentuada em algumas regiões – o que não poderá ser corrigido através da implantação de um currículo mínimo, mas sim mediante a reciclagem do corpo docente, com a criação de novos cursos de pós-graduação em nível de Especialização e de Mestrado. A implantação de um currículo mínimo uniforme para todo o país em muito contribuirá para reduzir as deficiências apontadas, sendo que em tal currículo não se deverá apenas relacionar as matérias que o irão compor, mas também evidenciar os principais tópicos do seu conteúdo programático, de modo a homogeneizar, tanto quanto possível, o mínimo a ser ministrado em todos os cursos de Ciências Contábeis. Há uma consciência, por parte dos pesquisados, da importância da aplicação de computação no ensino das disciplinas técnicas, mas há, segundo a pesquisa, um grande despreparo do corpo docente para essa implantação.

O currículo do Curso de Contabilidade, considerando-se os resultados da pesquisa, bem como a experiência acadêmica e profissional vivenciada pelo Grupo de Estudos, correspondeu, pelo menos, a 2.700 horas/aula (equivalentes a 4 aulas/dia x 5 dias/semana/semestre), isto é, 300 aulas/semestre em 9 semestres, as quais deverão ser oferecidas via 45 disciplinas. O curso correspondia, no mínimo, a 180 créditos, uma vez que foi obrigatória a manutenção de 4 créditos por disciplina; o currículo mínimo foi cingido de 2/3 do curso completo, de modo a que as escolas ficaram com liberdade para preencher o 1/3 restante (60 créditos, correspondentes a, pelo menos, 15 disciplinas). Nesses 60 créditos (ou mais), cujo preenchimento ficou a cargo das escolas, estas incluíam as matérias optativas, que seriam altamente desejáveis serem oferecidas por livre escolha dos alunos.

Em 1992, atendendo às expectativas de mudanças, o Curso de Ciências Contábeis sofreu outra reforma, pela Resolução nº 3/92, que fixou os conteúdos mínimos e a duração dos cursos em 2.700 horas. Esta mesma resolução dispõe os conhecimentos em três categorias específicas pelo artigo 5º, § 1º, dentro das faixas a seguir:

Categoria I – Conhecimentos de Formação Geral de Natureza Humanística e Social (de 15 a 25%) Disciplinas Obrigatórias: Língua Portuguesa; Noções

de Direito; Noções de Ciências Sociais; Ética Geral; Ética Profissional. Disciplinas Obrigatórias ou Eletivas: Noções de Psicologia; Filosofia da Ciência; Cultura Brasileira, e outras.

Categoria II – Conhecimentos de Formação Profissional (compreendendo de 55 a 75%): a) Conhecimentos Obrigatórios de Formação Profissional Básica: Administração Geral; Economia; Direito Trabalhista; Direito Comercial; Direito Tributário; Direito Societário; Matemática; Estatística. b) Conhecimentos Obrigatórios de Formação Profissional Específica: Contabilidade Geral; Teoria da Contabilidade; Análise das Demonstrações Contábeis; Auditoria; Perícia Contábil; Administração Financeira e Orçamento Empresarial; Contabilidade Pública; Contabilidade e Análise de Custos; c) Conhecimentos Eletivos (a critério da instituição): Contabilidade Gerencial; Sistemas Contábeis; Contabilidade Agrícola e Pecuária; Contabilidade de Seguros; Contabilidade de Cooperativas; Contabilidade Previdenciária; Contabilidade Imobiliária e outras disciplinas.

Categoria III – Conhecimentos ou Atividades de Formação Complementar (de 10 a 20%): Conhecimentos Obrigatórios de Formação Instrumental: Computação; Atividades Obrigatórias de Natureza Prática; Jogos de Empresas; Laboratório Contábil; Estudo de Caso; Trabalho de Conclusão de Curso; Estágio Supervisionado e outras disciplinas.

Surge, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as propostas para o Ensino Superior, tornando mais flexível a organização dos cursos e carreiras, a fim de atender à crescente heterogeneidade da formação prévia e expectativas de todos os interessados neste nível de ensino. O Parecer 776/97 do Conselho Nacional de Educação (CNE) direciona essas ações:

As diretrizes curriculares devem contemplar elementos de fundamentação essencial em cada área de conhecimento, campo do saber ou profissão, visando desenvolver no estudante a capacidade de aprender a aprender, a fim de que o futuro graduado periodicamente venha a atualizar-se através da educação continuada; devem pautar-se pela qualidade de formação a ser oferecida e também pela tendência internacionalmente registrada quanto ao tempo de permanência na graduação, que não é a sua ampliação – sendo em alguns casos o de sua redução; devem promover formas de aprendizagem que contribuam para reduzir a evasão, como mediante sistemas de módulos; devem induzir a implantação de programas de iniciação científica nos quais o aluno

desenvolva sua criatividade e análise crítica; devem incluir dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania.

Com as mudanças desta Lei, o surgimento das diretrizes curriculares constituem orientações para as Universidades, Centros Universitários, Faculdades Isoladas, sendo flexíveis as suas ações, devendo ser observadas as recomendações para que os cursos atendam à necessidade do mundo de trabalho e ampliem possibilidades de pesquisas. Os indicadores, que devem nortear as diretrizes de cada curso para que o mesmo tenha um norte delineado e bem definido, segundo o CFE, são: indicar o perfil pretendido pelo curso; as competências básicas que devem ser desenvolvidas; indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos; incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios do exercício profissional e de produção do conhecimento; estimular práticas de estudo independente; encorajar o reconhecimento dos elementos cognitivos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar; fortalecer a articulação teoria e prática e valorizar, sempre que possível, a pesquisa individual e coletiva; por fim, incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados.

Os atuais cursos de Ciências Contábeis devem ser organizados, de acordo com as orientações da Resolução do CNE/CES Nº 10, de 16 de Dezembro de 2004 (Anexo 1), que, dentre outras diretrizes, define as seguintes competências e habilidades:

- 1) utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- 2) demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade Contábil;
- 3) elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer sejam os modelos organizacionais;
- 4) aplicar adequadamente a legislação inerente às funções Contábeis;
- 5) desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos,

à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

6) exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

7) desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

8) exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Os conteúdos para formação do Bacharel em Ciências Contábeis devem atender aos seguintes campos interligados de formação:

I – conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II – conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades Atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III – conteúdos de Formação Teórico-Prática: estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Esse documento representou uma grande abertura para as IES definirem seus currículos plenos e assumirem a escolha do perfil de seus alunos conforme a demanda do mercado regional.

Nesse ambiente de mutação, desde os anos 2000 foi pensada a necessidade de atualização constante dos profissionais - por exemplo, a partir da norma para educação profissional continuada (Resolução 995/2004). Hoje, em 2017, a educação continuada já é exigência para os auditores e também para os responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis (ou que exerçam funções de gerência/chefia no processo de elaboração das demonstrações contábeis das empresas), além de profissionais que exerçam atividades relacionadas ao BCB, Susep, Previc e outros. Além disso, em 2010 definitivamente o exame de suficiência torna-se obrigatório pela Lei nº 12.249/2010, não cabendo mais discussão da sua legalidade e sua importância para que o mercado possa receber profissionais qualificados para o exercício da profissão.

Como já relatado pelo CFC, muitos profissionais têm dificuldades nas questões conceituais exigidas nos exames, o que reforça a importância da publicação de uma nova proposta de matriz curricular e da essência da aplicação das normas internacionais endossadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) a partir da emissão dos Pronunciamentos Técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preocupação com a qualidade dos cursos de ensino superior é essencial para formação de profissionais qualificados para o exercício da profissão. A baixa aprovação, na média nacional do exame de suficiência, requer atenção de coordenadores de cursos, diretores de faculdades, docentes e reguladores.

Nesse contexto, um convênio foi firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Federal de Contabilidade para que o CFC possa auxiliar, por meio de uma Comissão (Portaria CFC nº 055/2016), nos processos de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos na área de Contabilidade.

A contabilidade está cada vez mais integrada no mundo e o Brasil constantemente é citado pelo IASB como referência na adoção das normas internacionais. No entanto, todos sabemos dos desafios para sua plena implementação no ambiente empresarial, bem como para o setor público também adotar as normas internacionais aplicadas ao setor público (IPSAS) emitidas pela IFAC.

É nesse ambiente em permanente evolução que oferecemos essa nova proposta de matriz curricular para cursos de ciências contábeis, voltada para proporcionar aos discentes conteúdos de formação básica e profissional que o mercado de trabalho demanda.

Espera-se que esta obra atenda a uma das principais reivindicações da classe contábil: minimizar as divergências decorrentes das diversas matrizes existentes, respeitando as particularidades de cada região.

Em função de toda a evolução histórica mencionada, da adoção dos padrões internacionais de contabilidade, e inspirando-se na pesquisa realizada na década de 1980, esta obra contou com a importante contribuição dos coordenadores e professores de cursos de Ciências Contábeis de todo o país, que atenderam ao chamamento da FBC por meio de consulta pública on-line, onde apresentaram suas contribuições, o que culminou com essa nova proposta.

O Currículo no Ensino Superior

Na busca inicial pela etimologia da palavra, “currículo” é derivado do verbo latim *Currere* (correr), e significa carreira, pequena caminhada a percorrer. A sua própria etimologia e o seu significado sugerem-nos estas interrogações: Se currículo é uma pequena caminhada a percorrer, qual seria o melhor percurso a fazer? Imaginemos um desportista do atletismo a desejar conseguir chegar em primeiro lugar na corrida. Qual a estratégia que o mesmo faria para atingir seu objetivo? Treinaria diariamente durante seis meses antes da corrida? Qual seria a melhor alimentação para que ajudasse na sua performance física? Que vestimentas estariam mais adequadas para a realização da corrida? Essas e outras questões poderiam nortear o atleta para que pudesse atingir o seu alvo. Pensando agora no currículo existente numa Instituição de Ensino Superior, quando a mesma traça previamente os seus objetivos, quais seriam os alvos a atingir com o currículo adotado? Como as estratégias poderiam ser direcionadas? E de que maneira os seus objetivos poderiam ser avaliados?

Deste modo, procurar-se-á um enquadramento teórico-conceitual do currículo para melhor entender o resultado que dele se espera. Na Enciclopédia Mirador Internacional, currículo, do ponto de vista pedagógico, é um conjunto estruturado de disciplinas e atividades, organizado com o objetivo de possibilitar que seja alcançada certa meta, proposta e fixada em função de um planejamento educativo. Em perspectiva mais reduzida, indica a adequada estruturação dos conhecimentos que integram determinado domínio do saber, de modo a facilitar seu aprendizado em tempo certo e nível eficaz. O currículo, nesta visão, funciona como a intermediação entre o que é planejado pelo sistema educativo e os percursos necessários para atingir a meta definida.

Se optarmos por defini-lo como uma trajetória da ação educativa, na perspectiva de um processo, percebemos que, no século XX, alguns teóricos (Tyler, 1950; Taba, 1962; Johnson, 1977) conceituavam currículo como “uma construção dos objetivos da ação educativa e na subsequente determinação dos meios conducentes a tais fins”.

Com o mesmo raciocínio de Tyler, Taba (1962) propõe algumas etapas sequenciais para que se conceba um currículo devidamente planejado e dinamicamente concebido: diagnóstico das necessidades educacionais; definição de objetivos; escolha dos conteúdos; preparação dos conteúdos; seleção das experiências de aprendizagem e determinação dos métodos de avaliação do ensino.

Diante desta perspectiva, o currículo representa algo muito planejado e com intenções tão bem delineadas que não deixa margem para a reflexão crítica destas ações, nem dá oportunidade ao sujeito aprendiz de construir o seu próprio caminho de aprendizagem. Numa visão crítica das abordagens transmissivas, McLaren (1997) comenta que o mesmo representa muito mais do que um programa de estudos, um texto em sala de aula ou o vocabulário de um curso. Mais que isso, ele representa a introdução de uma forma particular de vida; serve, em parte, para preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade existente e favorece certas formas de conhecimento sobre outras.

Assim sendo, o currículo, dependendo da concepção pedagógica escolhida, terá um percurso de formação diferenciado, e por isso é necessário, antes de construir uma proposta de curso, delinear os aspectos filosóficos, científicos e metodológicos que se pretende alcançar na trajetória da ação curricular a ser desenvolvida. Após essa etapa é possível pensar em construir uma matriz curricular para aquela formação pretendida.

Além disso, deve-se levar em consideração a realidade, local, estado da IES, do país e da sua conexão com o mundo globalizado.

Matriz Curricular

Ao entender o currículo como um documento de identidade, a matriz curricular elaborada para qualquer curso leva em consideração o conjunto de componentes curriculares necessários a contribuir para a formação dos estudantes. Esses componentes podem ser as disciplinas, sejam elas obrigatórias, eletivas e optativas. Com base no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e no PPC (Projeto Pedagógico de Curso), ao estruturar o currículo deve-se salientar

estágio curricular e extracurricular, laboratório prático (quando existente), monitoria, trabalho de conclusão de curso, atividades complementares e o perfil desejado do egresso.

A matriz curricular deve ser flexível em função das constantes necessidades de atualização e inovação; pode e deve ser alterada quando se fizer necessário, cabendo a cada instituição observar a legislação pertinente. Cabe salientar que a velocidade das mudanças que estão ocorrendo faz com que os currículos dos cursos no ensino superior possam, sempre que necessário, sofrer alterações de melhorias para contribuir para a aprendizagem dos estudantes, tornando-os mais competitivos no mundo do trabalho onde serão inseridos.

A Resolução CNE/CES n.º 10/04 prevê em seu artigo 2º que as instituições de educação superior devem estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, descrevendo os seguintes aspectos:

- o perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- os componentes curriculares integrantes;
- os sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- o estágio curricular supervisionado;
- as atividades complementares;
- a monografia, o projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – por exemplo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
- o regime acadêmico de oferta.

As Instituições do Ensino Superior, ao pensar em criar um curso superior, enfrentam os primeiros questionamentos, que são: “O que é necessário para organizar o curso?”, “Quais os componentes curriculares mínimos exigidos pelas Diretrizes curriculares?”, “Que profissional gostaria que fosse formado?”, “Existe alguma ênfase na formação?”, “Propõe a parte prática do curso?”, “Como será desenvolvido o sistema de avaliação?”, “Como será estruturada a equipe docentes respeitando a titulação exigida pela legislação do ensino?” Essas e outras questões aparecem no momento de organização de um projeto político pedagógico de qualquer curso.

A concepção geral de Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de uma instituição é um documento que, depois de formulado, deve nortear todas as ações do curso que esteja sendo implementado na IES.

As Instituições de Ensino Superior devem criar condições que favoreçam o desenvolvimento do estudante não somente no que diz respeito ao aspecto cognitivo, mas também emocional, para que ele possa ser visto de maneira holística. Isso será possível na medida em que as IES reconheçam que sua função não é somente formar profissionais especializados, mas também pessoas capazes de lidar com pessoas, máquinas e objetos, e que, acima de tudo, saibam lidar com a realidade onde vivem. Esse olhar pode ser contemplado no Projeto Pedagógico do Curso e implementado com a conscientização de todos os atores envolvidos no processo (docentes, discentes, funcionários e corpo diretivo).

Ao abordar sobre o Projeto Pedagógico de Curso cabe destacar a criação pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) do Núcleo Docente Estruturante (NDE) através da Resolução nº 1 da CONAES, de 17 de junho de 2010, que tem como atribuições previstas no artigo 1º, o seguinte: os docentes participantes deverão ter atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuação no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso, o que demonstra a importância de um conjunto de docentes mais envolvidos com o PPC.

Por fim, cabe destacar as exigências do MEC quanto ao número de mestres e doutores nas IES, cuja realidade reflete a carência de docentes com titulação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), que vem sendo discutida no âmbito dos órgãos de classe, principalmente CFC e FBC, e também pelas entidades acadêmicas (Capes, Anpcont, MEC), ao longo dos últimos anos.

Embora se registre um crescimento nos programas de mestrado e doutorado no país, ainda estamos distantes de estabelecer uma relação mais apropriada entre o número de cursos de Ciências Contábeis e o de docentes com titulação na área.

CAPÍTULO 2

Organismos Contábeis Nacionais e Internacionais

A proposta de matriz curricular desta obra envolve, especialmente em seus conteúdos programáticos, diversas normas, resoluções, portarias, pronunciamentos e interpretações, entre outros, cuja origem advém de organismos nacionais e internacionais.

O objetivo deste capítulo é apresentar os principais organismos ligados à contabilidade no Brasil e no mundo, e suas informações foram extraídas, principalmente, do projeto de Tese de Doutorado “Uma Abordagem à Harmonização Contabilística Internacional na América Latina” (CARNEIRO, 2017).

Organismos Nacionais

No Brasil, o principal órgão normatizador em contabilidade é o CFC, de acordo com a Lei 12.249/10, que no seu art. 76 dispõe sobre a alteração do art. 6º do Decreto-Lei 9.295, de 1946, cabendo ao Conselho, entre outras atribuições, editar as Normas Brasileiras de Contabilidade.

A referida Lei estancou qualquer dúvida quanto ao poder do Conselho Federal de Contabilidade em emitir as Normas Brasileiras de Contabilidade. No entanto, existem outros organismos que normatizam de acordo com a sua área de interesse: CVM (Comissão de Valores Mobiliários), SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), BACEN (Banco Central do Brasil) e a Receita Federal.

Existe também o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado por Resolução do CFC, em 2005, cujo objetivo é o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade que permitam a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras.

Conselho Federal de Contabilidade – CFC

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma autarquia especial corporativa, dotada de personalidade jurídica de direito público, criada pelo Decreto-Lei 9.295, de 27 de maio de 1946.

A sua principal finalidade é registrar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão e promover a educação continuada, conforme previsto na Lei 12.249/10, que alterou o mencionado Decreto-Lei 9.295.

São atribuições do Conselho Federal de Contabilidade (Art. 6º):

- a) Organizar o seu Regimento Interno;
- b) Aprovar os Regimentos Internos organizados pelos Conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- c) Tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) Decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais;
- e) Publicar o relatório anual de seus trabalhos, em que deverá figurar a relação de todos os profissionais registrados;
- f) Regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Desta forma, o CFC não só supervisiona, gerencia e regulamenta o controle do exercício profissional da contabilidade, como também edita princípios e normas de contabilidade técnicas e profissionais, os quais estabelecem regras de exercício profissional.

O CFC integra e/ou participa dos principais organismos internacionais: a IFAC, o IASB, o GLENIF, a AIC e o CILEA.

O Sistema CFC é composto por 27 Conselhos Regionais de Contabilidade, sediados em cada uma das Unidades da Federação, contando atualmente com mais de 500 mil profissionais registrados.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada pela Lei 6.385, de 1976, com objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. Trata-se de autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda. Conforme a Lei que a instituiu, a CVM exercerá suas atribuições com o intuito de:

- a) Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão;
- b) Proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e atos ilegais de administradores e acionistas controladores de companhias ou de administradores de carteira de valores mobiliários;
- c) Evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de procura, oferta ou preço de valores mobiliários negociados no mercado;
- d) Assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido;
- e) Assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;
- f) Estimular a formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários;
- g) Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas.
- h) Assegurar a observância no mercado, das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Também cabe à Comissão de Valores Mobiliários - CVM disciplinar, entre outras, as seguintes matérias:

- a) Registro de companhias de capital aberto;
- b) Registro de distribuições de valores mobiliários;
- c) Credenciamento de auditores independentes e administradores de carteiras de valores mobiliários;

- d) Organização, funcionamento e operações das bolsas de valores;
- e) Negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários;
- f) Administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários;
- g) Suspensão ou cancelamento de registros, credenciamentos ou autorizações;
- h) Suspensão de emissão, distribuição ou negociação de determinado valor mobiliário ou decretar recesso de bolsa de valores.

BACEN - Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (BACEN) foi criado em 1964 com a promulgação da Lei nº 4.595. O BACEN é, portanto, uma autarquia federal que compõe o sistema financeiro brasileiro, organismo vinculado, atualmente, ao Ministério da Fazenda. Por ser a principal autoridade monetária do país, regula a operação das instituições financeiras e equiparadas do Brasil.

Dentre as suas principais atribuições, estão:

- a) Emitir papel-moeda e moeda metálica;
- b) Executar os serviços do meio circulante;
- c) Receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras;
- d) Realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras;
- e) Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- f) Efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais;
- g) Exercer o controle de crédito;
- h) Exercer a fiscalização das instituições financeiras;
- i) Autorizar o funcionamento das instituições financeiras;
- j) Estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras;
- k) Vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais;
- l) Controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.

O BACEN tem também a competência de emitir normas de contabilidade e resoluções impositivas às instituições financeiras.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda e foi criada pelo Decreto-Lei nº 73 de 1966, sendo o organismo responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

Por meio deste Decreto-Lei foram reguladas todas as operações de seguros e resseguros e instituído o Sistema Nacional de Seguros Privados, constituído pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), sociedades autorizadas a operar em seguros privados e corretores habilitados.

São atribuições da SUSEP:

- a) Fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP;
- b) Atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro;
- c) Zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados;
- d) Promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados, com vistas à maior eficiência do Sistema Nacional de Seguros Privados e do Sistema Nacional de Capitalização;
- e) Promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição, assegurando sua expansão e o funcionamento das entidades que neles operem;
- f) Zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado;
- g) Disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas;
- h) Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas;
- i) Prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP.

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON – foi criado em 1971 para dar maior representatividade ao segmento dos auditores independentes e contadores.

São objetivos estatutários do IBRACON:

- a) Ampliar o campo de atuação e manter a confiança na atividade de Auditoria Independente junto à Sociedade em geral criando valor e representatividade para os associados e salvaguardando e divulgando os padrões de excelência em contabilidade e auditoria;
- b) Promover ações institucionais com a finalidade de propiciar à atividade de Auditoria Independente visibilidade e proteção, valorização da profissão contábil e defesa dos seus interesses e de seus associados;
- c) Interpretar e manifestar-se sobre princípios e normas de contabilidade oriundos de entidades normativas;
- d) Emitir normas e pronunciamentos de auditoria independente e de contabilidade, promovendo a convergência com os equivalentes internacionais;
- e) Desenvolver estudos e pesquisas nas áreas do conhecimento contábil e de auditoria;
- f) Contribuir com as entidades de ensino para a melhoria da formação de profissionais no campo da auditoria independente;
- g) Contribuir para a capacitação dos profissionais integrantes do seu quadro associativo, bem como daqueles que participem de seus cursos e atividades congêneres, fornecendo-lhes educação continuada;
- h) Promover a melhoria de qualidade das empresas de auditoria;
- i) Estabelecer convênios com entidades públicas ou privadas para auxiliar no cumprimento dos objetivos.

O IBRACON contribui para o desenvolvimento da profissão no Brasil. Integra a IFAC e participa do IASB e da AIC, além de cooperar em matéria técnica com o GLENIF, juntamente com o Conselho Federal de Contabilidade.

Ao longo dos anos, os relacionamentos internacionais do IBRACON se ampliaram, construindo parcerias como a da IFRS Foundation, que permitiu com

que o IBRACON se tornasse a entidade autorizada a traduzir o livro “Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)”, emitidas pelo IASB.

A Diretoria Técnica é apoiada pela Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), que conta com um Comitê de Normas de Contabilidade (CNC), um Comitê de Normas de Auditoria (CNA) e Grupos de Trabalho (GTs), todos compostos por profissionais de relevância.

Receita Federal

A Secretaria da Receita Federal do Brasil é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e aqueles incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do país.

A Receita Federal é um organismo específico, singular, subordinado ao Ministério da Fazenda, exercendo funções essenciais para que o Estado possa cumprir os seus objetivos.

Também subsidia o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, previne e combate a sonegação fiscal, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Receita Federal do Brasil podem ser sintetizadas como:

- a) Administração dos tributos internos e do comércio exterior;
- b) Gestão e execução das atividades de arrecadação, lançamento, cobrança administrativa, fiscalização, pesquisa e investigação fiscal e controle da arrecadação administrada;
- c) Gestão e execução dos serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiro;
- d) Repressão ao contrabando e descaminho, no limite da sua alçada;
- e) Preparo e julgamento, em primeira instância, dos processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários da União;
- f) Interpretação, aplicação e elaboração de propostas para o aperfeiçoamento da legislação tributária e aduaneira federal;
- g) Subsídio à formulação da política tributária e aduaneira;

- h) Subsídio à elaboração do orçamento de receitas e benefícios tributários da União;
- i) Interação com o cidadão por meio dos diversos canais de atendimento, presencial ou a distância;
- j) Educação fiscal para o exercício da cidadania;
- k) Formulação e gestão da política de informações econômico-fiscais;
- l) Promoção da integração com órgãos públicos e privados afins, mediante convênios para permuta de informações, métodos e técnicas de ação fiscal e para a racionalização de atividades, inclusive com a delegação de competência;
- m) Atuação na cooperação internacional e na negociação e implementação de acordos internacionais em matéria tributária e aduaneira.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado em 2005 por meio da Resolução CFC 1055/05. O CPC é composto pelas seguintes instituições: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Nacional), Bolsa de Valores de São Paulo (BMF&BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Além destas seis entidades, cada uma com dois membros no comitê, serão sempre convidados a participar (sem direito de voto) os representantes das seguintes entidades:

- Banco Central do Brasil;
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Secretaria da Receita Federal;
- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (RODRIGUES et al., 2012).

O CPC tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos e a divulgação de informações dessa natureza para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a conver-

gência da Contabilidade Brasileira com as normas internacionais de contabilidade.

Além dos Pronunciamentos Técnicos, o CPC poderá emitir Orientações e Interpretações, sendo que todos poderão ser consubstanciados em Normas Brasileira de Contabilidade pelo CFC e em atos normativos pelas restantes entidades reguladoras brasileiras, visando dirimir dúvidas quanto à implementação desses Pronunciamentos Técnicos.

A partir da emissão dos CPCs, os demais organismos reguladores, cada um na sua área de competência, emite a sua própria norma.

Organismos Internacionais

O Brasil participa dos principais organismos internacionais, o IASB e a IFAC. Estes organismos têm tido um papel essencial na normatização internacional: o primeiro, em âmbito empresarial ou setor privado, e o segundo, relacionado ao setor público e da auditoria. Em termos regionais, integra como um dos fundadores o GLENIF (Grupo Latino-Americano de Emissores de Informações Financeiras), ou em inglês GLASS (*Group of Latin-American Accounting Standard Setters*).

No mundo existem outros diferentes grupos, tais como: na Europa, o EFRAG (*European Financial Reporting Advisory Group*); na África, o PAFA (*Pan African Federation of Accountants*), e na Ásia, o AOSSG (*Asian Oceania Standards Setters Group*).

O IASB – O International Accounting Standards Board

O IASC – *International Accounting Standards Committee* foi fundado em 1973, em Londres. Surgiu da união entre entidades profissionais da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos da América. Mais tarde, em 2001, o IASC extinguiu-se e foi criado o IASB, uma organização internacional sem fins lucrativos que publica e atualiza as Normas Internacionais de Contabilidade, tendo como compromisso principal desenvolver um modelo único, de alta qualidade, com transparência e comparabilidade.

O IASB tem como meta alcançar a uniformidade nos princípios contábeis utilizados pelas companhias e outras instituições que preparam demonstrações financeiras no mundo.

A estrutura dos pronunciamentos do IASB é atualmente a seguinte: a) IFRS – *International Financial Reporting Standards*, denominação das normas mais recentes que surgiu após a reestruturação; b) IAS - *International Accounting Standards*, designação das primeiras normas no tempo do IASC; c) IFRIC – *International Financial Reporting Interpretations Committee*, que são as interpretações mais recentes, e d) interpretações SIC – *Standing Interpretations Committee*, designação das interpretações no tempo do IASC (MEIRELLES, 2009).

No mundo, existe uma variedade de normas de contabilidade, sendo que cada país tem as suas próprias. O IASB procura substituir essas normas nacionais de contabilidade por um conjunto único de normas internacionais.

A IFAC - International Federation of Accountants

A *International Federation of Accountants* (IFAC) foi fundada em 1977 e sua missão é servir o interesse público, fortalecer a profissão contábil no mundo e contribuir para o desenvolvimento de economias internacionais fortes mediante o estabelecimento e a promoção da adesão a normas profissionais de alta qualidade, bem como a promoção da convergência internacional dessas normas.

A IFAC foi fundada depois do IASC, e tem uma tradição de trabalho em comum. Para fortalecer a profissão contábil no mundo e o interesse público, a IFAC tem procurado:

- a) Desenvolver normas internacionais de alta qualidade em auditoria e contabilidade pública, ética e educação para profissionais de contabilidade, apoiando a sua adoção e utilização;
- b) Facilitar a colaboração e cooperação entre os seus membros (organismos nacionais representativos da profissão);
- c) Colaborar e cooperar com outras organizações internacionais;
- d) Servir como porta-voz internacional da profissão contábil.

Para proteger e atender ao interesse público, segundo a IFAC, é fundamental promover e fazer cumprir as normas de qualidade reconhecidas internacionalmente para a auditoria, educação, ética, e de contabilidade do setor público, que levam à credibilidade das informações para os investidores e outras partes interessadas. A IFAC promove ainda a convergência entre as normas expedidas pelo IASB e as normas que desenvolve para o setor público (*International Public Sector Accounting Standards* - IPSAS)

Existem, portanto, diversos comitês na IFAC que estabelecem os seguintes pronunciamentos:

- a) Código de Ética para Profissionais da Área Contábil;
- b) Normas Internacionais de Auditoria, Inspeção e outras formas de asse-
guração do controle de qualidade e serviços relacionados;
- c) Normas Internacionais de Controle de Qualidade;
- d) Normas Internacionais de Ensino;
- e) Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) são os membros do Brasil na IFAC.

O GLENIF - Grupo Latino-americano de Emissores de Normas de Informação Financeira

O GLENIF foi instituído em junho de 2011 e é o mais jovem dos quatro grupos regionais que colaboram com o IASB. Apenas um mês antes, em maio, foi constituído o *Pan African Federation of Accountants* (PAFA). A Europa é representada pelo *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG), criado em 2001, e os continentes da Ásia e Oceania contam com o *Asian Oceania Standard Setters Group* (AOSSG), cujo trabalho iniciou em 2009.

Em 2011, para preencher um espaço no âmbito da América Latina, foi criado o GLENIF, com o objetivo de harmonizar o pensamento contábil na América Latina e ser a sua voz junto ao IASB, cabendo a presidência inicial do organismo ao Brasil.

A Ata de Constituição do grupo foi assinada em 2011 pelas entidades dos 12 países que o integram, e o seu primeiro presidente eleito foi o Presidente do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil.

O desafio de unir os países da América Latina e constituir o GLENIF foi superado após discussões a respeito dos objetivos, da estrutura e das ações do grupo, sobre temas técnicos de interesse comum para a formulação de agenda a ser enviada ao IASB, e, ainda, sobre a viabilização de estudos técnicos em coordenação com atividades regulares do IASB.

Atualmente são 17 países da América Latina que integram o GLENIF. O CFC é a entidade que representa o Brasil no GLENIF.

O GLENIF tem como objetivos específicos:

- a) Interagir com o IASB em aspectos técnicos, respeitando a soberania nacional de cada país-membro, para fazer contribuições técnicas diretas ao IASB. A interação estará focada nos documentos emitidos pelo IASB. Isso inclui, por exemplo, papéis para discussão, rascunho de normas, audiências públicas, normas promulgadas como obrigatórias, revisão das normas existentes e apresentação de propostas de mudança ou de melhoria que contemplem as situações específicas dos países da região;
- b) Promover a adoção e a convergência com as normas emitidas pelo IASB, nas jurisdições da região, e sua aplicação consistente;
- c) Cooperar com governos, reguladores e outras organizações regionais, nacionais e internacionais no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade do relato financeiros na região;
- d) Colaborar na difusão das normas emitidas pelo IASB na região, particularmente no país a que pertence cada organismo emissor;
- e) Oferecer propostas à agenda do IASB e coordenar o alinhamento com a agenda da região;
- f) Atuar nas reuniões técnicas do *National Standard Setters* (NSS) e *World Standard Setters* (WSS) que forem consideradas convenientes, respeitando a soberania nacional de cada membro que participar de ambos os grupos;
- g) Interagir com outros organismos da América Latina (União de Nações Sul-Americanas – UNASUR, Mercado Comum do Sul – Mercosul, Comunidade Andina – CAN) em temas relacionados com a normalização contábil (GLENIF, 2013).

O GLENIF realiza as suas atividades por meio de Grupos de Trabalho Técnico, conhecidos como GTT, que são constituídos pelo Diretório, com base nas propostas realizadas pelo organismo normatizador em contabilidade de cada país membro.

CAPÍTULO 3

Proposta de Matriz Curricular

Após a contextualização histórica do ensino e da profissão contábil, e considerando os aspectos legais, econômicos e sociais, bem como o contexto brasileiro no cenário mundial, formulou-se a presente proposta para bacharelado em Ciências Contábeis, estruturada da seguinte forma:

- Componentes Curriculares;
- Carga Horária;
- Ementas;
- Objetivo(s);
- Conteúdos programáticos;
- Sugestões de referências.

Destaca-se que é preciso levar em consideração a necessidade de eventuais adaptações da referida matriz curricular às características regionais brasileiras.

A proposta contempla, ainda, modelos de regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); de Atividades Complementares e também de Estágio Supervisionado, com aplicabilidade para a modalidade de ensino presencial ou à distância.

As ementas correspondem à síntese dos conteúdos a serem trabalhados nos diferentes componentes curriculares.

O conteúdo programático refere-se ao detalhamento dos conteúdos, unidades ou itens que poderão ser trabalhados, com base na ementa proposta.

Quanto às sugestões de referências, as fontes sugeridas não são livros-texto que devam ser seguidos na sua íntegra. Portanto, poderá haver a necessidade de consultar outras fontes ou substituí-las. Trata-se apenas da indicação de obras que, de forma mais ou menos aprofundada, abordam os conteúdos elencados em um determinado componente curricular.

Cabe destacar que cada instituição deverá atender ao que preconiza a Resolução CNE/CES n.º 02/07 (Anexo 2), que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e à duração dos cursos de graduação, que para o curso de Ciências Contábeis é de 3.000 horas.

A carga horária total do curso é a soma das cargas horárias dos componentes curriculares e das atividades de complementação do ensino (trabalho de conclusão de curso, estágio supervisionado e atividades complementares).

Eixos Temáticos

Este documento apresenta os componentes curriculares do curso de Ciências Contábeis organizados em três Eixos Temáticos, perfazendo o total de 3.000 horas.

Os três Eixos Temáticos estão em consonância com a Resolução CNE/CES n.º 10/04, e os conteúdos assim distribuídas:

› Conteúdo de Formação Básica	900 horas/aula.
› Conteúdo de Formação Profissional	1.620 horas/aula.
› Conteúdo de Formação Teórico-Prática	480 horas/aula.

Para integralizar a carga horária total do curso, e limitando-se a 20% do montante, devem ser regulamentadas as atividades complementares (requisito obrigatório) e o Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Estágio Supervisionado (requisitos opcionais).

Nesta proposta, optou-se por apresentar a combinação destas três possibilidades, a saber:

- 240 horas de Estágio Supervisionado;
- 120 horas em Trabalho de Conclusão de Curso;
- 120 horas em Atividades Complementares.

Os conteúdos foram distribuídos de forma a atender a Resolução CNE/CES n.º 02/07, que dispõe sobre a carga horária mínima, sobre procedimentos relativos à integralização e duração do curso, bem como à Resolução CNE/CES n.º 03/07 (Anexo 3), que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto aos conceitos de horas/aulas.

Fluxo do Curso

O fluxo do curso, isto é, a disposição dos componentes curriculares e a forma como são oferecidos aos alunos (módulos ou semestre), assim como a inclusão dos pré-requisitos podem variar de uma instituição para outra, consideradas as peculiaridades de cada uma.

Segundo a Resolução CNE/CES n.º 10/04, os conteúdos de formação básica compreendem os estudos relacionados com "outras áreas do conhecimento, sobretudo administração, economia, direito, métodos quantitativos, matemática e estatística".

Os conteúdos de formação profissional compreendem os estudos específicos "atinentes à teoria da contabilidade, incluindo domínio das atividades atuariais e quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares aos setores público e privado".

Os conteúdos de formação teórico-prática se referem ao "estágio curricular supervisionado, atividades complementares, estudos independentes, conteúdos optativos, práticas em laboratórios de informática usando softwares atualizados para contabilidade".

Os conteúdos anteriormente relacionados pela Resolução podem ser considerados, portanto, como diretrizes curriculares para qualquer Instituição de Ensino Superior, ou seja, o núcleo essencial para uma adequada formação profissional.

Estágio Supervisionado

O estágio curricular é um requisito de capacitação necessário aos discentes, possibilitando que estes apliquem na prática os conhecimentos adquiridos na

academia, representando, dessa forma, um importante elo esperado entre teoria e prática.

Segundo o Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CES n.º 10/04), o “Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização”.

A Resolução admite que o estágio possa ser realizado na própria instituição, mediante a utilização de laboratórios, desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria devidamente aprovada pelo Conselho Superior Acadêmico competente da instituição. Tal regulamentação deverá conter, obrigatoriamente, os critérios, os procedimentos e os mecanismos de avaliação. Ressalta-se ainda da necessidade de se observar a Lei N.º 11.788/2008 e os demais dispositivos legais vigentes.

A proposta de Regulamento de Estágio Supervisionado (Anexo 6) foi elaborada a partir de experiências positivas de diversos cursos de Ciências Contábeis e poderá ser adaptada à realidade de cada IES.

Trabalho de Conclusão de Curso

Conforme a Resolução CNE/CES n.º 10/04, em seu artigo 9º, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “é um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso”.

A Resolução enfatiza que a instituição que optar por incluir o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas à sua elaboração.

O escopo e o formato do TCC (assim como sua própria nomenclatura) variam entre os diversos cursos e entre as diferentes instituições. Considerando a importância de disseminação do conhecimento, a instituição poderá optar pela monografia e/ou artigo, de forma individual ou coletiva.

No caso em que a opção for o artigo, e que ocorra o incentivo à sua publicação, deverá haver a devida compatibilização entre o regulamento de TCC da IES e as eventuais publicações em congressos científicos e periódicos.

A proposta de Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo 4) foi elaborada a partir de experiências positivas de diversos cursos de Ciências Contábeis e poderá ser adaptada à realidade de cada IES.

Atividades Complementares

Conforme a Resolução CNE/CES n.º 10/04, em seu artigo 8º, as Atividades Complementares “são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive as adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão na comunidade”.

As Atividades Complementares devem se constituir de “componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com Estágio Curricular Supervisionado” (Resolução CNE/CES n.º 10/04).

As atividades complementares são atividades acadêmicas e profissionais que integram a formação universitária, dispondo de regulamento e carga horária específicos, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e legislação institucional, objetivando flexibilizar os currículos.

Consistem em um conjunto de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, selecionadas e realizadas pelo aluno, ao longo do seu curso de graduação, de acordo com seus interesses e possibilidades, desde que previstas no regulamento da instituição.

Cabe ressaltar que o cumprimento das atividades complementares – previstas no regulamento – é condição determinante para a integralização do currículo.

A proposta de Regulamento de Atividades Complementares (Anexo 5) foi elaborada a partir de experiências positivas de diversos cursos de Ciências Contábeis e poderá ser adaptada à realidade de cada IES.

A seguir se apresenta a proposta de componentes curriculares divididos por Eixos temáticos:

QUADRO 1 – Proposta de Componentes Curriculares por Eixo Temático

Código	Título	Carga Horária
CONTEÚDO DE FORMAÇÃO BÁSICA		
1001	Matemática	60
1002	Métodos Quantitativos Aplicados	60
1003	Matemática Financeira	90
1004	Comunicação Empresarial	60
1005	Microeconomia	60
1006	Macroeconomia	60
1007	Administração	60
1008	Instituições de Direito Público e Privado	60
1009	Direito Comercial e Legislação Societária	60
1010	Direito Trabalhista e Legislação Social	60
1011	Direito e Legislação Tributária	90
1012	Ética e Legislação Profissional	60
1013	Metodologia do Trabalho Científico	30
1014	Metodologia da Pesquisa	60
1015	Psicologia Organizacional	30
SUBTOTAL		900

Código	Título	Carga Horária
CONTEÚDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
2001	Contabilidade Introdutória	120
2002	Contabilidade Intemediária	120
2003	Contabilidade Avançada	120
2004	Teoria da Contabilidade	60
2005	Perícia, Avaliação e Arbitragem	60
2006	Contabilidade de Custos	60

2007	Gestão Estratégica de Custos	60
2008	Auditoria	120
2009	Controladoria	60
2010	Finanças Públicas	60
2011	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	120
2012	Planejamento e Contabilidade Tributária	60
2013	Planejamento e Orçamento Empresarial	60
2014	Análise das Demonstrações Contábeis	60
2015	Empreendedorismo	60
2016	Mercado de Capitais	60
2017	Finanças Corporativas	60
2018	Sistemas de Informação Gerencial	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	SUBTOTAL	1.620

Código	Título	Carga Horária
	CONTEÚDO DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA	
3001	Estágio Supervisionado	240
3002	Trabalho de Conclusão de Curso	120
3003	Atividades Complementares	120
	SUBTOTAL	480

Código	Título	Carga Horária
	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS – MÍNIMO DE 240 HORAS	
4001	Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	60
4002	Contabilidade do Terceiro Setor	60
4003	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	60
4004	Contabilidade Nacional	60

4005	Governança Corporativa	60
4006	Filosofia da Ciência	30
4007	Tecnologia da Informação	60
4008	Cenário Contábil Internacional	60
4009	Responsabilidade Socioambiental	60
4010	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	60
4011	Contabilidade para Construção Civil e Imobiliária	60

Os componentes curriculares sugeridos como optativos não esgotam as possibilidades de inclusões na matriz. Outros títulos poderão ser escolhidos e inseridos na matriz curricular, tais como contabilidade para segmentos específicos (cooperativas, seguradoras, consórcios, hospitais, hotéis, entidades desportivas etc.).

CAPÍTULO 4

CONTEÚDO DE FORMAÇÃO BÁSICA

A proposta de Conteúdo de Formação Básica foi desenvolvida com base no disposto na Resolução CNE/CES n.º 10/04, de 16/12/04, e o seu conteúdo é composto pelos seguintes componentes curriculares: Matemática; Métodos Quantitativos Aplicados; Matemática Financeira; Comunicação Empresarial; Microeconomia; Macroeconomia; Administração, Instituições de Direito Público e Privado; Direito Comercial e Legislação Societária; Direito Trabalhista e Legislação Social; Direito e Legislação Tributária; Ética e Legislação Profissional; Metodologia do Trabalho Científico; Metodologia da Pesquisa; Psicologia Organizacional.

Neste e nos capítulos que se seguem, as disciplinas são apresentadas com a seguinte estrutura: Título; Ementa; Objetivo(s); Conteúdo Programático; e Sugestões de Referências.

Matemática

EMENTA

Conjuntos. Equações e Inequações. Funções. Sistemas Lineares. Matrizes e Determinantes. Limites e Continuidade. Derivadas. Integrais. Logaritmo.

OBJETIVO(S)

Compreender os conceitos de matemática e os seus significados práticos aplicados às necessidades da Ciência Contábil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conjuntos

- Conjuntos numéricos
- Números racionais
- Números reais

- Intervalos
- Módulo ou valor absoluto
- Subconjuntos
- Reunião e interseção de conjuntos

Equações e inequações

- Equação e inequação do 1º grau
- Equação e inequação do 2º grau

Funções

- Conceitos
- Operações com funções
- Representação gráfica
- Funções usuais
- Função quadrática
- Aplicações
- Funções crescentes e decrescentes
- Função exponencial
- Função polinomial
- Funções trigonométricas

Sistemas de lineares

- Definição
- Classificação de sistema linear
- Regra de Cramer
- Sistemas equivalentes
- Métodos de escalonamento
- Característica de uma matriz

Matrizes e determinantes

- Definição e notação
- Tipos de matrizes
- Operações com matrizes
- Cofator
- Regra de Laplace
- Valor do determinante
- Processo da triangulação

Limites e continuidade

- Conceito
- Limite de uma função num ponto
- Cálculo de limites
- Continuidade de uma função
- Assíntotas verticais e horizontais
- Limites infinitos
- Formas indeterminadas
- Aplicação do estudo de limites

Derivadas

- Conceito
- Taxa média de variação
- Função derivada
- Regras de derivação
- Derivada das principais funções elementares
- Propriedades operatórias
- Função composta
- Função inversa
- Diferencial de uma função
- Funções marginais
- Fórmulas de Taylor e Maclaurin
- Aplicação do estudo de derivadas

Integrais

- Definição
- Propriedades operatórias
- Integral definida
- Integral indefinida
- Técnicas de integração
- Primitiva de uma função
- Noções de equações diferenciais
- Teorema fundamental do cálculo
- Cálculo de área

Logaritmo

- Função logarítmica
- Sistemas de logaritmos
- Propriedades operatórias do logaritmo

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

BOULOS, Paulo. **Cálculo diferencial e integral**. São Paulo: Pearson, 1991. V. 1 (398 p.). ISBN 9788534610414.

FAINGUELERNT, Estela Kaufman; GOTTLIEB, Franca Cohen. **Guia de estudo de matemática: matrizes e determinantes: sistemas lineares**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2004. 148 p. ISBN 9788573933659

FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Miriam Buss. **Cálculo A: funções, limite, derivação e integração**. 6. ed. São Paulo: Makron, 2006. 464 p. ISBN 9788576051152.

HARIKI, Seiji; ABDOUNOUR, Oscar João. **Matemática aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2008. 466 p. ISBN 9788502028029.

HARSHBARGER, Ronald J; REYNOLDS, James J. **Matemática aplicada: administração, economia e ciências sociais e biológicas**. 7. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 876 p. ISBN 9788586804847.

LEITHOLD, Luis. **O cálculo com geometria analítica**. 3.ed. São Paulo: Harbra, 1994. V. 1 (788 p.). ISBN 9788529400945.

_____. **O cálculo com geometria analítica**. 3.ed. São Paulo: Harbra, 1994. V. 2 (426 p.). ISBN 9788529402062

MORETIN, Pedro A.;HAZZAN, Samuel.; BUSSAB, Wilton de O. **Cálculo: função de uma e várias variáveis**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 448 p. ISBN 9788547201104.

SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. **Matemática para os cursos de economia, administração e ciências contábeis**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. V. 1 (312 p.). ISBN 9788522458349.

THOMAS, George B; HASS, Joel. **Cálculo**. 12. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2012. V. 1 (656 p.). ISBN 9788581430867.

Métodos Quantitativos Aplicados

EMENTA

Análise de dados. Distribuição de Frequência. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Probabilidade. Teoria da amostragem. Testes de Hipóteses. Correlação e Regressão. Series Temporais. Representação Gráfica. Números Índices. Noções de Cálculos Atuariais.

OBJETIVO(S)

Conhecer os métodos e técnicas específicas da área de Estatística; desenvolver capacidade crítica e analítica na tomada de decisão; interpretar o significado de variáveis estatísticas e aplicação do conhecimento na pesquisa e no campo profissional da contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise de Dados

- Estatística aplicada
- Estatística descritiva e inferencial
- Estatística clássica e análise baynesiana
- Variáveis discretas e contínuas

Distribuição de Frequência

- Intervalos de classe
- Histogramas e polígono de frequência
- Frequência acumulada e relativa
- Representação gráfica

Medidas de tendência central

- Média aritmética
- Média geométrica
- Mediana
- Moda
- Quartis, decis e percentis

Medidas de dispersão

- Amplitude
- Desvio médio
- Variância
- Desvio-padrão
- Coeficiente de variação

Probabilidades

- Eventos independentes, dependentes e mutuamente exclusivos
- Valor esperado
- Probabilidade condicional
- Distribuição discreta e contínua
- Distribuição binomial
- Análise combinatória
- Variáveis aleatórias

Teoria da Amostragem

- Amostra e população
- Amostra aleatória
- Distribuição amostral
- Números aleatórios
- Valor esperado

Testes de Hipóteses

- Teste de diferenças de médias
- Determinação do tamanho da amostra
- Teste qui quadrado
- Distribuição T Student
- Distribuição binomial
- Distribuição F
- Teste de diferença entre variâncias

Correlação e Regressão

- Teoria da correlação
- Correlação linear e múltipla
- Medidas de correlação
- Mínimos quadrados
- Equação de correlação

- Erro padrão
- Variação explicada e não explicada
- Coeficiente de determinação e de correlação
- Equação de regressão
- Diagrama de dispersão
- Análise da correlação e regressão

Séries Temporais

- Modelo clássico
- Tendência
- Variáveis cíclicas e irregulares
- Variáveis sazonais
- Previsão de ciclos e indicadores econômicos

Representação Gráfica

- Gráficos e tabelas

Números Índices

- Construção de índices simples e compostos
- Mudança de base de um número índice
- Índice de preço ao consumidor Deflação

Noções de Cálculos Atuariais

- Fundamentos de demografia
- Tábuas e funções biométricas
- Esperança matemática
- Funções biométricas de uma ou mais vidas

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 416 p. ISBN 9788522480906.

BUSSAB, Wilton de O. **Análise de variância e regressão: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1988. 148 p. ISBN 8570567030.

CORDEIRO FILHO, Antonio. **Cálculo atuarial aplicado**: teoria e aplicações: exercícios resolvidos e propostos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 296 p. ISBN 9788522487783.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; FÁVERO, Patricia. **Análise de Dados: Modelos de Regressão com Excel, STATA e SPSS**. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2015. 520 p. ISBN 9788535270884

_____; BELFIORE, Patricia. **Análise de Dados: estatísticas e de modelagem multivariada com Excel, SPSS e STATA**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 1216 p. ISBN 9788535270877.

KAZMIER, J Leonard. **Estatística aplicada à economia e administração**. 4. ed. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 2007. 392 p. ISBN 9788560031474.

KIRSTEN, José Tiacci; RABAHY, Wilson Abrahão. **Estatística aplicada às ciências humanas e ao turismo**. São Paulo: Saraiva, 2007. 380 p. ISBN 9788502060647.

SPIEGEL, Murray R.; STEPHENS, Larry J. **Estatística**. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2009. 600 p. ISBN 9788577804610.

STEVENSON, Wiliam J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001. 498 p. ISBN 9788529400921.

SWEENEY, Denis J.; WILLIAMS, Thomas A.; ANDERSEN, David R. **Estatística aplicada à administração e economia**. São Paulo: Cengage CTP, 2013. 720 p. ISBN 9788522112814

Matemática Financeira

EMENTA

Juros simples. Juros compostos. Desconto. Anuidade. Empréstimos e sistemas de amortização. Juros e inflação.

OBJETIVO(S)

Desenvolver, analisar e utilizar os principais conceitos de matemática financeira; compreender e aplicar os conceitos nas operações financeiras e análise de investimentos; desenvolver a compreensão de operações no Mercado financeiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Juros simples

- Taxa de juros
- Cálculo dos juros e montante
- Taxas proporcional e equivalente
- Juros exato e comercial
- Valores nominal e atual

Juros compostos

- Regime de capitalização
- Cálculo dos juros e montante
- Taxas equivalentes
- Taxas efetiva e nominal
- Equivalência de capital
- Cálculo do valor presente
- Cálculo da taxa de retorno

Desconto

- Desconto racional
- Desconto comercial
- Taxa efetiva

Anuidade

- Classificação de anuidade
- Modelo básico de anuidade
- Modelos genéricos de anuidade

- Valor presente de anuidade
- Valor futuro de anuidade

Empréstimos e sistemas de amortização

- Sistema de amortização constante (SAC)
- Sistema Price
- Sistema Frances (SF)
- Sistema americano (SA)
- Custo efetivo de um empréstimo

Juros e inflação

- Ambiente de inflação e deflação
- Índices de preços
- Correção monetária
- Juro nominal e real

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 304 p. ISBN 9788597001778.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Matemática Financeira** com HP 12 C e EXCEL. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 472 p. ISBN 9788522451418

GUERRA, Fernando; TANEJA, Inder Jeet. **Matemática financeira por meio de da HP-12C**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2014. 190 p. ISBN 9788579881503.

LAPPONI, Juan Carlos. **Matemática Financeira Usando Excel**: como medir criação de valor. São Paulo: Empresa das Artes, 2001. 272 p. ISBN 9788585624132.

MATHIAS, Whashington Franco; GOMES, José Maria. **Matemática financeira**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 432 p. ISBN 9788522452125.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática Financeira**: objetiva e aplicada. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2017. 384 p. ISBN 9788547220259.

RANGEL, Armenio de Souza; SANTOS, José Carlos de Souza; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. **Matemática dos mercados financeiros**: à vista e a termo. São Paulo: Atlas, 2003. 320 p. ISBN 9788522434732.

Comunicação Empresarial

EMENTA

Processo de Comunicação. Comunicação Oral. Comunicação Escrita. Estilos de Linguagem. Interpretação e Composição de Textos

OBJETIVO(S)

Compreender a importância do processo de comunicação nas organizações, utilizando adequadamente técnicas e instrumentos para o exercício da profissão contábil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Processo de Comunicação

- Elementos básicos
- Fluxo de comunicação
- Mensagem ou conteúdo
- Canais ou meios
- Receptor ou destinatário
- Ambientes de comunicação
- Comunicação organizacional estratégica

Comunicação Oral

- Apresentações eficientes
- Recursos visuais e vocais
- Reuniões produtivas
- Sinestesia
- Estruturação
- Argumentação na comunicação oral

Comunicação Escrita

- Objetivos da comunicação escrita
- Redação executiva
- Erros de redação
- Argumentação na comunicação escrita

Estilos de Linguagem

- Linguagem formal
- Linguagem informal
- Linguagem corporativa
- Linguagem tecnicista
- Linguagem virtual
- Estruturas de linguagem oral e escrita

Interpretação e Composição de Textos

- Leitura
- Interpretação
- Resumo, Resenha, Fichamento e Relatório

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação em língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 424 p. ISBN 9788522481279.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004. 106 p. ISBN: 9788508091065.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**: contém técnicas de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC). 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 464 p. ISBN 9788522485581

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Lições de textos**: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. ISBN 978 8508105946.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 180 p. ISBN 9788522459384.

Microeconomia

EMENTA

Dez princípios da economia. Elasticidade e sua aplicação. Oferta, demanda e políticas de governo. Teoria do consumidor. Custos de produção. Teoria da firma. Mercados.

OBJETIVO(S)

Compreender o comportamento de escolha do consumidor; desenvolver capacidade de compreensão dos mercados; compreender o papel do governo nos mercados; entender conceitos de fatores e custo de produção; compreender o funcionamento da oferta e demanda; entender e aplicar o conceito de elasticidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Dez princípios da economia

- Como as pessoas tomam decisões
- Como as pessoas interagem
- Como a economia funciona

Elasticidade e sua aplicação

- Elasticidade da demanda
- Elasticidade da oferta

Oferta, demanda e políticas de governo

- Controle de preços
- Impostos

Teoria do consumidor

- Restrição orçamentária
- Preferências do consumidor
- Utilidade

Custos de produção

- Custos econômicos versus custos contábeis
- Custo de oportunidade

- Custos irreversíveis
- Custos fixos e variáveis
- Custo médio e custo marginal
- Custos no curto prazo
- Custos no longo prazo

Teoria da firma

- Tecnologia de produção
- Produção com um insumo variável
- Produção com dois ou mais insumos variáveis
- Rendimentos de escala

Mercados

- Mercados competitivos
- Monopólio e oligopólio
- Competição monopolística
- Monopsônio

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 6. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2013. 856 p. ISBN 9788522111862.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2014. 672 p. ISBN 9788543000282.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economia**. 19. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2012. 672 p. ISBN 9788580551044.

STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, Carl. **Introdução à microeconomia**. 3. ed. São Paulo: Campus, 2003. 408 p. ISBN 9788535210446

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 344 p. ISBN 9788502616325.

Macroeconomia

EMENTA

Introdução à Macroeconomia; Teoria clássica: A economia de longo prazo; Teoria do ciclo econômico: A economia do curto prazo; Teoria do crescimento.

OBJETIVO(S)

Estimular a compreensão e aprendizagem dos cenários e modelos macroeconômicos; compreender os fundamentos da oferta, demanda, moeda, inflação, investimento, desemprego; entender os ciclos do crescimento econômico e dívida pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à Macroeconomia

- A ciência da Macroeconomia
- Os dados da Macroeconomia

Teoria clássica: A economia de longo prazo

- Renda Nacional
- Moeda e Inflação
- Economia Aberta
- Desemprego
- Crescimento Econômico: acumulação crescimento populacional
- Crescimento Econômico: tecnologia prática e políticas

Teoria do ciclo econômico: A economia do curto prazo

- Introdução às oscilações econômicas
- Demanda agregada: construindo o modelo IS-LM
- Demanda agregada: aplicando o modelo IS-LM
- Oferta agregada
- Dívida pública
- Investimento
- Oferta monetária e demanda por moeda

Teoria do crescimento

- Crescimento endógeno
- Mecanismos do crescimento endógeno

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 11. Ed. São Paulo: McGrawHill, 2013. 648 p. ISBN 9788580551846.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**: teorias e aplicações. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 512 p. ISBN 9788502175211.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 1205 p. ISBN 9788521627005.

SACHS D. Jeffrey; LARRAIN B., Felipe. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson, 2000. 886 p. ISBN 9788534611213.

STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, Carl. **Introdução à macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Campus/Elsevier, 2003. 464 p. ISBN. 9788535210545.

Administração

EMENTA

Introdução à Administração. Teorias da Administração. Funções Básicas da Administração. Gestão Empresarial.

OBJETIVO(S)

Possibilitar a compreensão da ciência da administração, conceituando e distinguindo as suas principais abordagens teóricas, diferenciando os processos administrativos e relacionando os conhecimentos adquiridos com a realidade e a prática administrativa no mundo contemporâneo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à Administração

- Antecedentes históricos da administração
- Definições e conceitos
- Princípios e ação administrativa
- Evolução do pensamento administrativo

Teorias da Administração

- Clássica e científica
- Relações humanas e comportamentais
- Estruturalista e burocrática
- Neoclássica
- Sistêmica
- Contingencial

Funções Básicas da Administração

- Planejamento
- Organização
- Direção
- Controle

Gestão Empresarial

- Qualidade nas Organizações
- Empreendedorismo

- Marketing
- Terceirização
- Globalização
- Gestão participativa

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à administração geral**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2009. 160 p. ISBN 9788520427385.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à administração**. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 1998. 714 p. (Coleção Pioneira Administração e Negócios). ISBN 8522101035.

HALL, Richard H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 336 p. ISBN 9788587918765.

MEGGINSON, Leon C.; PIETRI JUNIOR, Paul H.; MOSLEY, Donald C. **Administração: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998. 614 p. ISBN 852940064X.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria geral da administração: uma abordagem prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. ISBN 9788522473762.

Instituições de Direito Público e Privado

EMENTA

Introdução ao Estudo do Direito. Noções de Direito Público: Direito Constitucional, Administrativo, Internacional, Penal, Tributário e Processual. Noções de Direito Privado: Civil, Comercial, Trabalhista e Consumidor.

OBJETIVO(S)

Conhecer e compreender os diversos ramos do Direito Público e Privado e a sua aplicabilidade na contabilidade e no funcionamento das organizações

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução ao Estudo do Direito

- Conceito de Direito
- Direito objetivo e subjetivo
- Direito positivo e natural
- Direito e moral
- Fontes do Direito
- Fases da Lei
- Noções de interpretação jurídica aplicada

Noções de Direito Público

- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Direito Internacional
- Direito Penal
- Direito Tributário (financeiro)
- Direito Processual

Noções de Direito Privado

- Direito Civil
- Direito Comercial
- Direito Trabalhista
- Direito do Consumidor

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

BRANCATTO, Ricardo Teixeira. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Saraiva Editora, 2011. 328 p. ISBN 9788502130197

DOWER, Nelson Godoy Bassil, **Instituições de Direito Público e de direito Privado**. São Paulo: Nelpa, 2014. 522 p. ISBN 8588018225.

FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo; MILARÉ, Edis. **Manual de direito público e privado**. 20. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 416 p. ISBN 8520359698.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Editora, 2017. 520 p. ISBN 8547217754.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. 422 p. ISBN 9788530952044

Direito Comercial e Legislação Societária

EMENTA

Aspectos Conceituais. O Empresário. Legislação Societária. Dissolução Parcial ou Total da Sociedade.

OBJETIVO(S)

Conhecer os mecanismos de análise, interpretação e aplicação das normas relativas ao Direito Comercial, Direito Empresarial, Societário e Falimentar e a sua relação com a contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos Conceituais

- Direito Comercial
- Direito Empresarial
- Comércio e comerciante
- Empresa e empresário
- Personalidade física e jurídica
- Capacidade civil
- Sociedades

O Empresário

- Requisitos
- Direitos, deveres e prerrogativas
- Crimes e penalidades
- Empresário estrangeiro

Legislação Societária

- Classificação das Sociedades
- Sociedade não personificada
- Sociedade personificada
- Administração societária Contrato social

Dissolução Parcial ou Total da Sociedade

- Retirada de sócios
- Exclusão de sócios
- Falecimento de sócios
- Insolvência
- Recuperação empresarial
- Falência
- Liquidação

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 840 p. ISBN 978-8597009668.

MACIEL NETO, Pedro Benedito. **Manual de direito comercial**. Campinas: Bookseller, 2005. 364 p. ISBN 9788574683751.

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2016. V. 1 (440 p.). ISBN 9788597005936.

_____. **Direito empresarial brasileiro: direito societário: sociedades simples e empresárias**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. V. 2 (702 p.). ISBN 9788597012279.

_____. **Direito empresarial brasileiro: falência e recuperação de empresas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016. V. 4 (640 p.). ISBN 9788597006865.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. V. 1 (656 p.). ISBN 9788502622135

_____. **Curso de direito comercial**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 2 v. (888 p.). ISBN 9788502619418.

Direito Trabalhista e Legislação Social

EMENTA

Empregado. Empregador. Legislação Trabalhista. Contrato Individual de Trabalho. Associação Sindical e Convenção Coletiva do Trabalho. Justiça do Trabalho. Previdência e Assistência Social. Legislação Complementar.

OBJETIVO(S)

Conhecer e compreender as normas trabalhistas e previdenciárias que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, bem como os princípios, as regras e as instituições ligadas a essas relações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Empregado

- Definição
- Características
- Direitos e deveres

Empregador

- Definição
- Empresa individual e coletiva
- Características
- Direitos e deveres

Legislação Trabalhista

- Normas Gerais de Tutela do Trabalho (Identificação profissional, Duração do trabalho, Salário mínimo, Férias, Segurança e medicina no trabalho)
- Normas Especiais de Tutela do Trabalho (Proteção ao trabalho da mulher, Proteção ao trabalho do menor, Demais normas especiais de tutela)

Contrato Individual de Trabalho

- Remuneração
- Alteração, suspensão e interrupção
- Rescisão e aviso prévio
- Estabilidades

Associação Sindical e Convenção Coletiva do Trabalho

- Instituições sindicais
- Enquadramento sindical
- Contribuição sindical
- Dissídios individuais e coletivos

Justiça do Trabalho

- Órgãos da Justiça do Trabalho
- Composição e funcionamento

Previdência e Assistência Social

- Conceitos básicos de previdência e assistência social
- Previdência pública
- Previdência privada

Legislação complementar

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Direito do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 376 p. ISBN 9788597000115.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários à CLT**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 1184 p. ISBN 9788547209070

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 1298 p. ISBN 9788547215156.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 1560 p. ISBN 9788502217348.

CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das Leis do trabalho**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 1824 p. ISBN 9788502625716

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 7. ed. São Paulo: LT, 2017. 1152 p. ISBN 9788536191034

Direito e Legislação Tributária

EMENTA

Aspectos Conceituais do Direito Tributário. Competência Tributária. Receitas Públicas e Tributos. Normas Gerais de Direito Tributário. Ilícito Tributário. Contencioso Tributário.

OBJETIVO(S)

Conhecer e compreender a relação entre o Fisco e o Contribuinte, os princípios básicos e as normas que regem o Direito e a legislação tributária e complementar, os tributos e obrigações, a estrutura e o funcionamento da administração pública fiscal, bem como, a sua relação com a contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos Conceituais do Direito Tributário

- Direito Tributário
- Ordem econômica e financeira
- Sistema Tributário Nacional
- Finanças públicas
- Princípios constitucionais tributário
- Poder de tributar
- Código Tributário Nacional

Competência Tributária

- Limitações Poderes e atributos
- Competência tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Competência cumulativa, comum e residual

Receitas Públicas e Tributos

- Conceito e classificação de receitas
- Conceito e classificação de tributos
- Impostos, taxas e contribuições de melhorias
- Contribuições parafiscais e empréstimo compulsório
- Distribuição de receitas tributárias

Normas Gerais de Direito Tributário

- Legislação tributária
- Obrigação tributária (principal ou acessória)
- Crédito tributário
- Administração tributária

Ilícito Tributário

- Infrações tributárias
- Sanções administrativas e penais
- Crimes fiscais

Contencioso Tributário

- Processo administrativo tributário
- Processo judicial
- Conselhos de contribuintes

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

BALEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 1688 p. ISBN 9788530958930.

CARRAZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. 1296 p. ISBN 9788539202874

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 586 p. ISBN 9788547214500

CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 424 p. ISBN 9788597010237.

MARTINS, Sergio Pinto. **Manual de direito tributário**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 392 p. ISBN 9788547214593.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2017. 562 p. ISBN 9788539203659

Ética e Legislação Profissional

EMENTA

Concepções de Ética. Ética Geral, Empresarial e Profissional. Código de Ética do Profissional da Contabilidade. Processos, Infrações e Penalidades. Responsabilidade civil, criminal, fiscal e social. Legislação do exercício profissional.

OBJETIVO(S)

Analisar os aspectos éticos, legais e profissionais da contabilidade, propiciando conhecimento do código de ética do profissional da contabilidade, desenvolvendo a consciência ética mediante saberes dos direitos, deveres e proibições estabelecidos no Código de Ética.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Concepções de Ética

- Sentido amplo de ética (ética, moral, valores, etc)
- Objeto e objetivo da ética
- Ética no entendimento dos pensadores (Idade Média, Moderna e Contemporânea)
- Teorias relacionadas à ética

Ética Geral, Empresarial e Profissional

- Conflitos éticos
- Principais problemas éticos nas empresas
- Tomada de decisão baseada em princípios éticos
- Relação entre ética e resultado contábil
- Fundamentos da ética profissional

Código de Ética Profissional da Contabilidade

- Sigilo
- Concorrência
- Deveres e proibições
- Contrato de prestação de serviços
- Honorários profissionais
- Independência profissional

Processos, Infrações e Penalidades

- Atos ilícitos
- Processos administrativos
- Critérios para aplicação de penalidades

Responsabilidade Civil, Criminal, Fiscal e Social

- Código Civil
- Código Penal

Legislação do Exercício Profissional

- Regulamentação profissional
- Prerrogativas do profissional contábil
- Registro e fiscalização da profissão

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Maria de Oliveira Rosa.; SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Deontologia da profissão contábil**. Salvador: Ed do Autor, 2008. 89 p. ISBN 9788599366080.

FERREL, Linda; FRAEDRICH, John P.; FERREL, O. C. *Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos*. Rio de Janeiro: Reichmann & Autores, 2001. 429 p. ISBN 9788587148494.

FORTES, José Carlos. *Ética e responsabilidade profissional do contabilista*. Fortaleza: Fortes, 2002. 376 p. ISBN 8588441039.

LISBOA, Lázaro Plácido (Coord.). *Ética geral e profissional em contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 176 p. ISBN 9788522417995.

PASSOS, Elizete. *Ética nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2004. 184 p. ISBN 8522438625.

SÁ, Antônio Lopes de. *Ética profissional*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 328 p. ISBN 9788522455348

Metodologia do Trabalho Científico

EMENTA

Aspectos Conceituais. Noções de Pesquisa Científica. Produção de Textos e Trabalhos Técnico-Científicos. Normas da ABNT.

OBJETIVO(S)

Compreender os processos e os procedimentos metodológicos básicos necessários à produção de trabalhos técnicos e científicos de acordo com as normas vigentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos Conceituais

- Ciência e Conhecimento Científico
- Tipos de conhecimento
- Áreas do conhecimento científico
- Métodos Científicos
- Hipóteses, Leis e Teorias Científicas

Noções de Pesquisa Científica

- Conceito
- Campo de aplicação da pesquisa
- Ética na pesquisa
- Métodos e Técnicas

Produção de Textos e Trabalhos Técnico-Científicos

- Fichamento
- Paper
- Resumo
- Resenha
- Artigo científico
- Relatório de pesquisa

Formatação de Textos

- Normas da ABNT
- Outras Normas

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT/CB 014: Informação e documentação.**

BEUREN, Ilse Maria (org.) et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 200 p. ISBN 9788522443918.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006. 176 p. ISBN 9788576050476.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p. ISBN 9788597010121.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 264 p. ISBN 9788597008111.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 224 p. 9788597008777.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016. 320 p. ISBN 978-8524924484.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p. ISBN 9788522459384.

Metodologia da Pesquisa

EMENTA

Metodologia Científica. Formatação de Textos. Tipologia de Pesquisa. Etapas de Elaboração do Projeto de Pesquisa. Trabalho de Conclusão de Curso.

OBJETIVO(S)

Desenvolver habilidades para iniciação à pesquisa científica, atendendo às disposições técnicas e às normas vigentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Metodologia Científica

- Aspectos conceituais e objetivos
- Classificação da ciência
- Fontes do conhecimento
- Investigação científica

Formatação de Textos

- Normas da ABNT
- Outras normas

Tipologias de Pesquisa

- Quanto aos objetivos
- Quanto aos procedimentos
- Quanto à abordagem do problema

Etapas de elaboração do projeto de pesquisa

- Elementos pré textuais
- Estrutura do Projeto (Contextualização do tema: introdução, problema, objetivos, justificativa; fundamentação teórica; aspectos metodológicos; contribuições esperadas; cronograma e recursos)
- Elementos pós textuais

Trabalhos de Conclusão de Curso

- Tipos e Conceitos gerais

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (org.) et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 200 p. ISBN 9788522443918.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. São Paulo: Bookman Companhia, 2010. 296 p. ISBN 9788536323008.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 264 p. ISBN 9788597008111.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 224 p. 9788597008777.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 304 p. ISBN 9788597001136

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016. 320 p. ISBN 9788524924484.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p. ISBN 9788522459384.

Psicologia Organizacional

EMENTA

Psicologia como ciência do comportamento. Teorias da Psicologia. Comportamento Humano na Organização. Diversidade nas organizações. Processos Psicológicos individuais. Grupos e Equipes de trabalho. Comunicação. A Motivação. Liderança. Gestão de Conflitos. O Sistema Organizacional

OBJETIVO(S)

Aplicar os conhecimentos básicos de relação interpessoal e intrapessoal no dia-a-dia das organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Psicologia como Ciência do Comportamento

- Senso Comum e Psicologia Científica
- Psicologia Aplicada à Administração de Empresa

Teorias da Psicologia

- Behaviorismo
- Gestalt
- Psicanálise
- Teoria Cognitiva Comportamental

Comportamento Humano na Organização

- As Habilidades interpessoais
- Desafios e oportunidades

Diversidade nas Organizações

- Características biográficas
- Estratégias de Gestão da diversidade

Processos Psicológicos Individuais

- Personalidade e Valores
- Atitudes e satisfação no trabalho

- Emoções e sentimentos
- A Inteligência Emocional
- Percepção e tomada de decisão individual

Grupos e Equipes de Trabalho

- Psicologia Social
- Estágios e desenvolvimento de grupo
- Estrutura de grupos: papéis, normas
- Tomada de decisão em grupo
- Diferenças entre grupos e equipes

Comunicação

- Processo de comunicação
- A comunicação organizacional

A Motivação

- Teorias clássicas e contemporâneas
- Aplicações das teorias nas práticas organizacionais

Liderança

- Principais teorias: traços, comportamentais, contingenciais, carismática e transformacional.
- Liderança e seu impacto na produtividade

Gestão de Conflitos

- Definição e processo do conflito
- Negociação

O Sistema Organizacional

- O Significado do Trabalho
- Estrutura Organizacional
- Cultura Organizacional
- Poder e Política nas Organizações
- Comprometimento Organizacional
- Mudança Organizacional
- Ética nas relações de trabalho

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida F. de. **Psicologia aplicada à administração**. São Paulo: Saraiva, 2005. 456 p. ISBN 8502050729.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologia: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 368 p. ISBN 9788502078512.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2002. 384 p. ISBN 9788522431670.

MOSKOVICI, Fela. **Renascença organizacional: a revalorização do homem frente à tecnologia para o sucesso da nova empresa**. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003. ISBN 8503004631.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE Timothy A.; SOBRAL Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2014. 664 p. ISBN 9788576055693.

ROTHMANN, Ian; COOPER, Cary L. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 344 p. ISBN 9788535286397.



CAPÍTULO 5

CONTEÚDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A proposta de Conteúdo de Formação Profissional foi também desenvolvida com base no disposto na Resolução MEC CNE/CES n.º 10/04, e o seu conteúdo é composto pelos seguintes componentes curriculares: Contabilidade Introdutória; Contabilidade Intermediária; Contabilidade Avançada; Teoria da Contabilidade; Perícia, Avaliação e Arbitragem; Contabilidade de Custos; Gestão Estratégica de Custos; Auditoria; Controladoria; Finanças Públicas; Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Planejamento e Contabilidade Tributária; Planejamento e Orçamento Empresarial; Análise das Demonstrações Contábeis; Empreendedorismo; Mercado de Capitais; Finanças Corporativas; Sistemas de Informação Gerencial.

Contabilidade Introdutória

EMENTA

Campo de atuação do Profissional Contábil. Noções Básicas de Contabilidade. Estudo do Patrimônio e Estrutura Conceitual Básica (*framework*). Estudos das Variações Patrimoniais. Plano de Contas. Procedimentos Básicos de Escrituração. Operações Mercantis. Operações Financeiras. Operações com Ativos Imobilizados e Intangíveis. Demonstrações Contábeis.

OBJETIVO(S)

Proporcionar conhecimentos introdutórios de contabilidade, com ênfase na elaboração, interpretação e análise dos relatórios contábeis auxiliando o gestor no processo decisório da empresa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Campo de atuação do Profissional Contábil

- Mercado de trabalho

Noções Básicas de Contabilidade

- Conceito e origem
- Finalidade
- Objeto
- Usuários

Estudo do Patrimônio e Estrutura Conceitual (Framework)

- Aspectos conceituais
- Ativos
- Passivos
- Patrimônio Líquido
- Aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio
- Representação gráfica do patrimônio
- Equação básica da Contabilidade
- Aspectos básicos da Estrutura Conceitual Básica (Framework)

Estudos das Variações Patrimoniais

- Atos e fatos contábeis
- Balanços Sucessivos
- Registros de mutações patrimoniais
- Apuração do resultado (receitas e despesas)

Plano de Contas

- Conceito de conta
- Função e funcionamento
- Elenco de contas
- Classificação das contas

Procedimentos Básicos de Escrituração

- Método das partidas dobradas
- Mecanismos de débito e crédito
- Lançamentos Contábeis
- Origens e aplicação de recursos
- Regimes de caixa e de competência
- Balancete de verificação
- Livros Contábeis

Operações Mercantis

- Transações de compras e vendas
- Devoluções de compras e de vendas
- Fretes e seguros
- Abatimentos
- Tributos nas operações
- Apuração do custo da mercadoria vendida
- Critérios de Avaliação de Estoques
- Receitas
- Despesas
- Apuração do resultado

Operações Financeiras

- Aplicações financeiras
- Empréstimos e Financiamento
- Recebíveis e operações de desconto
- Receitas financeiras
- Despesas financeiras

Operações com Ativo Imobilizados e Intangíveis

- Aspectos conceituais
- Transações com Ativo Imobilizado
- Transações com Ativo Intangível
- Métodos de Depreciação, Amortização e Exaustão

Demonstrações Contábeis

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Aspectos Introdutórios de outras Demonstrações Contábeis:
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração de Lucro e Prejuízos Acumulados
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstrações Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas explicativas

Normas Brasileiras de Contabilidade Relacionadas

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Elias Feres de. **Fundamentos de contabilidade para os negócios:** introdução à contabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 208 p. ISBN 9788535272901.

ALMEIDA, José Elias Feres de et al. **Contabilidade das pequenas e médias empresas.** Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013. 512 p. ISBN 9788535247626

IUDICÍBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade introdutória.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 352 p. ISBN 9788522458158. Livro-texto.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 280 p. ISBN 9788522498864. Livro-texto.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica:** contabilidade introdutória e intermediária. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 464 p. ISBN. 9788597009279.

SÁ, Antonio Lopes de. **Fundamentos de contabilidade geral:** introdução ao conhecimento prático e doutrinário da ciência contábil moderna. 5. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2017. 422 p. Atualizada por Wilson Alberto Zappa Hoog. ISBN: 9788536265629.

SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 254 p. ISBN 9788522454983.

Contabilidade Intermediária

EMENTA

Processo Contábil. Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente. Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração do Valor Adicionado. Notas Explicativas.

OBJETIVO(S)

Compreender o conteúdo, elaborar e interpretar as Demonstrações Contábeis, bem como as principais notas explicativas que complementam tais demonstrações, levando em consideração as normas vigentes e as necessidades dos usuários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Processo Contábil

- Reconhecimento
- Mensuração inicial e subsequente
- Evidenciação

Balanço Patrimonial

- Aspectos conceituais
- Ativo circulante
- Ativo não circulante
- Passivo circulante
- Passivo não circulante
- Patrimônio líquido

Demonstração do Resultado e Demonstração do resultado abrangente

- Aspectos conceituais
- Receita operacional bruta
- Deduções da receita operacional bruta
- Custo dos bens e serviços vendidos
- Despesas e receitas operacionais
- Resultado Financeiro
- Tributos sobre o Lucro
- Participações no resultado

- Lucro por Ação
- Outros resultados abrangentes

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

- Aspectos conceituais
- Conteúdo e forma de elaboração
- Ajustes
- Formação e reversão de reservas
- Lucro ou prejuízo líquido do período
- Distribuição de lucro

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

- Aspectos conceituais
- As mutações nas contas do Patrimônio Líquido
- Técnica de preparação

Demonstração do Fluxo de Caixa

- Aspectos conceituais
- Métodos direto e indireto
- Fluxo operacional
- Fluxo de financiamento
- Fluxos de investimento
- Variação de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

- Aspectos conceituais
- Formação da riqueza
- Distribuição da riqueza Modelos de DVA

Notas Explicativas

- Aspectos conceituais
- Elaboração

Normas Brasileiras de Contabilidade Relacionadas

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Elias Feres de. **Fundamentos de contabilidade para os negócios:** introdução à contabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 208 p. ISBN 9788535272901.

ALMEIDA, José Elias Feres de et al. **Contabilidade das pequenas e médias empresas.** Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013. 512 p. ISBN 9788535247626.

MARTINS, Eliseu et al. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 928 p. ISBN 9788522477173.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glauco Antonio. **Elaboração e análise das demonstrações financeiras.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 360 p. ISBN 9788597000733.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado:** como elaborar e analisar o DVA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 272 p. ISBN 9788522447657.

Contabilidade Avançada

EMENTA

Estrutura de Capital das Empresas. Reorganização Societária. Participações Societárias. Combinação de Negócios. Consolidação das Demonstrações Contábeis. Remuneração do Capital Próprio. Operações Diversas.

OBJETIVO(S)

Compreender tópicos avançados de contabilidade, tendo como referência questões conceituais e normativas vigentes no Brasil, para posicionar-se criticamente produzindo informações que auxiliem no processo decisório das organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Estrutura de Capital das Empresas

- Operações com Capital próprio
- Operações com Capital de terceiros (empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures)

Reorganização Societária

- Cisão
- Fusão
- Incorporação

Participações Societárias

- Investimentos em Coligadas e Controladas
- Métodos de Avaliação
- Efeitos de mudanças na participação societária

Combinação de Negócio

- Identificação de combinação de negócios
- Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)

Consolidação das Demonstrações Contábeis

- Objetivo e alcance da Consolidação
- Participação de não controladores
- Obrigatoriedade da Consolidação
- Técnicas de Consolidação das Demonstrações Financeiras

Remuneração do Capital Próprio

- Reconhecimento e Distribuição do Dividendo Obrigatório
- Reconhecimento e Distribuição do Juro sobre Capital Próprio (JCP)

Operações Diversas

- Provisões
- Estimativas Contábeis
- Instrumentos Financeiros
- Ajuste a valor presente
- Valor Justo (*fair value*)
- Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (*impairment*)
- Insubstitências e Superveniências
- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio
- Conversão de Demonstrações Contábeis
- Eventos subsequentes

Normas Brasileiras de Contabilidade Relacionadas

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Elias Feres de et al. **Contabilidade das pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013. 512 p. ISBN 9788535247626.

BRASIL. **Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm> Acesso em: 04 out. 2017.

BRASIL. **Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995**. Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm>. Acesso em: 04 out. de 2017.

MARTINS, Eliseu et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 928 p. ISBN 9788522477173.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade avançada**: texto e testes com as respostas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 408 p. ISBN 9788522469390.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade societária**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 544 p. ISBN 9788522492626.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade avançada**: aspectos societários e tributários. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 400 p. ISBN 9788522496686.

Teoria da Contabilidade

EMENTA

Evolução do Pensamento Contábil. Aspectos Científicos da Contabilidade. Núcleo Fundamental da Contabilidade

OBJETIVO(S)

Proporcionar uma visão da evolução histórica do pensamento contábil. Compreender a relação entre teoria e prática, e refletir criticamente sobre os fundamentos teóricos e a estrutura conceitual da Contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Evolução do Pensamento Contábil

- Evolução histórica do Pensamento Contábil
- Principais correntes científicas da contabilidade
- Teorias e escolas do pensamento contábil

Aspectos Científicos da Contabilidade

- Objeto Científico e objetivo da Contabilidade
- Campo de estudo e aplicação da contabilidade
- Teoria Normativa e Positiva da Contabilidade
- Teoria Contratual da Firma e Contabilidade
- Teoria da Agência
- Postulados, princípios e convenções
- Informação contábil no mercado financeiro

Núcleo Fundamental da Contabilidade

- Arcabouço teórico e a estrutura conceitual
- Ativo e sua avaliação
- Passivo e sua Mensuração
- Patrimônio Líquido e suas teorias
- Receitas, Despesas, Ganhos e Perdas
- Evidenciação

Normas Brasileiras de Contabilidade Relacionadas

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

HENDRIKSEN, Eldon; VAN BREDÁ, Michel. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. 552 p. ISBN 9788522420971.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 364 p. ISBN 9788522496242.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FÁRIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**: para graduação. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2017. 320 p. ISBN 97885-97011425.

LOPES, Alessandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005. 196 p. ISBN 9788522441662.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 352 p. ISBN 9788522480333.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 448 p. ISBN 9788522458462.

SANTOS, José Luis dos; SCHMIDT, Paulo; MACHADO, Nilson Perinazzo. **Fundamentos da teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2005. 128 p. (Coleção Resumos de Contabilidade, v. 6) ISBN 9788522471256.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do pensamento contábil**: com ênfase na história da contabilidade brasileira. Curitiba: Juruá, 2006. 240 p. ISBN 8536212837.

Perícia, Avaliação e Arbitragem

EMENTA

Fundamentos de Perícia Contábil. Planejamento de Trabalho de Perícia. Quesitos. Laudos Periciais. Normas Aplicadas à Perícia Contábil. Aplicações importantes da Perícia Contábil. Avaliação. Mediação e Arbitragem.

OBJETIVO(S)

Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos das atividades de Perito Contábil, Árbitro e Avaliador, como funções inerentes ao profissional de Ciências Contábeis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Fundamentos de Perícia Contábil

- Conceito de Perícia Contábil
- Fins e provas das perícias
- Metodologia em perícia
- Classificação das perícias
- Nomeação, qualidade e trabalho de Perito
- Formulação e proposta de honorários
- Elementos materiais de exame pericial.
- Trabalho de terceiros (auxiliares e especialistas)
- Diferenças entre Perícia e Auditoria

Planejamento do Trabalho de Perícia

- Conceito
- Conhecimento da questão e dos fatos
- Levantamento prévio dos recursos disponíveis para execução das tarefas
- Acessibilidade aos dados e sistemas
- Confiabilidade documental
- Conteúdo e controle dos planos periciais

Quesitos

- Conceito
- Tipo de quesitos
- Elaboração e respostas

Laudos Periciais

- Conceito, estrutura e requisitos
- Tipos de laudos
- Anexos dos laudos
- Esclarecimento de laudo
- Entrega dos laudos

Normas Aplicadas à Perícia Contábil

- Código de Processo Civil
- Código Comercial
- Lei de Falência
- Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas

Aplicações Importantes Dda Perícia Contábil

- A perícia contábil nas várias causas judiciais

Avaliação

- Conceitos
- Fundamentação legal
- Métodos de avaliação

Mediação e Arbitragem

- Conceitos
- Fundamentação legal
- Procedimentos
- Câmara

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. 264 p. ISBN 9788522469574.

FURTADO, Paulo; BULOS, Uadi Lammêgo. **Lei de arbitragem comentada: (breves comentários à Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996)**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. 142 p. ISBN 850202302.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova pericial contábil: teoria e prática**. 14. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2017. 1152 p. ISBN 9788536264295.

JESUS, Edgar A. de. **Arbitragem: questionamentos e perspectivas**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003. 173 p. ISBN 9788574533378.

MAGALHÃES, Antônio de Deus F. **Perícia contábil: casos praticados**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 152 p. ISBN 9788597008906.

MELLO, Paulo Cordeiro de. **Perícia contábil**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2016. 160 p. ISBN 8539610701.

MORAIS, Antonio Carlos; FRANÇA, José Antonio de. **Perícia judicial e extrajudicial: uma abordagem conceitual e prática**. 2. ed. Brasília: Ed. do autor, 2004. 179 p. ISBN 85 90172528.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia contábil: diretrizes e procedimentos**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 190 p. ISBN 9788597013177.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia contábil**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 432 p. ISBN 9788522462919

Contabilidade de Custos

EMENTA

Introdução à Contabilidade de Custos. Classificação de Custos. Sistemas de Custos. Esquema Básico de Custos. Implantação de Sistemas de Custos. Custos Conjuntos.

OBJETIVO(S)

Compreender os conceitos de custos para fins de avaliação, controle dos estoques e conhecimento dos instrumentos dos sistemas de custo, com o objetivo de servir de base para a tomada de decisão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à Contabilidade de Custos

- Fundamentos de contabilidade de custos
- Contabilidade de Custos X Contabilidade Financeira
- Sistema de Custo e Contabilidade de Custo
- Principais nomenclaturas aplicadas a Custos

Classificação de Custos

- Classificação de custos diretos e indiretos
- Classificação de Custos fixos e variáveis

Sistemas de Custos

- Custeio direto
- Custeio indireto
- Custeio padrão
- Custeio absorção
- Custeio por atividades

Esquema Básico de Custos

- Departamentalização
- Produção equivalente

Implantação de Sistemas de Custos

- Custo x Benefícios do sistema
- Escolha do sistema e implantação

Custos Conjuntos

- Distinção entre co-produtos, subprodutos e sucatas
- Apropriação dos custos conjuntos aos co-produtos
- Critérios de apropriação dos custos conjuntos

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2004. 2 v. ISBN 9788587918406 (v. 1). ISBN 978-8587918956 (v. 2).

KOLIVER, Olivio. **Contabilidade de custos**. Curitiba: Juruá, 2008. 524 p. ISBN 9788536221403.

LEONE, George Sebastião; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de contabilidade de custos**: contêm critério do custeio ABC e aplicação de métodos quantitativos. 4. ed. São Paulo:Atlas, 2010. 480 p. ISBN 9788522460816.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 376 p. ISBN 9788522459407. Livro-texto

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**: livro de exercícios. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522498703.

Gestão Estratégica de Custos

EMENTA

Análise de custos. Interpretação dos custos e suas variações. Margem de contribuição. Relação custo-volume-lucro.

OBJETIVO(S)

Desenvolver capacidade crítica sobre as contribuições dos sistemas de custeamento para processo decisório. Compreender a relação custo-volume-lucro x alavancagem operacional. Compreender a relação da margem de contribuição x eficiência operacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise de Custos

- Custos para controle
- Identificação de custos fixos
- Identificação de custos variáveis
- Cálculo e apuração dos custos
- Sistemas de custeio

Interpretação dos custos e suas variações

- Custo direto
- Custo indireto
- Custo fixo
- Custo variável
- Variações dos estoques nos sistemas de custeio

Margem de Contribuição

- Conceito
- Margem de contribuição e o fator de limitação
- Margem de contribuição e custos fixos identificados
- Valores que integram o cálculo da margem de contribuição
- Margem de contribuição e a taxa de retorno

Relação Custo-volume-lucro

- Ponto de equilíbrio
- Margem de segurança e alavancagem operacional
- Ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro
- Ponto de equilíbrio em quantidade
- Ponto de equilíbrio em valor
- Ponto de equilíbrio em quantidade para múltiplos produtos

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

DUTRA, René Gomes. **Custos:** uma abordagem prática. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 464 p. ISBN 9788597012347.

KOLIVER, Olivio. **Contabilidade de custos.** Curitiba: Juruá, 2008. 524 p. ISBN 9788536221403.

LEONE, George Sebastião; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de contabilidade de custos:** contêm critério do custeio ABC e aplicação de métodos quantitativos. 4. ed. São Paulo:Atlas, 2010. 480 p. ISBN 9788522460816.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 376 p. ISBN 9788522459407. Livro-texto

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos:** livro de exercícios. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522498703.

NAGY, Charles F.; VANDERBECK, Edward J. **Contabilidade de custos.** 11. ed. São Paulo: Pioneira Editora, 2001. 456 p. ISBN 9788522102389.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos:** um enfoque direto e objetivo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 280 p. ISBN 9788502194564

Auditoria

EMENTA

Conceitos Básicos de Auditoria Pública e Privada. Normas Técnicas e Profissionais de Auditoria. Planejamento de Auditoria. Controle Interno. Papéis de Trabalho. Auditoria das Contas Patrimoniais. Auditoria das Contas de Resultado. Auditoria das Demonstrações Contábeis. Relatórios de Auditoria. Revisão pelos Pares. Auditoria no Setor Público.

OBJETIVO(S)

Compreender os conceitos teóricos e as normas para o exercício da atividade de auditoria contábil pública e privada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conceitos Básicos de Auditoria Pública e Privada

- Contextualização
- Auditoria interna
- Auditoria externa
- Independência
- Controle Interno
- *Compliance*

Normas Técnicas e Profissionais de Auditoria

- Fundamentos da auditoria contábil
- Perfil do auditor contábil
- Normas brasileiras de auditoria
- Normas internacionais de auditoria

Planejamento de Auditoria

- Aspectos conceituais
- Objetivos
- Plano e programa de auditoria
- Realização de testes de auditoria
- Realização de procedimentos de revisão analítica
- Seleção da Amostra e Avaliação do Risco

- População e estratificação
- Tamanho da amostra
- Amostra aleatória, sistemática e causal
- Avaliação dos resultados da amostra
- Avaliação da razoabilidade de estimativas contábeis
- Modelo de risco de auditoria
- Evidência
- Avaliação do negócio

Controle Interno

- Conceitos
- Objetivos
- Avaliação da integridade da administração
- Entendimento e avaliação da estrutura e sistemas de controle
- Entendimento da estrutura e dos sistemas contábeis

Papéis de Trabalho

- Conceito
- Finalidade
- Forma e conteúdo
- Confidencialidade, custódia e propriedade
- Tipos de papéis de trabalho
- Preparação de papéis de trabalho
- Revisão de papéis de trabalho
- Arquivos de papéis de trabalho

Auditoria das Contas Patrimoniais

- Objetivos
- Ativo circulante
- Ativo Não Circulante
- Passivo Circulante
- Passivo Não Circulante
- Patrimônio líquido

Auditoria das Contas de Resultado

- Objetivos
- Despesas
- Receitas

Auditoria das Demonstrações Contábeis

- Demonstrações Contábeis
- Notas Explicativas

Relatórios de Auditoria

- Normas aplicáveis
- Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
- Responsabilidade dos auditores independentes
- Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais
- Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas
- Outros assuntos

Revisão pelos Pares

- Objetivos
- Procedimentos
- Relatórios de revisão pelos pares

Auditoria no Setor Público

- Normas aplicáveis
- Finalidades e objetivos
- Abrangência de atuação
- Controles na Auditoria Pública
- Relatórios e Pareceres

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 520 p. ISBN 9788597012774.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 704 p. ISBN 9788522462384.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002. 982 p. ISBN 9788522432448.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2013. 912 p. ISBN: 9788522480821

LONGO, Cláudio Gonçalves. **Manual de Auditoria e Revisão de Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 464 p. ISBN 9788522493203.

Controladoria

EMENTA

Funções da Controladoria e do *Controller* nas organizações. Planejamento. Gestão Estratégica das Informações. Avaliação de Desempenho. Ferramentas de Gestão.

OBJETIVO(S)

Compreender o processo de gerenciamento das empresas por meio das funções da controladoria produzindo informações para a tomada de decisão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Funções da controladoria e do *controller* nas organizações

- Conceitos
- Estrutura e Funções da Controladoria nas organizações
- Funções do *controller*

Planejamento

- Conceitos
- Tipos (estratégico, tático e operacional)

Gestão Estratégica das Informações

- Processos de Gestão
- Modelos de Gestão
- Controle Gerencial
- Controle Tributário
- Avaliação histórica e prospectiva do negócio

Avaliação de Desempenho

- Aspectos introdutórios
- Tipos de indicadores
- Administração por centros de responsabilidades
- Modelos de avaliação de desempenho
- Sistema de remuneração por desempenho

Ferramentas de Gestão

- EVA
- *Balanced scorecard*
- *Benchmarking*
- ABC
- EBTIDA

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial**: informação para tomada de decisão e execução da estratégia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 448 p. ISBN 9788522493883.

CATELLI, Armando (coordenador). **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica GECON. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 576 p. ISBN 9788522429103.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. Controladoria : teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 376 p. ISBN 9788597010626.

FREZATTI, Fabio et al. **Controle gerencial**: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009. 288 p. ISBN 9788522455188.

GOLDRATT, Eliyahu M; COX, Jeff. **A meta**: um processo de melhoria contínua. 2. ed. Barueri,SP: Nobel, 2003. ISBN 9788521312369.

JIAMBALVO, James. **Contabilidade gerencial**. 3. ed. São Paulo : LTC Editora, 2009. 476 p. ISBN 9788521617020.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação**: balanced scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 360 p. ISBN 9788535201499.

NAKAGAWA, Massayuki. **ABC**: custeio baseado em atividades. 2. ed. 6. tir. São Paulo: Atlas, 2001. 96 p. ISBN 9788522429677.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 392 p. ISBN 9788597000696.

OLIVEIRA, Luis Martins; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica:** textos e casos práticos com solução. 11. ed. São Paulo: Atlas 2015. 376 p. ISBN 9788597002980.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage, 2013. 528 p. ISBN 9788522112302.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; MARTINS, Marco Antônio dos Santos. **Manual de controladoria.** São Paulo: Atlas, 2014. 264 p. ISBN 9788522491896.

Finanças Públicas

EMENTA

Teoria das Finanças Públicas. Planejamento do Setor Público. Orçamento Público. Responsabilidade Fiscal.

OBJETIVO(S)

Compreender os fundamentos e os princípios que norteiam a formulação e implementação do atual arcabouço institucional e das práticas de gestão das finanças públicas no Brasil a partir do reconhecimento dos principais instrumentos adotados no ciclo de gestão dos recursos públicos: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e Programação Financeira Anual. Entender as principais definições e classificações relacionadas com receita e despesa públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Teoria das Finanças Públicas

- Estado e economia
- Revisão de sistema tributário (transferências constitucionais e legais)
- Eficiência, Eficácia e efetividade
- Objetivos, metas, abrangência e definição de Finanças Públicas
- Visão clássica e Evolução das funções do Governo.
- A função do Bem-Estar .
- Políticas alocativas, distributivas e de estabilização
- Bens públicos, semi-públicos e privados
- Instrumentos e recursos da economia pública (políticas fiscal, regulatória e monetária) Princípios teóricos da tributação.
- Sistema Tributário: progressividade, regressividade e neutralidade
- Conceito de déficit público; financiamento do déficit
- Necessidades de Financiamento do Setor Público; Resultado Primário; Resultado
- Nominal

Planejamento do Setor Público

- O sistema atual e o processo de planejamento público Nacional
- Planejamento e Gestão Estratégica, missão, visão, objetivos e plano de ação.

- Legislação Básica e Dispositivos Constitucionais
- Plano Plurianual: Aspectos Formais, Estrutura do PPA, Elaboração do Plano Plurianual Financiamento do Plano e Orçamento
- Ciclo orçamentário Tramitação no legislativo
- Acompanhamento, avaliação e controle

Orçamento Público

- Lei de Diretrizes Orçamentárias
- Conceitos e princípios orçamentários e tipos de orçamentos
- Processo orçamentário da Administração Pública
- Elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA)
- A programação e a classificação das despesas e das receitas
- A execução orçamentária da receita e da despesa
- Créditos Adicionais
- Programação Financeira
- Restos a Pagar

Responsabilidade Fiscal

- LRF: princípios, objetivos e efeitos no planejamento e no processo orçamentário
- Regra de ouro
- Anexo de Metas Fiscais
- Anexo de Riscos Fiscais
- Receita Corrente Líquida
- Vedações
- Instrumentos de transparência.
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal
- Limites Constitucionais e legais

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal.** 3. ed. Brasília, DF: Gestão Pública, 2013. V.1 (647 p.). ISBN 9788590627326.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública:** da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 336 p. ISBN 9788502067554.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público:** abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 472 p. ISBN 9788597001662.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 out. 2017

_____. **Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm> Acesso em: 05 out. 2017.

_____. **Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio e 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 05 out. 2017.

_____. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm>.

Acesso em: 05 out. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual técnico de demonstrativos fiscais:** aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: Válido a partir do exercício financeiro de 2017. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2016. 653 p. Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/361844/MDF+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf/8f4aee1d-3858-40f1-9a67-fda4a06adcbb>> Acesso em: 06 out. 2017.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 416 p. ISBN 9788597009095.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública**: integrando união, estados e municípios (Siafi e Siafem). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 230 p. ISBN 9788522447091.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Gestão Pública, 2009. 654 p. ISBN 9788590673715.

SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto. **Finanças públicas**: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade. São Paulo: Record, 2016. 308 p. ISBN 9788501091710.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN 9788522461639.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

EMENTA

Estrutura conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Patrimônio Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil. Demonstrações Contábeis do Setor Público.

OBJETIVO(S)

Compreender o arcabouço conceitual da contabilidade aplicada ao setor público para geração de informações que orientem a tomada de decisão, contribuindo para o controle social e para a transparência do setor público.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Estrutura Conceitual para a Contabilidade do Setor Público

- Princípios de Contabilidade aplicados ao setor público
- Campo de aplicação
- Objetivos e função social
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)
- Interpretação da Legislação Básica Aplicada à Contabilidade do Setor Público

Patrimônio Público

- Conceito, classificação e grupos
- Receita (Variações Patrimoniais Aumentativas)
- Dívida Ativa
- Despesa (Variações Patrimoniais Diminutivas)

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil

- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP
- Lançamentos Típicos do PCASP
- Escrituração contábil de operações típicas do setor público
- Registros de aspectos patrimoniais

Demonstrações Contábeis do Setor Público

- Conceitos e aspectos legais
- Forma de apresentação das Demonstrações Contábeis
- Elaboração e análise dos demonstrativos da área pública

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**. 3. ed. Brasília, DF: Gestão Pública, 2013. V.1 (647 p.). ISBN 9788590627326.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETTO, Pedro Humberto Teixeira. **O essencial da contabilidade pública: teoria e exercícios de concursos públicos resolvidos**. São Paulo: Saraiva, 2009. 328 p., il. ISBN 9788502078871.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 472 p. ISBN 9788597001662.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 out. 2017

_____. **Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio e 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual técnico de contabilidade aplicada ao setor público**: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. 7. ed. Brasília, DF: Tesouro Nacional, 2017. 416 p. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria Conjunta STN/SOF Nº 02, de 22 de dezembro de 2016**. Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Disponível em: <<http://www.bsgestaopublica.com.br/index.php/portariaconjuntastnmfsofmpdg2>> Acesso em: 09 out. 2017

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria STN Nº 840, de 21 de dezembro de 2016**. Aprova as Partes Geral, II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Disponível em <http://www.bsgestaopublica.com.br/index.php/portariastn840>> Acesso em: 09 out. 2017

Kohama, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2016. 440 p. ISBN 9788597006315.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública**: integrando união, estados e municípios (Siafi e Siafem). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 230 p. ISBN 9788522447091.

LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josedilton Alves. **Contabilidade pública**: análise financeira governamental. São Paulo: Atlas, 2016. 576 p. ISBN 9788597008234.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Gestão Pública, 2009. 654 p. ISBN 9788590673715.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 400p. ISBN 9788522461639.

Planejamento e Contabilidade Tributária

EMENTA

Introdução à contabilidade tributária. Tributos Diretos. Tributos Indiretos. Modalidades de tributação. Previdência social. Planejamento tributário.

OBJETIVO(S)

Compreender os sistemas de tributação e os mecanismos de aplicação das regras tributárias aplicáveis aos tributos diretos e indiretos.

Conhecer a interação do conteúdo dos arquivos digitais com os arquivos corporativos.

Conhecer e aplicar as regras de elisão e evasão na elaboração do planejamento tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à contabilidade tributária

- Regras básicas de escrituração
- Controle de documentos
- Relacionamento da contabilidade societária com a contabilidade tributária
- Incidência
- Fato gerador

Tributos Diretos

- Cálculos
- Demonstração e apuração do IRPJ, CSLL, COFINS e PIS
- Preparação e controle dos livros digitais
- Diferenças temporais.

Tributos Indiretos

- Cálculos
- Demonstração e apuração de tributos Federais, Estadual e Municipal
- Preparação e controle dos livros digitais

Modalidades de tributação

- Lucro real
- Lucro presumido
- Sistema simplificado
- Lucro arbitrado

Previdência social

- Regras de incidência sobre remuneração com vínculo de emprego
- Regras de incidência sobre remuneração sem vínculo de emprego
- Desoneração

Planejamento tributário

- Elisão versus evasão
- Obrigações principais
- Obrigações acessórias.

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento tributário**: IPI, ICMS, ISS e IR. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 624 p. ISBN 9788597001754.

BRASIL. **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999**. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3000.htm> Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010**. Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7212.htm#art617> Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp87.htm> Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.** Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp116.htm> Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm> Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10637.htm> Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.** Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.833.htm> Acesso em: 09 out. 2017.

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 192 p. ISBN 9788522492596.

HIGUCHI, Hiromi. **Imposto de renda das empresas: interpretação e prática.** 39. ed. São Paulo: IR publicações, 2014. 938 p. ISBN 9788561291068.

REZENDE, Amaury José; ALENCAR, Roberta Carvalho. PEREIRA, Carlos Alberto. **Contabilidade Tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas.** São Paulo: Atlas, 2011. 288 p. ISBN 9788522459834

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1328 p. ISBN 9788502636132

Planejamento e Orçamento Empresarial

EMENTA

Aspectos Introdutórios. Orçamento de Vendas. Orçamento de Produção. Orçamento de Despesas Operacionais. Orçamento de Caixa. Demonstrativo de Resultado de Exercício Projetado. Balanço Patrimonial Projetado. Controle Orçamentário. Análise de Projetos Empresariais.

OBJETIVO(S)

Conhecer os mecanismos do processo de elaboração do orçamento empresarial para o processo decisório da gestão empresarial, desenvolvendo habilidades para a estruturação do controle orçamentário de uma empresa, e aplicar as técnicas de avaliação de projetos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos Introdutórios

- Noções básicas de planejamento
- Definições, objetivos e características do sistema orçamentário
- Condições para implantar um sistema orçamentário
- Processo de elaboração
- Sequência de aplicação
- Vantagens, limitações e problemas do orçamento

Orçamento de Vendas

- Introdução, conceitos e objetivos
- Variáveis e restrições
- Métodos de estimação da procura

Orçamento de Produção

- Introdução, conceitos e objetivos
- Orçamento de quantidades a produzir
- Orçamento de compra de matéria-prima
- Orçamento de mão-de-obra direta
- Orçamento dos custos indiretos de fabricação

Orçamento de Despesas Operacionais

- Introdução, conceitos e objetivos
- Orçamento das despesas administrativas
- Orçamento das despesas com vendas
- Orçamento das despesas financeiras
- Orçamento das despesas tributárias

Orçamento de Caixa

- Introdução, conceitos e objetivos
- Apresentação e desenvolvimento

Demonstrativo de resultado de exercício projetado

- Introdução, conceitos e objetivos
- Apresentação e desenvolvimento

Balço Patrimonial Projetado

- Introdução, conceitos e objetivos
- Apresentação e desenvolvimento

Controle Orçamentário

- Conceitos, objetivos e características de controle gerencial
- Atividades do controle orçamentário

Análise de Projetos Empresariais

- Conceitos
- Concepções
- Erros na montagem de projeto Simulações
- Interface de projetos
- Áreas de gerenciamento de projetos
- Modelo para gerenciamento de projetos
- Métodos de análise de investimentos (período de recuperação do investimento ou pay back, taxa interna de retorno ou TIR, valor presente líquido ou VPL)
- Risco e incerteza

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITTKKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos:** matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão e estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 432 p. ISBN 9788522457892.

CLEMENTE, Ademir (Org.) et al. **Projetos empresariais e públicos.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 344 p. ISBN 9788522451951.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial:** planejamento e controle gerencial. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2015. 248 p. ISBN 9788522499083.

HOJI, Masakazu, **Planejamento e Controle Financeiro: Fundamentos e Casos Práticos de Orçamentos Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2010.160 p. ISBN: 9788522412129

SANTOS, José Luiz dos *et al.* **Fundamentos de Orçamento Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2008. 208 p. (Coleção Resumos de Contabilidade, v.24). ISBN: 9788522450053.

Análise das Demonstrações Contábeis

EMENTA

Conceitos. Ajustes das Demonstrações Contábeis para Fins de Análise. Análise Vertical e Horizontal. Índices e Análises.

OBJETIVO(S)

Compreender a situação econômico e financeira da organização, por meio da análise das demonstrações contábeis, de modo a contribuir para o processo de tomada de decisões.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conceitos

- Análise
- Objetivo da análise
- Tipos e métodos de análise (de estrutura ou composição, de evolução ou crescimento)
- Tratamento dos valores (coeficiente, índices e quocientes, inflação e deflação)

Ajustes das Demonstrações Contábeis para Fins de Análise

- Reclassificação das demonstrações contábeis
- Padronização das demonstrações contábeis

Análise Vertical e Horizontal

- Definições e objetivos da análise horizontal e vertical
- Cálculo da análise vertical e avaliação dos indicadores apurados
- Cálculo da análise horizontal e avaliação dos indicadores apurados

Índices e Análises

- Índices de liquidez
- Índices de endividamento
- Índices de rentabilidade
- Índices de atividades operacionais e financeiras

- Capital de Giro
- Alavancagem financeira e operacional
- Solvência e insolvência

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: Um Enfoque Econômico-Financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 392 p. ISBN 9788597000139.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 280 p. ISBN 9788597009682.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 312 p. ISBN 9788522468683.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA Gilberto Jose. **Análise avançada das demonstrações contábeis**: uma abordagem crítica. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 352 p. ISBN 9788522470952.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372 p. ISBN 9788522456925.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 304 p. ISBN 9788597011999.

Empreendedorismo

EMENTA

Empreendedorismo. Análise do mercado e identificação de oportunidades de negócios. Plano de Negócios

OBJETIVO(S)

Compreender o empreendedorismo numa visão estratégica do mercado e das oportunidades de negócios

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Empreendedorismo

- Conceito
- Histórico
- Principais teóricos
- Papel dos empreendedores na sociedade
- Características do comportamento empreendedor
- Avaliação de perfil empreendedor
- Ação empreendedora orientada para resultados

Análise do mercado e identificação de oportunidades de negócios

- Ideias e identificação de oportunidades
- Mercado: conceitos básicos
- Inovação, cooperação e sustentabilidade
- Definição de oportunidade de negócio
- Análise de ambiente interno e externo
- Comunicação e negociação no contexto empreendedor

Plano de Negócios

- Conceito
- Importância
- Projetos empresariais
- Etapas de elaboração do plano de negócios
- Desenvolvimento de negócios (incubadoras, startups, aceleradora, Investidor Anjo, etc)

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

BERNARDI, Luiz Antônio. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 336 p. ISBN 9788522474233.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Sextante, 2011. 320 p. ISBN 9788575427415. Livro digital.

_____. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Sextante, 2008. 304 p. ISBN 9788575423387.

DORNELAS, José Carlos de Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 260 p. ISBN 9788535247589.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios**. São Paulo: Cengage, 2016. 400 p. ISBN 9788522126682.

FERNANDES, Flávia Azevedo. **Disciplina de empreendedorismo: módulo 1: o empreendedor**. Brasília, DF: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, 2013. 74 p. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/\\$File/5696.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/$File/5696.pdf)> Acesso em: 13 out. 2017.

FILION, Louis Jacques, DOLABELA, Fernando. **Boa ideia, e agora?** São Paulo: Cultura, Editores Associados, 2000. 350 p. ISBN 9788529300580.

MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 392 p. ISBN 9788577807215.

SEIFFERT, Peter Quadros. **Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 160 p. ISBN 9788522449842.

Mercado de Capitais

EMENTA

Funcionamento dos mercados de capitais, de crédito e financeiro. Principais ativos transacionados de renda fixa e variável. Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Fundos de investimento e investidores institucionais. Derivativos.

OBJETIVO(S)

Desenvolver capacidade para conhecer os fundamentos teóricos e o funcionamento do mercado financeiro, de crédito e de capitais; e entender as técnicas de análise e precificação de ativos financeiros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Funcionamento dos mercados de Capital, crédito e financeiro

- Economia e mercado
- Moeda e política monetária
- Instrumentos de política monetária
- Formação da taxa de juros
- Os mercados do dinheiro
- Sistema financeiro nacional

Principais ativos transacionados de renda fixa e variável

- Títulos de renda fixa
- Títulos de renda variável
- Operações a vista e a prazo

Instituições do Sistema Financeiro Nacional

- Estrutura institucional
- Subsistema normativo
- Subsistema operativo

Fundos de investimento e investidores institucionais

- Títulos de crédito
- Ações
- Opções
- Análise fundamentalista, gráfica ou técnica

- Decisões de financiamento de capital de giro
- Decisões de financiamento de longo prazo
- Certificações exigidas pelo mercado financeiro
- Operadores e indicadores do mercado financeiro e de capital

Derivativos

- Mercados de futuros
- Hedge
- Mercado de ações
- Opções
- Especuladores e arbitradores

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 424 p. ISBN 9788597001938.

CALVACANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio. **Mercado de capitais: o que é, como funciona**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. 424 p. ISBN 9788535226188.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 21. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2017. 904 p. ISBN 9788541403221.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2009. 800 p. ISBN 9788576053323.

LIMA, Iram Siqueira; LIMA, Gerlando A. S. F.; PIMENTEL, René Coppe. **Curso de Mercado Financeiro**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012. 440p. ISBN: 9788522469260

MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 384 p. ISBN 9788522434046.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais: fundamentos e técnicas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 640 p. ISBN 9788597008265.

ROSS, Stephen A. et al. **Administração financeira**. 10. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015. 1072 p. ISBN 9788580554311.

Finanças Corporativas

EMENTA

Mercados. Risco e retorno. Estrutura de capital. Política de dividendos. Financiamento de longo prazo. Planejamento financeiro e financiamento de curto prazo. Administração de capital de giro. Técnicas de avaliação de empresas.

OBJETIVO(S)

Compreender os fatores que levam a tomada de decisão de investimento, financiamento e funcionamento das finanças corporativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Mercados

- Mercado financeiro
- Mercado de ações
- Mercado monetário
-

Risco e retorno

- Fundamentos do risco
- Fundamentos do retorno
- Risco da carteira
- Risco e decisões econômicas
- Processo de administração do risco
- As três dimensões do risco
- Transferência do risco e eficiência econômica
- Retorno esperado
- Retorno dos acionistas
- Custo de oportunidade

Estrutura de capital

- Teoria da estrutura de capital
- Fontes internas e externas
- Emissão de capital próprio
- Emissão de dívida

Política de dividendos

- Fundamentos de dividendos
- Tipos de políticas de dividendos
- Preferência na distribuição de dividendos
-

Financiamento de longo prazo

- Características de financiamentos de longo prazo
- Formas de captação de recurso (empréstimos, emissão de títulos privados, abertura de capital e outros)

Planejamento financeiro e financiamento de curto prazo

- Processo de planejamento financeiro
- Orçamento de caixa
- Planejamento de lucro
- Capital de giro
- Projeção do fluxo de caixa
- Restrições financeiras

Administração de capital de giro

- Gestão de contas a receber
- Gestão de estoques
- Gestão de contas a pagar
- Capital circulante líquido
- Indicadores de liquidez
- Indicadores de atividade
- Ciclo operacional
- Ciclo financeiro
- Equilíbrio financeiro

Técnicas de avaliação de empresas

- Fundamentos de avaliação
- Modelos de avaliação
- Projeção de demonstrações financeiras
- Hipóteses do mercado eficiente

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Fundamentos de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 400 p. ISBN 978-8597009262.

BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. **Finanças**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 456 p. ISBN 9788573078763.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**: livro texto. São Paulo: Atlas, 1989. 416 p. ISBN 9788522404223.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 800 p. ISBN 9788576053323.

ROSS, Stephen A. et al. **Administração financeira**. 10. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015. 1072 p. ISBN 9788580554311.

Sistemas de Informação Gerencial

EMENTA

Sistemas de Informação nas Empresas. Tecnologias da Informação. Aplicações Organizacionais. Governança de Tecnologia da Informação. Segurança e ética das Informações. Aplicabilidade dos Sistemas de Informações na Contabilidade.

OBJETIVO(S)

Aplicar os conhecimentos de Sistemas de Informações gerenciais na gestão do negócio, assegurando a integridade, atualização, implementação e confiabilidade das informações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sistemas de Informação nas Empresas

- Conceitos de Sistemas e Sistemas de Informação
- Visões dos Sistemas de Informação
- Tecnologia da Informação e Comunicação

Tecnologias da Informação

- Equipamentos
- Softwares
- Dados e Informação
- Telecomunicações e Redes

Aplicações Organizacionais

- Sistemas de e-business e e-commerce
- Sistemas de Apoio às Decisões (ERP, CRM, etc)

Governança de Tecnologia da Informação

- Conceitos
- Arranjos de Governança
- Gestão da Tecnologia de e-business
- Gestão da informação empresarial no ambiente virtual

Segurança e ética das Informações

- Conceitos de Segurança da Informação
- Crimes virtuais
- Medidas de Segurança e Controle

Aplicabilidade dos Sistemas de Informações na Contabilidade

- Resistência à implementação de novas tecnologias no ambiente empresarial
- Alinhamento do Sistema Contábil ao demais sistemas de informações
- Decisão, implantação e operacionalização de sistemas contábeis

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Administração de informática:** funções e fatores críticos de sucesso. 6. ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. 224 p. ISBN 9788522452699.

FRANCO JUNIOR, Carlos F. **E-Business:** o impacto da infoera na administração de empresas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 364 p. ISBN 9788522443901.

JAMIL, George Leal. **Repensando a TI na empresa moderna:** atualizando a gestão com a tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Axcel, 2001. 576 p. ISBN 9788573231359.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação gerenciais.** 9. ed. São Paulo: Pearson, 2011. 448 p. ISBN 9788576059233.

McGEE, James; RUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação.** 4. ed. São Paulo: Elsevier, 1998. 268 p. ISBN 8570019246.

O'BRIEN, James A.; MARAKAS, George M.; **Administração de sistemas de informação.** 15. ed. Porto Alegre: MCGraw Hill - Artmed, 2013. 590 p. ISBN 9788550551102.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Contabilidade gerencial:** um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 648 p. ISBN 9788522460755.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França; **Tecnologia da informação:** aplicada a sistemas de informação empresariais. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013. 376 p. ISBN 9788522475483.

REZENDE, Denis Aleides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação:** aplicada a sistemas de informação empresariais. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2013. 376 p. ISBN 9788522475483.

CAPÍTULO 6

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

A proposta dos componentes curriculares optativos com o seu conteúdo é a seguinte: Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras; Contabilidade do Terceiro Setor; Contabilidade Aplicada ao Agronegócio; Contabilidade Nacional; Governança Corporativa; Filosofia da Ciência; Tecnologia da Informação; Cenário Contábil Internacional; Responsabilidade Socioambiental; Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; e, Contabilidade para Construção Civil e Imobiliária.

Contabilidade Aplicada as Instituições Financeiras

EMENTA

Sistema Financeiro Nacional: estrutura e funcionamento. Operações de Crédito. Operações com Arrendamento Mercantil na Visão do Arrendador. Operações com Títulos e Valores Mobiliários. Operações com Derivativos. Operações Passivas. Padrões Contábeis do Sistema Financeiro. Demonstrações Financeiras Obrigatórias.

OBJETIVO(S)

Compreender o Sistema Financeiro Nacional, suas operações, habilitando o profissional a obter uma visão sistêmica das operações e das demonstrações financeiras obrigatórias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sistema Financeiro Nacional: Estrutura e Funcionamento

- Estrutura
- Características básicas
- As autoridades monetárias e sua evolução.
- Conselho Monetário Nacional (CMN)

- Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN)
- Banco Central do Brasil (Bacen)
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- Requisitos para criação de uma Instituição Financeira

Operações de Crédito

- Histórico e evolução
- Classificação
- Vedações para concessão de crédito
- Operações prefixadas
- Operações pós-fixadas
- Títulos descontados

Operações com Arrendamento Mercantil na Visão do Arrendador

- Características operacionais do leasing
- Regulamentação do leasing no Brasil
- Tratamento contábil
- Valor residual

Operações com Títulos e Valores Mobiliários

- Características
- Mercado aberto
- Títulos de renda fixa e variável

Operações com Derivativos

- Tratamento contábil
- Margem de garantia
- Mercado a termo (tradicional)
- Mercado futuro
- Mercado de opções
- Operações *hedge e swap*

Operações Passivas

- Formas de captações
- Tipos de depósitos
- Cobrança de terceiros em trânsito
- Recebimentos em trânsito
- Obrigações da própria instituição

Padrões Contábeis do Sistema Financeiro

- Normas específicas emanadas do Banco Central
- Plano de Contas aprovado pelo BACEN
- Contabilização de operações típicas
- Cosif e IFRS

Demonstrações Financeiras Obrigatórias

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm> . Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. **Lei 4.728, de 14 de julho de 1965**. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para seu desenvolvimento. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4728.htm>. Acesso em: 23 out. 2017.

COLLI, José Alexandre; FONTANA, Marino. **Contabilidade bancária**. 5. ed., 7. tir. São Paulo: Atlas, 1996. 384 p. ISBN 9788522406166.

COSIF Plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional. Banco Central do Brasil, Circular 1.273, 29 dez 1987. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/cosif/default.asp>> Acesso em: 10 out. 2017.

DANTAS, Inácio. **Contabilidade Bancária e de Instituições Financeiras - Nível Básico**. Editora Freitas Bastos. 2015. 422 p. ISBN: 9788579872143.

HASTINGS, David F. **Banking: Gestão de Ativos, Passivos e Resultados em Instituições Financeiras**. São Paulo: Saraiva, 2006. 357 p. ISBN: 9788502051218

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de instituições financeiras**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 248 p. ISBN 9788522446796.

SAUNDERS, Anthony. **Administração de instituições financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000. 663 p. ISBN 9788522424511.

Contabilidade do Terceiro Setor

EMENTA

Contextualização histórica. Formas de financiamento. Estrutura de funcionamento. Regime tributário. Renúncia fiscal. Renúncia de receita. Regime contábil. Estrutura de plano de contas. Plano de trabalho. Processo Contábil de transações. Demonstrações contábeis. Trabalho voluntário. Controle interno. Prestação de contas.

OBJETIVO

Compreender o funcionamento das entidades do terceiro setor, a gestão contábil e tributária dessas organizações e a prestação de contas.

Compreender as diferenças entre uma entidade do terceiro setor e as demais entidades; entender as formas de controle e reconhecimento de transações de projetos e da entidade; desenvolver habilidades para segregação de atividades de projetos e entre projetos e a entidade; entender as formas de prestação de contas para investidores sociais e reguladores; compreender a elaboração de demonstrações contábeis de projetos e da entidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Contextualização histórica

- Noções preliminares sobre as pessoas jurídicas
- Classificação das pessoas jurídicas de direito privado
- Associações
- Fundações
- Natureza jurídica
- Características

Formas de financiamento

- Recursos próprios
- Recursos públicos
- Parcerias privadas

Estrutura de funcionamento

- Associações
- Fundações
- Organizações religiosas

Regime tributário

- Imunidade
- Isenção

Renúncia fiscal

- Reconhecimento da obrigação tributária pela competência
- Presunção do benefício tributário obtido
- Reconhecimento do benefício da renúncia fiscal

Renúncia de receita

- Reconhecimento da receita
- Presunção da concessão do benefício
- Reconhecimento da renúncia da receita

Regime contábil

- Regime de competência
- Regime de caixa

Estrutura de plano de contas

- Elenco de contas por atividade e projeto
- Descrição da função e funcionamento das contas
- Segregação de projetos próprios e de parcerias
- Estrutura consolidada

Plano de trabalho

- Orçamento projetos próprios
- Orçamento de projetos em parceria

Processo Contábil de transações

- Identificação e Reconhecimento das transações por projeto
- Mensuração das transações por projeto
- Evidenciação das transações por projeto

Demonstrações contábeis

- Demonstrações contábeis padronizadas
- Demonstrações contábeis consolidadas
- Demonstrações contábeis por projeto

Trabalho voluntário

- Identificação
- Precificação
- Reconhecimento
- Evidenciação

Controle interno

- Definição de responsabilidade
- Segregação de funções
- Controle da gestão
- Segurança dos controles

Prestação de contas

- Cumprimento do plano de trabalho
- Relatório por atividade e projeto
- Prova do cumprimento do mandato
- Relatórios financeiros

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012**. Entidades sem finalidade de lucros: ITG 2002. Disponível em: < <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1409-2012.htm>> Acesso em: 10 out. 2017.

FRANÇA, José Antônio de França (coord.) et al. **Manual de procedimentos para o terceiro setor**. Brasília: CFC/FBC, 2015. 223 p.

GRAZZIOLI, Airton et al. **Organizações da sociedade civil**: associações e fundações - constituição, funcionamento e remuneração de dirigentes. São Paulo: Educ, 2016. 228 p. ISBN 9788528305425.

OLAK, Paulo A.; NASCIMENTO, Diogo T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos**. 3ª.ed. São Paulo: Atlas, 2010 . 240 p. ISBN 8522459762

PAES, José Eduardo Sabo. **Terceiro setor e tributação**. Brasília: Forense, 2015. V. 7 (408 p.). ISBN 9788530959074.

SLOMSKI, Valmor. et. al. **Contabilidade do Terceiro Setor: Uma Abordagem operacional aplicável às associações, fundações, partidos políticos organizações religiosas**. São Paulo: Atlas, 2012. 196p. ISBN 9788522473861

Contabilidade Aplicada ao Agronegócio

EMENTA

Contexto do Agronegócio. Procedimentos Contábeis. Ativos Biológicos.

OBJETIVO(S)

Proporcionar a compreensão da economia do agronegócio e do funcionamento das empresas; entender a importância e a aplicação dos procedimentos contábeis para a apuração de custos, despesas, receitas e resultado das atividades agrícola, pecuária e agroindustrial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Contexto do Agronegócio

- Evolução do agronegócio
- Ciclos do agronegócio
- Legislação agrária brasileira
- Aspectos tributários do agronegócio
- Formas jurídicas de exploração
- Fluxo contábil do agronegócio
- Custos e receitas

Procedimentos Contábeis

- Plano de Contas
- Custos, despesas e receitas da exploração do agronegócio
- Critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação
- Inventário de semoventes, produtos e instalações
- Relatórios Financeiros do agronegócio

Ativos biológicos

- Conceito
- Classificação
- Mensuração

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

CALLADO, Antonio André Cunha (org.) et al. **Agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 232 p. ISBN 9788522494491.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda - pessoa jurídica. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 296 p. ISBN 9788522487615.

NAKAO, Sílvio Hiroshi. **Contabilidade financeira no agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2017. 360 p. ISBN 9788597011180.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 168 p. ISBN 9788522456593.

VALLE, Francisco. **Manual de contabilidade agrária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 284 p. ISBN 8522402817.

Contabilidade Nacional

EMENTA

Sistema de Contas Nacionais. Composição das Contas Nacionais. Agregados Renda e Produto.

OBJETIVO(S)

Compreender o funcionamento das contas nacionais e a formação do Produto Interno Bruto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sistema de Contas Nacionais

- Conceitos e introdução
- Modelo
- Registro de transações
- Equação básica
- Dedução do produto e renda nacionais

Composição das Contas Nacionais

- Em economia fechada sem governo
- Em economia fechada com governo
- Em economia aberta
- Contas nacionais do Brasil

Agregados Renda e Produto

- Renda Nacional
- Produto Interno Bruto

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

FILELLINI, Alfredo. **Contabilidade social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 192 p. ISBN 9788522409976.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto (org.) . **Contabilidade social: a nova referência das contas nacionais do Brasil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 440 p. ISBN 9788535287387.

FIGUEIREDO, Ferdinando de Oliveira. **Introdução à Contabilidade Nacional.** 16. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1999. 232 p. ISBN 9788521801832.

MONTORO FILHO, André Franco. **Contabilidade social: uma introdução à macroeconomia.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 140 p. ISBN 9788522410989

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 424 p. ISBN 9788502193833.

ROSSETTI, Donato José; ROSSETTI, José Paschoal; ROSSETTI, Maria Carolina Garcia. **Contabilidade social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 322 p. ISBN 9788522481187.

Governança Corporativa

EMENTA

Origens e fundamentos da Governança Corporativa. Melhores práticas de Governança Corporativa. Segmentos de Governança Corporativa da Bolsa de Valores. Governança Corporativa e Contabilidade.

OBJETIVO(S)

Compreender as origens e fundamentos da governança corporativa. Conhecer as melhores práticas da governança corporativa, sua dinâmica e aplicabilidade nas organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Origens e fundamentos da governança corporativa

- Evolução da empresa capitalista e o surgimento da governança corporativa
 - Sistema de Governança Corporativa:
 - Conceitos e princípios básicos
- Funções de um sistema de Governança Corporativa
- Governança corporativa e requisitos das partes interessadas
 - Fundamentos da governança corporativa
 - Relatório CADBURY
 - Princípios da OCDE
- Lei Sarbanes-Oxley
- Função-objetivo das empresas: teoria do acionista e teoria do *stakeholder*
- Mecanismos internos e externos de Governança Corporativa

Melhores práticas de Governança Corporativa

- Estrutura de propriedade
- Conselho de administração e seus Comitês
- Políticas de gestão
- Comitê de Auditoria
- Conselho fiscal
- Conduta, conflito de interesses e independência dos seus membros

Segmentos de Governança Corporativa da Bolsa de Valores

- Segmentos de listagem
- Nível 1
- Nível 2
- Novo mercado

Governança Corporativa e Contabilidade

- Ambiente corporativo globalizado
- Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)
- Relação das Auditorias – interna e externa – com a Governança

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código brasileiro de governança corporativa: companhias abertas.** São Paulo: IBGC, 2016. 64 p. ISBN 978-8599645451. Disponível em:< http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/Codigo_Brasileiro_de_Governanca_Corporativa_Companhias_Abertas.pdf> Acesso em: 16 put. 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Governança Corporativa na Prática** – 2 ed. São PAulo: Atlas 2011. 256p. ISBN: 9788522464647

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** 7. ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014. 608 p. ISBN 9788522493050.

SILVA, Edson Cordeiro da et al. **Governança corporativa nas empresas.** 4. ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. 592 p. ISBN 9788597003529.

SILVEIRA, Alexandre di Miceli da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 400 p. ISBN 8535279385.

Filosofia da Ciência

EMENTA

Evolução do Conhecimento Científico. Requisitos para o Reconhecimento Científico. Pensamento Racional. Noções de Lógica. Construção do Conhecimento. A Filosofia e o Pensamento Contábil.

OBJETIVO(S)

Desenvolver o raciocínio lógico a partir da consciência histórico-filosófica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Evolução do Conhecimento Científico

- A origem e a natureza da filosofia
- Importância
- Principais características

Requisitos para o Reconhecimento Científico

- Objeto
- Metodologia
- Teorias
- Doutrinas
- Correlações
- Enunciados

Pensamento Racional

- Início da filosofia pré-socráticos
- Mitologia grega e mito atual
- Sócrates, Platão e Aristóteles

Noções de Lógica

- Definição
- Divisão
- Importância da lógica
- Dedução, indução e hipótese

Construção do Conhecimento

- Verdade
- Princípio da sistematização
- Unicidade, adequação e silogismos

A Filosofia e o Pensamento Contábil

- Filosofia X Ciências Contábeis

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. 344 p. ISBN 9788516048143.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. 424 p. ISBN 9788508134694.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos de filosofia: histórias e grandes temas**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 400 p. ISBN 9788502212473.

NOUVEL, Pascal. **Filosofia das Ciências**. São Paulo: Papyrus, 2013. 240p. ISBN 9788530810467.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix, 2013. 456 p. ISBN 9788531612503.

RUBEM, Alves. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 223 p. (Leituras Filosóficas). ISBN 9788515019694.

Tecnologia da Informação

EMENTA

Dado e informação. Banco de dados. Processamento de transações e aplicações. Linguagens de programação. Introdução a projetos. Regras de integridade.

OBJETIVO(S)

Compreender como os dados são gerados; compreender como os dados são armazenados e recuperados para gerar informação; compreender como os dados devem ser armazenados para manter a integridade; compreender como criar a estrutura dos dados; introduzir conceitos de gestão de dados e lógica de programação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Dado e informação

- Visão de dados
- Abstração de dados
- Independência de dados
- Modelo de dados
- Gerenciamento de dados
- Produção de informação

Banco de dados

- Aspectos introdutórios
- Tipos de bancos de dados
- Bancos de dados distribuídos

Processamento de transações e aplicações

- Sistemas remotos
- Sistemas de suporte à decisão
- Análise de dados
- Extração de dados
- Data *warehousing*
- Sistemas de informação distribuídos

Linguagens de programação

- Introdução ao SQL
- Outras codificações

Introdução a projetos

- Projeto conceitual
- Projeto lógico
- Projeto físico

Regras de integridade

- Restrições de domínio
- Integridade referencial
- Asserções
- Gatilhos
- Dependência funcional

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ABREU, Aline Franca de; REZENDE, Denis Alcides. **Tecnologia da informação**: aplicada a sistemas de informação empresariais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 376 p. ISBN 9788522475483.

CLETO, Nivaldo. **Notebook**: o mundo virtual nas suas mãos. São Paulo: Atlas, 2008. 100 p. ISBN 9788522451098.

COLCHER, Sergio et al. **VOIP**: voz sobre IP. São Paulo: Elsevier/Campus, 2005. 288 p. ISBN 9788535217872.

LUCAS JR, Henri C. **Tecnologia da Informação**: tomada de decisão estratégica para administradores. São Paulo: LTC, 2006. 340 p. ISBN 9788521615187.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de sistemas de informação e informática**: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 232 p. ISBN 9788597003475.

SILBVERSCHATZ, Abraham.; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S. **Sistema de banco de dados**. 6. ed. São Paulo: Elsevier, 2012. 808 p. ISBN 9788535245356.

TANENBAUM, Andrew S. **Sistemas operacionais modernos**. 4. ed. São Paulo: Pearson Education, 2016. 864 p. ISBN 9788543005676.

Cenário Contábil Internacional

EMENTA

Convergência internacional da Contabilidade. Organismos da Profissão Contábil. Processo de Elaboração das Normas.

OBJETIVO(S)

Conhecer os principais aspectos da convergência contábil internacional, seus organismos regulamentadores e o processo de elaboração das normas.

Conhecer as diferentes formas de reconhecimento, mensuração e evidência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Convergência internacional da Contabilidade

- Adoção, adaptação e convergência
- Evolução das normas internacionais

Organismos da profissão contábil

- O papel dos organismos internacionais na regulação dos padrões contábeis
- A relação da globalização na exigência dos padrões contábeis
- A convergência dos padrões nacionais e internacionais
- Organismos internacionais (IFAC, IASB, FASB, IOSCO, AIC, CILEA)
- Organismos continentais (Efrag, AOSSG, PAFA, GLENIF/GLASS)
- Organismos nacionais (CFC, Ibracon, CVM, Susep, Bacen, Previc, Secretaria Receita Federal, CPC, STN)
- Estrutura das normas da IFAC
- Estrutura das normas do IASB
- Estrutura das normas do FASB

Processo de Elaboração das Normas

- IFRS
- ISAS
- IPSAS

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ALEXANDER, David ; ARCHER, Simon. **European accounting guide**. 5. ed. New York: Aspen, 2003. 1200 p. (Serie Miller European Accounting Guide). ISBN 9780735541467.

CHOI, Frederick D. S., MUELLER, Gerhard G. **International accounting**. 5. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2004. 528 p. ISBN 9780131480971.

FRANÇA, José Antonio de. **Os efeitos da normatização contábil dissonante na confiabilidade da informação**. 2001. 127 f. Dissertação de mestrado – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **International Financial Reporting Standards IFRS** : consolidated without early application. Ed. 2017. London: IASB, 2017. 2 v. (3808 p.). ISBN 9781911040354.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)**. Ed. 2016. São Paulo: IBRACON, 2016. 2 v. (eBook).

IQBAL, M. Zafar. **International accounting: a global perspective**. 2. ed. Cincinnati, Ohio: South-Western/Thomson Learning, 2002. 546 p. ISBN 9780324023503

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 176 p. ISBN 9788522460892.

NOBES, Christopher; PARKER, Robert. **Comparative International accounting**. 13. ed. London: Pearson, 2016. 640 p. ISBN 9781292081908.

Responsabilidade Socioambiental

EMENTA

Responsabilidade Social. Responsabilidade Ambiental. Projetos Sociais. Marketing Social. Empreendedorismo Social. Noções de Contabilidade Social. Relatórios Socioambientais. Balanço Socioambiental. Legislação Aplicável.

OBJETIVO(S)

Compreender a responsabilidade social e ambiental nas instituições, os relatórios socioambientais, destacando o balanço socioambiental como instrumento de gestão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Responsabilidade Social

- Evolução histórica
- Conceito e importância
- Distinção entre responsabilidade social e filantropia
- Responsabilidade social nas empresas
- Responsabilidade social nas organizações contábeis
- Responsabilidade social em organizações públicas
- Gestão social

Responsabilidade Ambiental

- Conceitos
- Gestão ambiental
- Meio ambiente como oportunidade de negócios
- Reconhecimento dos créditos de carbono

Projetos Sociais

- Conceitos
- Investimentos sociais
- Elaboração de projetos sociais

Marketing Social

- Conceitos

- Importância
- Diferença entre marketing social e institucional

Empreendedorismo Social

- Conceitos
- Perfil do empreendedor social
- Empreendedorismo social como diferencial competitivo

Noções de Contabilidade Social

- Conceitos básicos
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Relatórios Socioambientais

- Relatórios de Gestão
- Balanço Socioambiental (Ibase, CFC, etc)
- Relatórios de Sustentabilidade (Integrated Reporting, GRI, etc)
- Divulgação dos Relatórios
- Auditoria dos relatórios

Balanço Socioambiental

- Evolução histórica
- Conceitos e Importância
- Indicadores sociais e ambientais
- Balanço socioambiental como instrumento de gestão

Legislação Aplicável

- Normas brasileiras de Contabilidade
- Legislações municipais, estaduais e federal
- Normas internacionais

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

DIAS, Reinaldo. **Marketing ambiental**: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 232 p. ISBN 9788522489794.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanco social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. 168 p. ISBN 9788522426218.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 472 p. ISBN 9788522493821.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social**: uma abordagem da transferência e da responsabilidade pública das organizações. 1. ed., 5. tir. São Paulo: Atlas, 2001. 248 p. ISBN 9788522429288.

_____. **Balanco social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010. 280 p. ISBN 978-8522460366.

Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

EMENTA

Microempresas, pequenas e médias empresas. Processo Contábil. Demonstrações contábeis. Principais Operações nas Pequenas e Médias Empresas.

OBJETIVO

Compreender a aplicação da contabilidade para micro, pequenas e médias empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Microempresas, pequenas e médias empresas

- Definições
- Características qualitativas das informações em demonstrações contábeis – conceitos aplicados às PME's
- Obrigatoriedade de publicação

Processo Contábil

- Reconhecimento
- Mensuração Inicial e Subsequente
- Evidenciação
- Norma Contábil específica para Microempresa

Demonstrações contábeis

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstrações as Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Notas Explicativas

Principais Operações nas Pequenas e Médias Empresas

- Instrumentos Financeiros Básicos
- Estoques

- Ativo Imobilizado
- Ativos Intangíveis
- Passivo
- Patrimônio Líquido
- Receitas e Despesas
- Tributos sobre o Lucro

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Elias Feres et al. (coord.) **Contabilidade das pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 512 p. ISBN 9788535247626.

MARTINS, Eliseu et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 928 p. ISBN 9788522477173.

MCMANUS, Kieran John. **IFRS**: implementação das normas internacionais de contabilidade e da Lei 11638/07 no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009. 294 p. ISBN 9788576743736.

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. **IFRS**: introdução às normas internacionais de contabilidade. 3. ed. [S.l.]: Watson Publishers Limited, 2012. 262 p. ISBN 97881908514493.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2013. 208 p. ISBN 9788522485000.

Contabilidade para Construção Civil e Imobiliária

EMENTA

Tipos, Características e Conceitos de atividades de construção civil e imobiliária. Contabilidade e Tributação.

OBJETIVO

Compreender os procedimentos contábeis e tributários aplicáveis à construção civil e atividades imobiliárias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conceitos, Tipos e Características de atividades da construção civil e imobiliária

- Incorporadora
- Empreiteiras
- Administradoras de Obras
- Construtoras
- Imobiliárias
- Sistema Financeiro de Habitação e Sistema de Financiamento Imobiliário
- SPE - Sociedade de Propósito Específico
- SCP - Sociedade em Cotas de Participação
- Tipos de contratos

Contabilidade e Tributação

- Mensuração e Contabilização de Receitas
- Custos, custos de contratos e Contabilização
- Tributos Diferidos
- Permuta
- Garantia de obras concluídas
- Custos com Financiamento
- Despesas com Vendas
- Receitas Financeiras
- Ajuste a valor presente
- Patrimônio de Afetação e Regime Especial de tributação
- Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas

SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

CHAVES, Francisco Coutinho. **Contabilidade Prática na Construção Civil: de acordo com as normas internacionais de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2013. 336 p. ISBN 9788522484294

MARTINS, Eliseu et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 928 p. ISBN 9788522477173.

SOUZA, Edmilson Patrocínio. **Contabilidade de Contratos de Construção e de Incorporação Imobiliário - de Acordo Com As Ifrs**. São Paulo: Atlas, 2015. 168 p. ISBN 9788522498901

SCHERRER, Alberto Manoel. **Contabilidade Imobiliária**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2015. 224 p. ISBN 9788522497355



CAPÍTULO 7

CONTEÚDO DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA

A proposta dos componentes curriculares com seu conteúdo de formação teórico-prática foi desenvolvida, também, com base no disposto na Resolução CNE/CES n.º 10/04 e é composta por: Estágio Supervisionado (Anexo 6); Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo 4); e Atividades Complementares (Anexo 5).



ANEXOS

ANEXO 1 - RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 10, DE 16/12/2004

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004 (*) ()**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei N.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei N.º 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES 776, de 3/12/97, CNE/CES 583, de 4/4/2001, CNE/CES 67, de 11/3/2003, bem como o Parecer CNE/CES 289, de 6/11/2003, alterado pelo Parecer CNE/CES 269, de 16/09/2004, todos homologados pelo Ministro da Educação, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II - componentes curriculares integrantes;
- III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- IV - estágio curricular supervisionado;

V - atividades complementares;

VI - monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;

VII - regime acadêmico de oferta;

VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.

§ 1º O Projeto Pedagógico, além da clara concepção do curso de graduação em Ciências Contábeis, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e para integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

(*) Resolução CNE/CES 10/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de dezembro de 2004, Seção 1, p. 15

(**) RETIFICAÇÃO Resolução CNE/CES 10/2004. Diário Oficial da União, Brasília, de 11 de março de 2005, Seção 1, p. 9: Na RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004, publicada no Diário Oficial da União de 28/12/2004, Seção 1, página 15, “onde se lê:

“Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTABILISTA”, leia-se: “Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTADOR”.

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares;

XI - inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso (TCC).

§ 2º Projetos Pedagógicos para cursos de graduação em Ciências Contábeis poderão admitir Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Contabilidade, para melhor atender às demandas institucionais e sociais.

§ 3º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas Linhas de Formação e modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;

II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;

II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;

III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;

IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis estabelecerá, expressamente, as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências Contábeis e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico competente, na instituição.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis o Estágio Supervisionado de que trata este artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares devem constituir-se de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, nas modalidades referidas no caput deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas à sua elaboração.

Art. 10. A duração e a carga horária dos cursos de graduação, bacharelados, serão estabelecidas em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Re-solução CNE/CES n.º 6, de 10 de março de 2004, e demais disposições em contrário.

Edson de Oliveira Nunes

Presidente da Câmara de Educação Superior

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO(**)

Na RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004, publicada no Diário Oficial da União de 28/12/2004, Seção 1, página 15, “onde se lê: “Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTABI-LISTA”, leia-se: “Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTADOR”.

ANEXO 2 - RESOLUÇÃO CNE/CES N.º 2, DE 18/06/2007

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO N.º 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 (*)()**

Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei n.º 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fulcro no Parecer CNE/CES n.º 8/2007, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 13 de junho de 2007, RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas, na forma do Parecer CNE/CES n.º 8/2007, as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, constantes do quadro anexo à presente.

Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior, para o atendimento do art. 1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

- I – a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei n.º 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;
- II – a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

III – os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES n.º 8/2007, da seguinte forma:

- a) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.400h: Limites mínimos para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.
- b) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.700h: Limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.
- c) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h: Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.
- d) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.600 e 4.000h: Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.
- e) Grupo de Carga Horária Mínima de 7.200h: Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

IV – a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

Art. 3º O prazo para implantação pelas IES, em quaisquer das hipóteses de que tratam as respectivas Resoluções da Câmara de Educação Superior do CNE, referentes às Diretrizes Curriculares de cursos de graduação, bacharelados, passa a contar a partir da publicação desta.

(*) Resolução CNE/CES 2/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2007, Seção 1, p. 6.

(**) Republicada no DOU de 17/09/2007, Seção 1, pág. 23, por ter saído no DOU de 19/06/2007, Seção 1, pág. 6, com correção no original.

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES n.º 8/2007 e desta Resolução, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa n.º 1/2007, bem como atender ao que institui o Parecer CNE/CES n.º 261/2006, referente à hora-aula.

Art. 5º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos Caruso Ronca
Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO

Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial	
Curso Carga Horária Mínima	Filosofia 2.400
Administração 3.000	Física 2.400
Agronomia 3.600	Geografia 2.400
Arquitetura e Urbanismo 3.600	Geologia 3.600
Arquivologia 2.400	História 2.400
Artes Visuais 2.400	Letras 2.400
Biblioteconomia 2.400	Matemática 2.400
Ciências Contábeis 3.000	Medicina 7.200
Ciências Econômicas 3.000	Medicina Veterinária 4.000
Ciências Sociais 2.400	Meteorologia 3.000
Cinema e Audiovisual 2.700	Museologia 2.400
Computação e Informática 3.000	Música 2.400
Comunicação Social 2.700	Oceanografia 3.000
Dança 2.400	Odontologia 4.000
Design 2.400	Psicologia 4.000
Direito 3.700	Química 2.400
Economia Doméstica 2.400	Secretariado Executivo 2.400
Engenharia Agrícola 3.600	Serviço Social 3.000
Engenharia de Pesca 3.600	Sistema de Informação 3.000
Engenharia Florestal 3.600	Teatro 2.400
Engenharias 3.600	Turismo 2.400
Estatística 3.000	Zootecnia 3.600

ANEXO 3 - RESOLUÇÃO CNE/CES N.º 3, DE 2/07/2007¹

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESOLUÇÃO N.º 3, DE 2 DE JULHO DE 2007

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º, do art. 9º, da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo art. 7º, caput, da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com as alterações da Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, e do Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006, bem como o disposto no Parecer CNE/CES n.º 261/2006, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 25 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.

§ 1º Além do que determina o caput, a hora-aula está referenciada às questões de natu-reza trabalhista.

§ 2º A definição quantitativa em minutos do que consiste a hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.

Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

¹ Resolução CNE/CES 3/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de julho de 2007, Seção 1, p. 56.

Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES n.º 261/2006 e desta Resolução, conjugado com os termos do Parecer CNE/CES n.º 8/2007 e Resolução CNE/CES n.º 2/2007, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Nor-mativa n.º 1/2007.

Art. 5º O atendimento do disposto nesta resolução referente às normas de hora-aula e às respectivas normas de carga horária mínima, aplica-se a todas as modalidades de cursos – Bacharelados, Licenciaturas, Tecnologia e Sequenciais.

Parágrafo único. Os cursos de graduação, bacharelados, cujas cargas horárias mínimas não estão fixadas no Parecer CNE/CES n.º 8/2007 e Resolução CNE/CES n.º 2/2007, devem, da mesma forma, atender ao que dispõe o Parecer CNE/CES n.º 261/2006 e esta Resolução.

Art. 6º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos Caruso Ronca

ANEXO 4 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento visa orientar os alunos no processo de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo ou Monografia, que deverá integrar a Matriz Curricular do curso de Ciências Contábeis.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso concentra carga horária de 120 horas e se refere à elaboração de um artigo ou uma monografia.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS GERAIS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 3º São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso no curso de Ciências Contábeis:

- a) oportunizar o desenvolvimento de capacidades intelectuais, habilidades e atitudes imprescindíveis ao desenvolvimento acadêmico e profissional do aluno;
- b) fornecer condições favoráveis à aplicação e à integração de conhecimentos adquiridos em outras disciplinas do curso;
- c) favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico mediante processo de iniciação científica.

CAPÍTULO III DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art 4º As etapas de ação do Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo ou Monografia, podem ser assim esquematizadas:

Etapa 01 – Disponibilização aos alunos do Regulamento para a elaboração do TCC;

Etapa 02 – Definição, por parte dos alunos, da área de atuação e do professor orientador, de forma individual;

Etapa 03 – Disponibilização do cronograma de atividades;

Etapa 04 – Elaboração do Projeto de TCC;

Etapa 05 – Elaboração do TCC;

Etapa 06 – Defesa do TCC.

Art 5º O aluno poderá matricular-se no TCC desde que tenha cumprido no mínimo 50% da carga horária total do curso e o pré-requisito exigido.

Art. 6º A elaboração do TCC, de caráter obrigatório, deve ser realizada individual ou coletivamente.

Art. 7º O aluno terá orientação do professor-orientador e o acompanhamento da coordenação de TCC.

§ 1º O aluno será orientado por um professor pertencente ao quadro docente da instituição, a convite do próprio acadêmico ou designado pela Coordenação do TCC.

§ 2º A confirmação da orientação de conteúdo pelo professor-orientador dar-se-á mediante declaração formal, como, por exemplo, uma Carta de Aceite.

§ 3º Todo professor da instituição é elegível como orientador.

Art. 8º O acadêmico que não cumprir o Regulamento do TCC, bem como o cronograma proposto e aceito (modelo da IES), estará reprovado, devendo cursá-lo novamente.

Art. 9º O TCC deverá ser desenvolvido nas áreas de conhecimento do curso indicadas pela coordenação e/ou pelo professor-orientador.

Art. 10. O TCC será avaliado por uma banca composta pelo professor orientador e mais dois professores convidados mediante defesa.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 11. A estrutura organizacional da Disciplina TCC envolve:

- a) coordenador de TCC;
- b) orientador;
- c) banca examinadora.

Art. 12. O coordenador de TCC é indicado pela coordenação do curso ou eleito pelos pares.

Art. 13. O coordenador de TCC trabalhará juntamente com os professores orientadores de conteúdo, que formarão a equipe responsável pelos trabalhos desenvolvidos.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS DOS ENVOLVIDOS

Art. 14. Compete ao coordenador da TCC:

- a) administrar e supervisionar de forma global o TCC de acordo com este Regulamento;
- b) fornecer esclarecimentos aos alunos sobre a natureza e os trabalhos a serem realizados na disciplina;
- c) divulgar a relação dos orientadores de conteúdo;
- d) repassar instruções aos orientadores de conteúdo e alunos;
- e) auxiliar na disponibilidade de horários dos professores-orientadores;
- f) auxiliar os alunos quanto à escolha do tema e do professor na área de atuação;
- g) orientar os alunos para que seus desempenhos observem os valores éticos e morais quando da elaboração do TCC;
- h) estabelecer o cronograma de atividades da disciplina;
- i) receber dos professores orientadores, de acordo com os prazos estabelecidos, o relatório de acompanhamento dos acadêmicos orientandos (modelo da IES), e indicar a composição da banca.

Art. 15. Ao orientador compete:

- a) auxiliar o aluno na escolha do tema de pesquisa;
- b) prestar ao aluno assistência, acompanhamento, orientação e esclarecimentos necessários até a conclusão da TCC;
- c) acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos e encaminhar relatórios (quando exigido) à Coordenação do TCC;
- d) orientar a pesquisa bibliográfica para a fundamentação do tema, acompanhando os resultados obtidos;

- e) participar das reuniões que forem convocadas pela Coordenação do TCC;
- f) cobrar do acadêmico a execução do cronograma apresentado pelo coordenador do TCC.

Art. 16. Ao aluno compete:

- a) definir (em conjunto com orientador e/ou a coordenação do TCC) a área do conhecimento a ser abordada durante o desenvolvimento do TCC;
- b) ser assíduo, pontual e ético no desenvolvimento das atividades programadas;
- c) recorrer ao coordenador do TCC e/ou ao orientador quando necessitar de esclarecimentos quanto às normas e aos procedimentos;
- d) executar o cronograma do TCC, respeitando os prazos estipulados pela coordenação;
- e) realizar pesquisas bibliográficas, levantamento de dados, pesquisa de campo ou demais atividades necessárias para a elaboração do trabalho;
- f) submeter as atividades desenvolvidas à análise do professor orientador, introduzindo os ajustes por ele recomendados;
- g) elaborar o TCC com emprego da metodologia científica de pesquisa e a observância das normas preconizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou *American Psychological Association* (APA);
- h) obter autorização, por escrito, da entidade pesquisada quando forem utilizados e mencionados dados internos não disponibilizados ao público;
- i) apresentar e defender o TCC perante a banca.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO

Art. 17. A avaliação será contínua, processando-se a partir do início das atividades até o seu término.

Art. 18. A avaliação pelo orientador (conforme disposto art. 11) será baseada no desempenho, compreendendo o conjunto dos textos elaborados pelo aluno, a observância de prazos e horários, o atendimento às instruções do professor-orientador, a clareza, a concisão, a coerência, a articulação entre as partes que

compõem o trabalho e a adequação da revisão de literatura. Deve o orientador indicar se o TCC está em condições de ser levado à defesa.

Art. 19. A banca examinadora levará em consideração aspectos teóricos, metodológicos e de resultados alcançados (quando houver), além da contribuição do estudo.

Art. 20. O detalhamento dos critérios de avaliação pode constar em anexos deste regulamento, quando omissos.

Art. 21. As notas poderão ser lançadas pelos professores orientadores de conteúdo ou pela coordenação (geral ou de TCC), a critério da Instituição.

Art. 22. A avaliação culmina após submissão à banca examinadora, salvo reformulações, quando houver.

Parágrafo único. A avaliação da banca abrangerá o trabalho escrito e a defesa, cujo resultado poderá ser “aprovado”, “aprovado com ressalva” ou “reprovado”.

Art. 23. O TCC será considerado INAPTO quando o resultado da avaliação da Banca for “reprovado” nas seguintes hipóteses:

- a) insuficiência de desempenho, não tendo o aluno conseguido desenvolver o TCC de forma satisfatória;
- b) inserção no TCC de textos de terceiros como se fosse próprio.

Parágrafo único. A insuficiência de desempenho que resulte em reprovação deverá ser, obrigatoriamente, justificada pela banca.

TÍTULO II

CAPÍTULO I OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 24. Os trabalhos aprovados deverão ter uma cópia impressa ou digital para constar do acervo da instituição.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pelo coordenador do TCC, e, em segunda, pelo coordenador do curso.

ANEXO 5 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regulamento normatiza as Atividades Complementares do curso de Ciências Contábeis.

Parágrafo único. As Atividades Complementares são consideradas parte integrante do curso de graduação em Ciências Contábeis e estão em consonância com a legislação vigente.

Art. 2º A carga horária das Atividades Complementares deve estar definida no Projeto Pedagógico do Curso, sendo o seu cumprimento distribuído ao longo do curso.

CAPÍTULO II DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º As Atividades Complementares do curso de Ciências Contábeis são obrigatórias e devem ser realizadas por todos os acadêmicos regularmente matriculados no curso, podendo ser desenvolvidas em:

- I - atividades de ensino;
- II - atividades de pesquisa;
- III - atividades de extensão.

CAPÍTULO III
DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
COMPLEMENTARES

SEÇÃO I
ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENSINO

Art. 4º As Atividades Complementares de Ensino compreendem:

I - disciplinas concluídas pelo acadêmico, em outros cursos de graduação da IES e não previstas na matriz curricular do curso, que sejam afins à área das Ciências Contábeis;

II - cursos de capacitação profissional na área de Ciências Contábeis;

III - atividades de monitoria acadêmica;

IV - cursos de informática e língua estrangeira realizados em estabelecimentos oficialmente reconhecidos;

V - estágios curriculares não obrigatórios na área de Ciências Contábeis, desde que devidamente comprovados, mediante supervisão e declaração de profissional;

VI - disciplinas concluídas pelo acadêmico em cursos de pós-graduação (*lato sensu*) em área afim.

SEÇÃO II
ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE PESQUISA

Art. 5º As Atividades Complementares de Pesquisa na área de Ciências Contábeis compreendem:

I - participação em programa de bolsas de iniciação científica;

II - participação em programa institucional de bolsas de iniciação científica;

III - participação em outros projetos de pesquisa referendados pela IES;

IV - participação em programa integrado de pós-graduação e graduação;

V - trabalhos científicos publicados;

a) em periódicos nacionais;

b) em periódicos internacionais;

- VI - publicação de livro;
- VII - publicação de capítulo de livro;
- VIII - publicação de trabalhos em anais de congressos, na íntegra ou em síntese;
- IX - publicação de artigos em jornais e revistas;
- X - participação, como ouvinte, em defesas públicas de teses de doutorado;
- XI - participação, como ouvinte, em defesas públicas de dissertações de mestrado;
- XII - participação, como ouvinte, em defesas públicas de monografias (nível *lato sensu*);
- XIII - participação, como ouvinte, em defesas públicas de trabalho de conclusão de Curso (nível graduação).

SEÇÃO III

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE EXTENSÃO

Art. 6º As Atividades Complementares de Extensão na área de Ciências Contábeis compreendem:

- I - participação em projetos de extensão da instituição;
- II - participação em eventos na área de Ciências Contábeis:
 - a) semanas acadêmicas;
 - b) seminários, palestras, conferências;
 - c) congressos, fóruns, simpósios;
 - d) competições, desafios e olimpíadas acadêmicas e científicas
- III - visitas/viagens técnicas extracurriculares;
- IV - cursos de atualização;
- V - participação como voluntário em ações sociais, comunitárias e de classe;
- VI - apresentação de trabalhos, *papers* e congêneres em eventos técnico-científicos.
- VII – participação em comissões organizadoras de eventos vinculados à IES ou entidades de classe.

Parágrafo único. A participação nos eventos referidos no artigo 6º, inciso II, poderá ser na modalidade de ouvinte ou participante;

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º A comprovação das Atividades Complementares do curso deverá ser submetida à aprovação pelo responsável.

Art. 8º O acadêmico deverá requerer ao responsável pelas atividades complementares o registro das mesmas.

§ 1º. As Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas ao longo do curso, excetuando o disposto nos incisos I e VI do Art. 4º.

§ 2º. O acadêmico deverá entregar, junto com o requerimento, os documentos originais (impresso ou digital) e as respectivas cópias, sendo os originais devolvidos.

§ 3º. A documentação será encaminhada à área competente para registro no Histórico Escolar do acadêmico, mediante o parecer do responsável pelas atividades complementares do curso.

Art. 9º Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares deverão ser encaminhados até dois meses antes da data de conclusão do curso ou periodicamente a cada ano ou semestre, conforme calendário definido pela IES

Art. 10. É de exclusiva competência do responsável pelas atividades complementares do curso a atribuição das horas das Atividades Complementares de cada acadêmico.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pelo Coordenador do curso; em segunda, pelo Colegiado do Curso e, em terceira, pela direção do centro/departamento.

ANEXO 6 – PROPOSTA DE REGULAMENTO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES GERAIS

SEÇÃO I DA NATUREZA DO ESTÁGIO

Art. 1º - Considera-se Estágio Supervisionado as atividades de aprendizagem profissional desenvolvidas pelo estudante em situações reais, realizadas na própria instituição de ensino ou com entidades públicas ou privadas, sob a coordenação da Instituição de Ensino Superior (IES).

Art. 2º - As atividades de estágio constituem-se por:

- a) experiências didático-pedagógicas, técnico-científicas e de relacionamento humano que contribuam para a formação do estudante;
- b) atividades de campo com o estabelecimento de relações de ensino-aprendizagem entre professor supervisor, profissional supervisor e estudante;
- c) inserção do estudante, gradativamente, no processo de profissionalização;
- d) estímulo ao desenvolvimento de atividades e posturas profissionais, com o objetivo de desenvolver o senso crítico e atitudes éticas;
- e) integração entre teoria e prática.

SEÇÃO II DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 3º - O Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis caracteriza-se por uma atividade a ser cumprida mediante carga horária definida no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 4º - A programação e o planejamento do Estágio Supervisionado devem ser elaborados em conjunto pelo aluno, professor responsável e pelo supervisor, resultando em um Projeto de Estágio.

SEÇÃO III DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 5º - Os estágios podem ser executados em entidades públicas, privadas ou do terceiro setor, desde que apresentem condições necessárias e adequadas para a formação profissional do estagiário.

Art. 6º - Para a realização do estágio, recomenda-se que a entidade concedente:

- a) possua infraestrutura material e recursos humanos que garantam a supervisão e as condições necessárias para a realização do estagiário;
- b) aceite a supervisão e avaliação da IES;
- c) aceite as normas que regem o Estágio Supervisionado da IES;
- d) use os modelos de formulários propostos pela IES para as assinaturas de termos de compromisso e termos aditivos.

CAPÍTULO II DA OPERACIONALIZAÇÃO

SEÇÃO I DA MATRÍCULA

Art. 7º - A matrícula na atividade de Estágio Supervisionado obedecerá às normas da IES.

SEÇÃO II DO PROJETO DE ESTÁGIO

Art. 8º – O projeto de estágio deve ser elaborado pelo estudante, professor responsável e pelo supervisor, e consta de:

- a) o que fazer (atividades);
- b) como fazer (metodologia);
- c) para que fazer (objetivo).

Parágrafo Único - O projeto de Estágio Supervisionado será apresentado de acordo com prazo estabelecido pelo calendário da IES.

SEÇÃO III

DOS RELATÓRIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 9º - Ao final do Estágio Supervisionado, ou periodicamente, conforme datas a serem estabelecidas pelo calendário da IES, o aluno elaborará relatório, respectivamente, com os seguintes elementos:

- a) as atividades desenvolvidas, conforme projeto de estágio;
- b) a metodologia utilizada;
- c) demonstração de cumprimento dos objetivos estabelecidos no projeto de Estágio Supervisionado.

TÍTULO II

DA CONTRATAÇÃO

CAPÍTULO I

DOS TERMOS DE COMPROMISSO E ADITIVO

SEÇÃO I

TERMO DE COMPROMISSO

Art. 10 – O Termo de Compromisso é o documento que formaliza a inserção do estudante como estagiário na unidade concedente do estágio, devidamente formalizado com a IES.

Art. 11 – O Termo de Compromisso deve contemplar a seguinte estrutura:

- a) identificação do Estágio Supervisionado;
- b) apresentação e identificação da unidade concedente;

- c) apresentação e identificação do estudante;
- d) objetivo do Termo de Compromisso;
- e) duração do Estágio Supervisionado;
- f) carga horária do Estágio Supervisionado;
- g) horário de desenvolvimento das atividades;
- h) descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;
- i) cobertura do estudante por seguro de vida e acidentes pessoais, providenciada pela unidade concedente quando o estágio for não obrigatório, e pela IES, quando for obrigatório;
- j) o valor da bolsa a ser pago pela concedente (se houver);
- k) a periodicidade do relatório a ser apresentado pelo estudante, com a ciência do professor responsável e do supervisor;
- l) situações previstas para o cancelamento do estágio;
- m) assinaturas do responsável pela unidade concedente, do estudante, do professor responsável, do supervisor e do responsável pela Área de Estágio da IES, se houver;
- n) o Projeto de Estágio conforme o definido no Art. 8º.

Art. 12 – O estágio só pode ser iniciado após a completa formalização do respectivo Termo de Compromisso, conforme prevista nos artigos 10 e 11.

SEÇÃO II

DO TERMO ADITIVO

Art. 13 – O Termo Aditivo é o documento que formaliza alterações no Termo de Compromisso em vigor.

Parágrafo Primeiro - O Termo Aditivo deve apresentar tipo de estágio, a carga horária e o período de vigência constante do Termo de Compromisso.

Parágrafo Segundo - O Termo Aditivo deve apresentar as assinaturas do responsável pela unidade concedente, do estudante, do professor responsável, do supervisor e do responsável pela Área de Estágio da IES, se houver.

TÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO E DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 14 - A Coordenação do Estágio Supervisionado será definida pela IES.

Art. 15 - A supervisão do estágio será exercida pelo professor responsável – definido pela IES - e pelo supervisor. Realizar-se-á por meio de orientação, acompanhamento e avaliação das atividades do Projeto de Estágio.

Art. 16 – Cabe à Área de Estágios (se houver) a interlocução qualificada do professor responsável e do supervisor com o estudante para assegurar:

- a) a forma e o nível de acompanhamento;
- b) a articulação entre a teoria e a prática;
- c) a conformidade entre os princípios do Projeto Pedagógico do Curso e as exigências ou peculiaridades do espaço campo de estágio;
- d) a produção e ou socialização de conhecimentos atinentes ao estágio.

Art. 17 – O acompanhamento do estágio pelo professor responsável dar-se-á em uma das seguintes formas:

- a) **a distância** – acompanhamento sistemático, com frequência mínima mensal do estudante na execução das atividades planejadas, podendo complementar-se com outras atividades na IES e/ou no local de estágio;
- b) **in loco** – acompanhamento por meio de visitas periódicas ao local do estágio pelo professor responsável, o qual manterá contatos com o supervisor e com o estudante, a fim de implementar as possíveis complementações.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DAS PARTES

Art. 18 – Compete à Área Estágio Supervisionado do Curso:

- a) divulgar aos estudantes e professores a Política de Estágios do Curso contendo diretrizes e normas a serem cumpridas;
- b) elaborar os formulários de planejamento, acompanhamento e avaliação de estágio;
- c) realizar contato ou visita periódicos com as entidades concedentes de estágio, com o objetivo de avaliar e acompanhar a realização das atividades propostas;
- d) elaborar, avaliar e propor aperfeiçoamentos das Normas de Estágio do Curso.

Art. 19 – Compete ao professor responsável pelo Estágio:

- a) planejar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio, junto à Área de Estágio do Curso, ao supervisor e ao estudante;
- b) esclarecer ao estudante e ao supervisor o processo de avaliação do estágio;
- c) manter contatos permanentes com o supervisor de estágio;
- d) providenciar reforço teórico para os estudantes, quando necessário;
- e) desenvolver outras atividades inerentes à função.

Art. 20 – Compete ao supervisor de estágio na instituição concedente:

- a) participar do planejamento e da avaliação das atividades desenvolvidas pelo estudante;
- b) inserir o estudante na entidade concedente, orientá-lo e informá-lo quanto às normas dessa entidade;
- c) acompanhar e orientar o estudante durante a realização de suas atividades.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 – A avaliação do estudante deverá ser processual de caráter qualitativo e consistirá no parecer do professor responsável, devendo contar com a participação do supervisor e do estudante, levando em consideração os relatórios de acompanhamento.

Art. 22 – Após entrega do relatório final, o professor responsável atribuirá nota ou conceito “aprovado” ou “reprovado”.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pelo Coordenador do curso; em segunda, pelo Colegiado do Curso e, em terceira, pela direção do centro/departamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto n.º 8.659, de 05 de Abril de 1911.** Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915.** Reorganiza o ensino secundário e o superior na Republica. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Decreto n.º 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925.** Estabelece o concurso da união para a difusão do ensino primário, organiza o departamento nacional do ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%2016.782-A-1925?OpenDocument>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931.** Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Decreto n.º 21.033, de 8 de fevereiro de 1932.** Estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, e da outras providências. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33347> Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951.** Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-norma-pe.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e

resseguros e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0073.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 580, de 30 de julho de 1938.** Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-norma-pe.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943.** Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del6141.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945.** Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 8.191 de 20 de dezembro de 1945.** Disposições relativas ao curso comercial básico e a seus atuais alunos da terceira e quarta séries. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8191-20-novembro-1945-449975-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946.** Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guardalivros, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Lei n.º 452, de 5 de Julho de 1937.** Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0452.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 1.401, de 31 de Julho de 1951.** Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 2.356, de 31 de dezembro de 1910.** Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercício de 1911 e dá outras providencias (Lei Orçamentária). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1901-1929/L2356.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Lei n.º 5.540, 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6385.htm. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Lei n.º 9.131 de 24 de novembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009.** Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010.** Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12249.htm>. Acesso em: 18 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução CONAES n.º 1, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Resolução CFE s.n., de 8 de fevereiro de 1963.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração dos cursos de Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

_____. **Resolução CFE n.º 5, de 10 de março de 1987.** Fixa normas de funcionamento e credenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Resolucao_CFE_05_1983.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Resolução CFE n. 3, de 03 de outubro de 1992.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis.

_____. **Resolução CFE n.º 29, de 14 de junho de 1974.** Disciplina as diferentes formas de organização de universidades e os parâmetros mínimos a serem observados nos processos pelos interessados em criar universidades.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/ CES n.º 02, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Resolução CNE/CES n.º 03, de 2 de julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Resolução CNE/CES n.º 10, de 16 de dezembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n.º 776/97.** Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

CARNEIRO, J. D. **Uma abordagem à harmonização contabilística internacional na América Latina.** Previsão de Defesa 2018. Projeto de Tese (Doutorado em Contabilidade) - Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Portaria CFC nº 055, de 1 de março de 2016.** Institui Comissão para analisar os processos de autorização, reconhecimento de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na Área de Contabilidade. Disponível em: < <http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx>>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Resolução CFC n.º 995, de 23 de abril de 2004.** Dá nova redação à Resolução CFC n.º 945/02, que dispõe sobre a NBC P 4 - Normas para Educação Profissional Continuada. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/000995&arquivo=Res_995.doc>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Resolução CFC n.º 1.055, de 24 de outubro de 2005.** Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055&arquivo=Res_1055.doc>. Acesso em : 17 out. 2017.

CUNHA, Maria Isabel. **O Currículo do Ensino Superior e a Construção do Conhecimento.** Fórum Nacional de Pró-reitores de ensino de graduação das Universidades Brasileiras, 2001.

HERMANN JÚNIOR, Frederico (entrevista). **Revista Paulista de Contabilidade** nº 234, dezembro, 1943, p. 15-16.

JONHSON, M. **Education Theory.** In: *Currículo, análise e debate.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MCLAREN, Peter. **A Vida nas Escolas: Uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MEIRELLES JUNIOR, J. C. **Harmonização das Normas Internacionais de contabilidade.** In: SEGET – SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO ETECNOLOGIA, VII, 2009, Resende. Anais... Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2009. p. 1-12.

PELEIAS, Ivan. **Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica.** In: Revista de Contabilidade e Finanças – USP – São Paulo, edição 30 anos. 2007, p. 19-32.

RODRIGUES, L. L.; SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. DOS. *The origins of modern accounting in Brazil: Influences leading to the adoption of IFRS*. Research in Accounting Regulation, v. 24, n. 1, p. 15–24, abr. 2012.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Educação por competência**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. 212 p. ISBN 9788581481395.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto-Lei nº 15.601, de 26 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=66930>>. Acesso em: 18 out. 2017.

TABA, H. **Curriculum Development: Theory and Practice**. Hartcourt: Brace and World, Inc, 1962.

TYLER, R. **Basic Principles of Curriculum and instruction**. Chicago: The University of Chicago Press, 1950.





